

coletânea

Revista semestral de Filosofia e Teologia
da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

ISSN 1677-7883

COLETÂNEA é uma publicação semestral da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. A revista tem como objetivos o incentivo à pesquisa, a produção de conhecimento e a divulgação do pensamento filosófico e teológico, contribuindo para a integração da comunidade acadêmica em graduação e pós-graduação e para a promoção do intercâmbio de experiências com outras instituições do país e do exterior.

v. 19, n. 38, jul./dez. 2020, p. 177-368

Revista **Coletânea** disponível na internet
www.revistacoletanea.com.br



Editores

Gilcemar Hohemberger – Teologia
gilcemar@faculdadesaobento.org.br

André Campos da Rocha – Filosofia
andre.rocha@faculdadesaobento.org.br

Endereço postal

Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro – Revista Coletânea
Rua Dom Gerardo, 68 – Centro
20090-030 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefone: 55 (21) 2206-8200

Revisão de Português

Marlene Gomes Mendes

Revisão de Inglês

Dom Tomás dos Santos Peres, OSB

Secretária

Valéria Maria de Araújo Fontes
revistacoletanea@faculdadesaobento.org.br

Apoio à revista online

ITAFI – Instituto de Tecnologia, Administração e Filosofia
www.itati.com.br

Diagramação e editoração

Guilherme Peres

Indexação

Sumários de Revistas Brasileiras | <http://www.sumarios.org>
Latindex | <http://www.latindex.unam.mx>

Assinatura da revista

Pedidos de assinatura devem ser enviados para o e-mail
revistacoletanea@faculdadesaobento.org.br com as
informações solicitadas na última página da revista.

COLETÂNEA: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do
Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Lumen Christi, v. 19, n. 38,
jul.-dez. 2020. 192 p.; 16x23 cm.

Semestral
ISSN 1677-7883 (impresso)

1. Filosofia - Periódicos. 2. Teologia - Periódicos. I. Faculdade de São Bento
do Rio de Janeiro.



Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Chanceler: D. Filipe da Silva, OSB

Diretor: D. Anselmo Chagas de Paiva, OSB

Vice-diretor: D. José Palmeiro Mendes, OSB

Assistente da Direção: D. Anselmo Nemoyane Ribeiro, OSB

coletânea ■■■

Editores

Gilcemar Hohemberger – Teologia
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

André Campos da Rocha – Filosofia
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Conselho editorial

Alfredo García Quesada – Filosofia
Pontificia Universidad Católica del Perú

Anselmo Chagas de Paiva, OSB – Teologia
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Anselmo Nemoyane Ribeiro, OSB – Filosofia e Antropologia Social
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Armando Rigobello – Filosofia
Libera Università Maria Santissima Assunta, Roma

Deborah Danowski – Filosofia
Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Edson de Castro Homem – Teologia
Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro – ISTARJ

Emmanuel Xavier Oliveira de Almeida, OSB – Teologia
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Franklin Leopoldo e Silva – Filosofia
Universidade de São Paulo – USP e Faculdade de São Bento de São Paulo

Guilherme da Costa Assunção Cecílio – Filosofia
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGF-UFRJ

Guilherme Domingues da Motta – Filosofia
Universidade Católica de Petrópolis – UCP

Guilherme Wyllie – Filosofia
Universidade Federal Fluminense – UFF

José Palmeiro Mendes, OSB – Teologia
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Leonardo Agostini Fernandes – Teologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e ISTARJ

Luís Alberto de Boni – Filosofia
Pontifícia Universidade Católica – PUCRS

Luís Henrique Eloy e Silva – Teologia
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas e Faculdade Jesuíta

Manoel Luís Cardoso Vasconcellos – Filosofia
Universidade Federal de Pelotas

Marcos José de Araújo Caldas – História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Maria Clara da Silva Machado – Teologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Maria de Lourdes Corrêa Lima – Teologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Maria Teresa de Freitas Cardoso – Teologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Mauro Maia Fragoso, OSB – Teologia
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Paulo Cezar Costa – Teologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Paulo Faitanin – Filosofia
Universidade Federal Fluminense – UFF

Paulo Ricardo Martines – Filosofia
Universidade Estadual de Maringá

Rachel Gazolla – Filosofia
Faculdade de São Bento de São Paulo

Ricardo Luiz Silveira da Costa – História
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Robson Oliveira – Filosofia
Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Filosofia João Paulo II

Robson Medeiros Alves, OSB – Ciências Sociais – Antropologia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Rodolfo Petrônio da Costa Araújo – Filosofia
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rodrigo Coppe Caldeira – Ciências da Religião
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Sergio de Souza Salles – Filosofia
Universidade Católica de Petrópolis – UCP

Sérgio Ricardo Strefling – Filosofia
Universidade Federal de Pelotas

Conselho científico

Delmo Mattos da Silva
Universidade CEUMA – UniCEUMA

Érica Leonardo de Souza
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ

Isabel Leite Cafezeiro
Universidade Federal Fluminense – UFF

Mário Ariel González Porta
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Newton de Oliveira Lima
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Renata Ramos da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (CAP)

Renato Nunes Bittencourt
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Roberto Saraiva Kahlmeyer Mertens
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Sérgio Costa Couto
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

Walter Gomide do Nascimento Junior
Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT

Dossiê *Pandemia e Humanidades*

EDITORIAL 185

ARTIGOS

Ficção. Memória. Tempo: o *pós-quarentena* da COVID-19 e o Eu cindido pelo *isolamento social*

Fiction. Memory. Time: the Post-quarantine of COVID-19 and the Scission of the Self by Social Isolation

Jacqueline Oliveira Leão 189

As capacidades estatais na resposta brasileira à pandemia de COVID-19
State Capacities in the Brazilian Response to the COVID-19 Pandemic

Luiz Bruno Dantas 201

O papel do poder público no enfrentamento da COVID-19: crítica ao conceito ultraliberal de Estado Mínimo

The Role of Public Power Facing the COVID-19: a Criticism of the Ultra-liberal Concept of the Minimum State

Renato Nunes Bittencourt 215

Necrogovernabilidade e a crise da COVID-19

Necrogovernability and the COVID-19 Crisis

Delmo Mattos da Silva e Fernanda Caroline Campos Amorim 231

A Necropolítica e o Neoliberalismo no Contexto da COVID-19

The Necropolitics and Neoliberalism in the Context of COVID-19

Rogério Luís da Rocha Seixas 243

Hannah Arendt, os refugiados venezuelanos e a pandemia

Hannah Arendt, Venezuelan Refugees and the Pandemic

Felipe Luiz Gomes Figueira 253

A sociedade unidimensional e a realidade da pandemia <i>One-dimensional Society and the Reality of the Pandemic</i> Rodrigo da Silva dos Santos	263
COVID-19: reflexões a quatro mãos sobre alguns aspectos do problema <i>COVID-19: Four-way Reflections on Some Aspects of the Problem</i> Maria Alcinéa Andrião Trotta e Wellington Trotta	277
Classes sociais no bolsonarismo 2020 <i>Social Classes in the Bolsonarism of 2020</i> Attico Chassot	301
A fenomenologia para o sentimento de vida nos limites da finitude existencial <i>Phenomenology for the Feeling of Life in the Bounds of Existential Finitude</i> Getúlio Nascimento Braga Júnior	313
A pandemia de COVID-19 e uma breve discussão sobre ciências formais, filosofia da ciência e interdisciplinaridade <i>The COVID-19 Pandemic and a Brief Discussion on Formal Sciences, Philosophy of Science and Interdisciplinarity</i> André Campos da Rocha	329
Tiradentes rediviva Oscar Araripe	349
REVISTAS EM PERMUTA COM A COLETÂNEA	357
DIRETRIZES PARA AUTORES	363
ASSINATURA	367

No início deste ano, fomos surpreendidos pelo advento da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). O cenário que se instaurou para a geração corrente, somente era conhecido por meio de eventos narrados nos livros de história sobre a *Peste Negra*, no século XIV, a *Epidemia de Londres*, em 1665, ou a *Gripe Espanhola*, entre os anos 1918-20, além de narrativas de ficção, como *Ensaio sobre a cegueira*, de Saramago, *A peste*, de Camus ou *O rinoceronte*, de Ionesco.

No entanto, as lições dadas pela História não foram aprendidas. Ao se examinarem os registros coligidos pelos historiadores das pandemias anteriores, encontramos a repetição de um padrão na atuação dos governos e no comportamento das populações. Tal como no passado, em vez de se emvidarem esforços para dar atendimento à população, no que diz respeito à economia e à saúde, perdeu-se tempo na falsificação de dados sobre os doentes e os mortos, na manipulação da população, na negação de conhecimentos científicos consolidados, na fantasia da identificação de um culpado, na produção de desinformação que leva ao desespero e inação etc.

Se a pandemia que enfrentamos neste momento nos convocou para a ação, não se pode negar que também nos demandou a reflexão. Portanto, este dossiê *Pandemia e Humanidades* que a revista **Coletânea** orgulhosamente publica, procura dar a sua contribuição na esfera da reflexão sobre muitos dos acontecimentos que nos atravessaram, em função da pandemia. São trabalhos produzidos no calor dos fatos que, infelizmente, ainda se encontram em curso. Algumas das projeções feitas pelos autores, podem não se realizar, diagnósticos aqui apresentados, podem carecer de uma revisão no futuro, mas isso é menos importante. Temos aqui, um autêntico documento, que desde já deve ser encarado segundo o seu incontornável valor histórico.

Nos onze artigos que compõem este dossiê, podemos imergir nas questões vinculadas à pandemia, do ponto de vista de alguns campos das humanidades

(filosofia, educação, ciência política, literatura). Esse verdadeiro painel, foi composto com o objetivo de oferecer ao leitor uma compreensão, a mais ampla possível, do momento com o qual lidamos. Se, dentre os artigos publicados, encontramos uma profunda reflexão literária e filosófica sobre o Eu e os dramas do isolamento que daí decorrem, também temos uma análise objetiva, segundo a ciência política, das capacidades estatais para enfrentar a pandemia. Mas, não paramos por aí. Há reflexões filosóficas que caminham por diversas áreas e abordagens, que contemplam tanto a atual discussão sobre o conceito de *necropolítica*, quanto as tradicionais, que tratam dos conceitos de poder público, Estado, sociedade e finitude.

Além dos textos, esta edição conta com um verdadeiro presente oferecido pelo renomado artista plástico Oscar Araripe. Publicaremos, por conta da generosidade de Araripe, a sua série *Tiradentes Rediviva*, que foi produzida no isolamento de seu ateliê, na cidade de Tiradentes, durante a pandemia. São trabalhos que, além do inigualável valor estético, possuem enorme dramaticidade. Eles não ilustram os textos, mas nos oferecem uma narrativa visual complementar, que contribui para ampliar a nossa compreensão do que foi dito e escrito pelos autores dos textos.

Ao fim e ao cabo, a expectativa com a publicação deste dossiê, que se pautou editorialmente pela alta qualidade técnica e acadêmica dos trabalhos, é a de oferecer uma oportunidade para suscitar o debate franco. Desejamos que o leitor, após o exame dos artigos e a meditação que eles nos convocam a fazer, se sinta recompensado e se renove em esperança e entusiasmo.

Que a leitura seja aprazível e útil para todos!

ANDRÉ CAMPOS DA ROCHA
Editor da área de Filosofia

ARTIGOS

Ficção. Memória. Tempo: o pós-quarentena da COVID-19 e o Eu cindido pelo *isolamento social*

Fiction. Memory. Time: the Post-quarantine of COVID-19 and the Scission of the Self by Social Isolation

JACQUELINE OLIVEIRA LEÃO*

Resumo: Este texto, no diálogo com a Literatura, a Filosofia e a Psicanálise, se constrói como breve experimento de escrita do Eu no tempo muito próximo ao agora. O discurso do Eu, aqui apresentado, se quer crítico, reflexivo e, mais que tudo, poético, porque é recortado por um estado de ânimo de medo, de dor e de perdas em tempos de isolamento social e pós-quarentena da COVID-19. O escopo de discussão teórica e crítica, delineado por estas escritas, se acerca das noções de ficção, memória, tempo e cisão do Eu [perspectivas discursivas ficcionais ou não], a partir dos pontos de vista, breves na verdade, de autores como: Søren Kierkegaard, Zygmunt Bauman, Paul Ricoeur, Adam Mendilow e Sigmund Freud. Por outro lado, o poema *Atemporal*, em epígrafe, indaga, por si mesmo, quanto à subjetividade do Eu, na escrita e no discurso em primeira pessoa: o Eu, mesmo se pautando pela fidelidade às normas dos acontecimentos vividos em tempos de pandemia, não se reafirma como construção literária? Logo, a ficção, a memória e o tempo constituem-se como temas intrigantes de análise em tempos de isolamento social: o Eu que fica em casa, se expõe na mídia, reinventa a sua vida pessoal, inventa valores, se inventa como persona e pessoa. Tudo isso por meio, sobretudo, de práticas interativas de construção do próprio Eu nas plataformas digitais, certificadas, paradoxalmente, pela rubrica do suposto “ao vivo” e “tempo real”.

Palavras-chave: Ficção. Memória. Tempo. Cisão do Eu. Isolamento social.

* Jacqueline Oliveira Leão é Doutora em Letras: Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pós-Doutorado em Estudos Literários (UFMG), Mestre em Estudos Literários (UFMG) e Especialista em Teoria Psicanalítica (UFMG). Contato: jacleao@gmail.com

Abstract: This text, in dialogue with Literature, Philosophy and Psychoanalysis, is constructed as a brief experiment in writing the Self in the time very close to now. The discourse of the Self, presented here, wants to be critical, reflective and, above all, poetic, because it is cut by a state of mind of fear, pain and loss in times of social isolation and post-quarantine of COVID-19. The scope of theoretical and critical discussion, outlined by these writings, is about the notions of fiction, memory, time and the scission of the Self [fictional or not discursive perspectives], from the points of view, brief in fact, of authors such as: Søren Kierkegaard, Zygmunt Bauman, Paul Ricoeur, Adam Mendilow and Sigmund Freud. On the other hand, the poem *Atemporal*, in epigraph, asks itself about the subjectivity of the Self, in writing and in the first person's discourse: the Self, even if guided by fidelity to the norms of events lived in times of pandemic, is it not reaffirmed as a literary construction? Therefore, fiction, memory and time are intriguing themes for analysis in times of social isolation: the Self that stays at home, exposes itself in the media, reinvents its personal life, invents values, invents itself as a persona and person. All of this through, above all, interactive practices of building the Self on digital platforms, paradoxically certified by the rubric of the supposed "live" and "real time".

Keywords: Fiction. Memory. Time. Scission of the Self. Social isolation.

ATEMPORAL

*Rasgou o meu texto.
Tirou-me do meu contexto.
E eu contesto
O meu fazer nada
Sob controle.
Sobre o controle.
Controle remoto do meu tempo.
Tempo instável, remontado diariamente.*

D-I-A-R-I-A-M-E-N-T-E

*Instável em sua cisão.
Decido, então
Não me submeter ao tempo.
Do tempo de ficar
Aqui?*

Acolá?
 Em casa?
 Estancar o tempo. Por quanto tempo?
 Perder tempo. Ganhar tempo.
 Tempo de vida. Dê vida ao tempo.
 Em tempo:
 O tempo passa
 Por si mesmo
 De tempo
 em tempo
 Tempo. Atemporal.

Jacqueline Oliveira Leão

“O que é um poeta?”. A indagação apropriada do filósofo-literato Søren Kierkegaard (2013, p. 43) cai bem, aqui, já que persigo o meu ofício [talvez, também de poeta, por que não?] de escrever, na esteira da Literatura, da Filosofia e da Psicanálise [e nos seus vieses acerca da memória e do tempo], sobre a cisão do Eu, pós-quarentena da COVID-19. Sentido na pele por todos nós, sem dúvidas, o tempo de isolamento social interrompeu, abruptamente, a sociabilidade na realidade fática. Em certa medida, porém, essa foi a medida sanitária, considerada a mais eficaz e legítima pelos estudiosos em saúde, para, como afirmaram, achatar a curva de transmissão do Coronavírus. E, por ficar em casa, o tempo disposto em outras plataformas de existência, as virtuais, por exemplo, me fez suscitar questões. Daí, se penso é porque existo, penso então: afinal, o que é um poeta? O poeta, para Kierkegaard, é um homem infeliz cujo coração abriga profundos tormentos, e cujos lábios se moldam de tal forma que um suspiro ou grito, irrompidos deles, soam como bela música. Sim, provavelmente, seja isso mesmo, o que o tempo em casa também suscita: angústia.

Dos versos acima, irrompida está a angústia do tempo do “novo normal”. Angústia que se assenta no próprio ceticismo advindo [à revelia] da subjetividade do Eu: e o Eu, inscrito na escrita do poema, parece duvidar de qualquer ideia de tempo futuro. É isso. O Eu do poema põe em dúvida tudo, e “é preciso duvidar de tudo” (cf. KIERKEGAARD, 2003). Por outro lado, não só dos lábios da poeta, mas de todo o corpo, que também fala o tempo todo, irrompem os questionamentos, as críticas, os inconformismos, que representam esse “tudo, o quê?” da existência presente. Existência – singular – remontada todo

dia, presentificada pelo passar do ritmo do tempo, às vezes, lento; outras, meio sem tempo, e outras tantas fora do tempo, eu diria até mesmo, atemporal. Cito, transcrevendo, Søren Kierkegaard:

[...] Essa é uma aventura pela qual todos têm de passar: a de aprender a angustiar-se, para que não se venha a perder, nem por jamais terem estado angustiado nem por afundarem na angústia; por isso, aquele que aprendeu a angustiar-se corretamente, aprendeu o que há de mais elevado (KIERKEGAARD, 2010, p. 163).

Perseguindo, pois, o intento de inquirir-me a mim mesma quanto às questões já descritas até aqui, na tela em branco deste meu velho computador, gosto de me reportar à clássica pergunta de Giorgio Agamben (2009), que se apresenta mais ou menos assim: somos contemporâneos de quem ou do quê? Eu ousaria dizer que somos contemporâneos, hoje, de um tempo rasgado, recortado pelas fragilidades e incertezas do tempo do agora, do chamado “novo normal”. Tempo contestado, sobretudo, pela cisão do contato com o outro. Ou restrições de contato com o outro. Um tempo de quarentena. Um tempo de isolamento social. O tempo desconhecido de um vírus que se insurge, de uma doença não menos complicada e desafiadora, que coloca a ciência em xeque, ou melhor, em “deadline”, “contra a parede”, a fim de que, em curto espaço de tempo, seja apresentada, ao mundo globalizado, uma vacina segura e eficiente.

Se a metáfora, “contra a parede” é bem peculiar (bem clichê, por certo!), “contra a parede” também estão as estruturas dos sistemas de saúde, em nível mundial, sejam estes públicos ou privados, a fim de salvar vidas, prescrever e ofertar a melhor e possível medicação aos que a eles recorrem em tempos de Coronavírus. Contudo, há revezes. Revezes perceptíveis, sobretudo, nas tomadas de decisão, na política fomentada por suas diversas ideologias, travestidas em discursos confusos, manipuladores, cujas toadas soam distantes da própria Ciência. Valho-me, novamente, do meu caríssimo Kierkegaard, tais “eloquentes oratórias” – belezas discursivas abstratas? –, representam, ironicamente, “os versos sem conteúdo e as bagatelas que soam bem” (KIERKEGAARD, 2005, p. 40). E, se isso não bastasse, vale dizer que, ainda, há outros revezes: se há o grupo daqueles que estão “contra a parede”, para tentar garantir mais tempo de vida a todos nós, há, como noticiam os telejornais, o que estão “atrás das grades”, justamente, por desviar, dos cofres públicos, o dinheiro que deveria

ser destinado ao enfrentamento da pandemia, nessa tentativa de se garantir mais tempo de vida a todos nós. Enfim, o tempo que se delineia, já há algum tempo, é este também: tempo perverso.

E por escrever sobre o tempo, o tempo em que se fala e as questões que o legitimam enquanto atualidade, escrever sobre o próprio estado de espírito do Eu, a sua própria construção histórica de sujeito em tempos de isolamento social, a escrita se torna, por si mesma, uma experiência pautada, por assim dizer, no tempo de quem, por ora, escreve este texto. Daí, este texto vincar-se ao ato de recordar a existência e a sua singular relação de descontinuidade, de dissociação, de contradição e de fugacidade do ser e da vida. E, à medida que as palavras aqui dispostas ganham corpo e forma, a própria escrita traz à tona um retrato de construção de sujeito social em tempos de pandemia: o estar-se presente é estar-se ausente, mas esta presença virtual ganha contornos de realidade, tornando-se quase um novo espetáculo da vida real, em alusão a Guy Debord (1997). É válido dizer que, hoje, por exemplo, o Eu, que está em casa, se expõe na mídia, reinventa sua vida pessoal, inventa valores, se inventa como persona e pessoa. É o tempo da presença fabricada pelas tecnologias digitais e pelas próprias práticas interativas de construção do Eu, contudo esta existência do Eu é, artificialmente, certificada pela rubrica “ao vivo” ou em “tempo real”. Eu já escrevi, uma vez, assim:

[...] os relatos pessoais, as memórias, as obras históricas, os diários, as cartas pessoais compartilham também o status de ficção, embora se proponham a descrever os eventos vividos no mundo referente. Isso, por um lado, faz expandir o campo da literatura e o vasto domínio da escrita, colocando o leitor diante de realidades que se tornam próximas às suas experiências pessoais. Por outro lado, leva o leitor a imaginar e organizar o mundo de que fala a obra literária em si e o mundo que ela evoca, pois, se as obras existem sempre em diálogo com o mundo referente, a literatura não descreve o mundo, contudo pode representá-lo através de suas construções engenhosas (LEÃO, 2011, p. 73).

Por outro lado, se há o Eu do agora, virtualmente criado pelas parafernalias tecnológicas, o Eu outro, sombreado, recordando-me de Zygmunt Bauman (2007), é o que continua a viver no tempo recortado pelos sentimentos de medo e insegurança. Aliás, já se pensando no “Nós”, esses sentimentos nos são conhecidos desde muito cedo e há muito tempo, só que, agora, neste tempo, a ameaça é muito própria: um vírus? A realidade, que não é nada burlesca ou

hollywoodiana, vem, no tempo do agora, carregada, inclusive, de novos dispositivos de controle e monitoramento ostensivo do espaço social.

E esse tempo cindido pelo medo e insegurança ditou para o Eu o esconder-se por detrás de máscaras. O rosto mostrado, quase que só pela metade, constitui-se na nova moda e no novo imperativo social deste confuso ano de 2020. Ironicamente, em tempos de isolamento social, a dinâmica do consumo trouxe novos objetos de desejo, novos modismos que buscam fisgar um consumidor, um Eu, que, estando mais tempo em casa, se tornou [parece] mais próximo da família, dos afazeres domésticos, do seu próprio lar e do lar de si mesmo. Fácil perceber que as campanhas publicitárias, agora, procuram se concentrar [e muito] no trivial cotidiano: se antes, o terno e a gravata, o sapato bem engraxado; o terninho feminino e o “scarpin” na medida certa constituíam objetos de desejo, para um visual chique e elegante no trabalho, atualmente, não é mais esse vestir executivo ou coisa do gênero que dita a moda do “novo normal”. Os tempos são outros.

E, nestes tempos outros, se, obviamente, você é um dos sortudos, que escapou da roleta do desemprego, e tem, ainda, um contrato de trabalho vigente, vai notar que a moda, também, vigente, para o trabalho, é aquela do estilo mais despojado, mais livre, mais “fique em casa”. E, ficando em casa, o pijama se tornou o novo padrão de vestimenta dos que trabalham em casa, dos que estão em teletrabalho, dos que têm o seu escritório em casa, ou melhor – para soar bem sintonizada com o novo padrão vocabular –, dos que estão em “Home office”.

E por falar em novo padrão vocabular, que veio e vem na carona do Coronavírus, cujas palavras carregam esse modismo novo, incorporando novos significados à língua e à linguagem como um todo, no quadro do tempo que se desenha no agora, agora do “novo normal”, tornou-se normal ouvir, escrever e ler [mesmo sem saber, exatamente, o que os vocábulos, apropriados de outra língua, querem dizer], estrangeirismos aqui, aí, lá, acolá, que, nestes tempos doentes, já, até, quase perderam o “status” de vícios de linguagem. Daí, o léxico e, conseqüentemente, o texto vão se tecendo, no funcionamento dinâmico da língua, mais ou menos emaranhados, mais ou menos assim: a “Live” de tal dupla sertaneja ou outra atração tem data e horário para acontecer, com isso, é possível fazer doações, basta usar um determinado “QR Code”. O que se percebe é que essas atrações, na verdade, tentam dar sentido ao “Lockdown”, já que a cidade com o seu movimento peculiar parou, estagnou-se por

determinado tempo. Aliás, nunca foi tão evidente o tempo das entregas por motociclistas, usando as palavras da moda, do “Delivery”, do “Ifood”, do “Uber eats”. Claro, com bares e restaurantes fechados, o consumo, agora, é no formato “Take away” ou “Take out”. Virou moda também o “Face shield”, para aqueles que querem [tentar] uma proteção extra contra a COVID-19.

Novos tempos é fato. E é fato também que essas novas expressões passam a se integrar e a se somar a tantas outras expressões da nossa velha Língua Portuguesa “brasileira” [falada e escrita] de todos os dias. Contudo, se as recentes mudanças, em tempos de Coronavírus, trazem novos arranjos não só nos componentes linguísticos da fala e da escrita, como também nos comportamentos sociais, deles decorrem novos sentidos, novas leituras, embora a boca, o sorriso e a voz estejam, literalmente, abafados na mascarada realidade fática. Sem dúvidas, busco, aqui, perseguir o tempo como memória, como discurso, dentro de um tempo, por si mesmo, atemporal. Por isso, este texto se constrói como breve experimento de escrita, mais personalizado mesmo, porque é assestado pelo tempo muito próximo do agora, marcadamente inscrito por uma perspectiva sincrônica, recortada por um estado de ânimo, de medo, de dor e de perdas. O texto que se tece, de forma não menos acadêmica quanto autoral, carrega as marcas de um Eu cuja existência se pauta no tempo vivido do agora, nas amarras do isolamento social, e, por essa via, torna-se mais que mero objeto narcísico de exercício de escrita crítica, literária e filosófica.

Mas o que há mesmo de novo? O medo da morte? Nunca tive. Ou o medo de testar a vida sob os fios ameaçadores da morte? Isso, sim, talvez. Mas, como afirma o narrador de *A passagem tensa dos corpos* (MELLO, 2009), toda “palavra proferida ao redor da morte comporta, pelo menos, um fonema enlutado”. A ameaça é, de fato, o vírus, a COVID-19? Ou o que ameaça a todos nós é um sistema de saúde pública frágil, debilitado, cheio de nós? E qual é a normalidade desse novo agora? Ficar em casa, tentando escapar da morte? Ou adiar a morte? Ou ser poupado por ela? Por outro lado, leio, mais uma vez, o já citado narrador de Carlos de Brito e Mello:

Para que algo seja edificado pela morte, é preciso, entretanto, reconhecê-la e confirmá-la, conferindo-lhe seu inconfundível estatuto. Sem confirmação, nada poderá advir, e o morto será, sempre e desgraçadamente, reeleito a uma cadeira de vivo (MELLO, 2009, p. 15).

Dos corpos reconhecidos e confirmados pela morte, por meio de seu inexorável e inconfundível estatuto, eu afirmo: não vi, em tempos de outrora, como vejo hoje, tantos gráficos, índices de contabilização de mortes. A existência se efetivou, mais que antes, em dados matemáticos, estatísticos e probatórios. Eu reafirmo: não vi, em tempos de outrora, como vejo hoje, nada parecido em relação aos números inflexíveis constantes do trabalho de relatar mortes e mortos, mortos desprovidos, muitos, de um ritual fúnebre digno. Daí fico em casa, sigo isolada do outro. E qual é o lugar que esse outro passa a ocupar no tempo do agora? Um outro lugar. Um entrelugar. Seja na tela do computador ou do pequeno aparelho de tv ou celular, eu estou com você, você outro, no meu exercício duro de alinhar-me à alteridade, para constituir-me e fundar-me a mim mesma.

Vale dizer que a subjetividade, conforme Fábio Belo (2011), é marcada pelo outro. Não há a essência do sujeito, não se pode afirmar uma existência isenta da figura da alteridade, não há, no sujeito, algo que seja estritamente seu, próprio dele mesmo. O sujeito não nasce de si mesmo, o sujeito não está isento da influência e da manifestação do outro. Mas, então, a escrita do Eu já não seria, também, o registro de ficcionalização do próprio Eu, o Eu do poema, inclusive, se assim se pode dizer? O Eu encenado por trás da subjetividade do ato da escrita e do discurso em primeira pessoa, do dado narrado, é também uma reinvenção do tempo vivido, que busca, artificialmente, se pautar pela fidelidade às normas dos acontecimentos. Isso, em certa medida, não é o que reafirma a escrita do Eu como construção literária? Relatar a si mesmo é uma ação performativa e dialética, que dá ao Eu a tarefa de se pintar, de se criar (e até mesmo de se ficcionalizar) na sua própria existência. Mas, mediante o relato de si mesmo, surge, em contrapartida, a possibilidade do Eu (e do outro) de agir sobre a matéria relatada por meio de interpelações e de questionamentos de si (e do outro). Paraphrasing Judith Butler (2015, p. 26), a partir do momento em que o eu relata a si mesmo, por resposta ao que se supõe ser o si mesmo, o Eu se torna implicado numa relação dialética com o outro, porque o outro se interpõe diante de quem se fala e do que se fala. Relatar a si mesmo é possibilitar uma verdade subjetiva, fragilizada e deslizante da instância performativa que se assume como eu.

Valho-me, agora, para continuar seguindo o decurso de tempo de escrita deste texto, de Paul Ricoeur (1996) que, ao contrapor o tempo ficcional ao tempo histórico, apropria-se do termo variações imaginativas. Para o autor, o

tempo da ficção não se vincula ao tempo do universo. O primeiro, um recurso de vários tempos sobrepostos, não se inibe perante o dado histórico, embora, com ele, se inter-relacione. Já o segundo preza pela postura de isenção imposta à narrativa do historiador, buscando, sobretudo, por meio de uma suposta similitude temporal, a ruptura dos conectores específicos de re-inscrição do tempo vivido sobre o tempo cósmico. Ricoeur destaca, com grande ênfase, que a experiência ficcional de tempo, a seu modo, institui temporalidade própria aos personagens segundo a dimensão e a representação do mundo no qual se inserem. Logo, sem nenhum problema, tanto os personagens históricos, os acontecimentos datados, quanto os lugares geográficos podem ser mapeados e reinventados dentro do tempo ficcional. Este, longe de ser arrastado à inscrição de tempo histórico, alinha-se segundo a ordem dos acontecimentos representados pelo imaginário sem, no entanto, romper com o estatuto de irrealidade. Por outro lado, toda experiência ficcional descortina o seu próprio mundo, mundo, na verdade, único, incomparável e singular que, além de não seguir nenhuma linearidade temporal, não se limita a um único tempo imaginário. Além disso, as experiências ficcionais não são totalizadoras, diferenciando-se, portanto, do plano da história, limitado pelo tempo cronológico.

Se o escritor de ficção, no exercício de sua atividade criativa, depara com grande obstáculo a ser transposto, a transcrição da realidade, embora, paradoxalmente, saiba que esse ideal é inalcançável, penso no que escreveu Adam Mendilow (1972). Se a realidade não pode ser verbalizada, resta ao ficcionista, jogar, da melhor forma que puder, com a imaginação. A ficção deve provocar a sensação direta de se estar sendo, vendo e fazendo no plano do aqui e agora, levando o leitor a se esquecer de si e do mundo em que está vivendo. Já, em se tratando do ficcionista, este “deve colocar um sentimento de presença e presente nas mentes de seus leitores” (MENDILOW, 1972, p. 37), persuadindo-os com sua mentira agradável, transformando a ficção não em *factum*, trabalho de ação direta sobre as coisas do mundo real. A ficção deve ser alçada ao “status” de *fictum*, isto é, projeção enganosa, ilusória, representação que intervém entre o leitor e sua imediata percepção da realidade.

Por esse viés, voltando o olhar a mim mesma, lanço, então, a pergunta, que me instiga a pensar em tudo o que já foi escrito aqui, nesses longos tempos de escrita: seria o poema, *Atemporal*, que abre a estas reflexões sobre literatura, memória e tempo, sobre a pós-quarentena da COVID-19 e a cisão do Eu em tempo de isolamento social, somente da ordem da ficção? A ele somente

interessa o tempo ficcional, o tempo apreendido pelos sentidos do Eu dentro do mundo do texto, o tempo implicado na duração da passagem do tempo durante a sua leitura? *Atemporal* é um poema recortado pela memória das imagens dos dados percebidos nos tempos de pandemia, e à memória, lendo Fernando Rey Puente (2001, p. 281), somente interessam os fatos passados, pois o passado é o único evento capaz de vir à lembrança. Não há memória do futuro ou do presente. O primeiro é apenas a probabilidade, a opinião ou a expectativa em relação ao tempo e aos fatos vindouros. O segundo, o presente, é tão somente o evento passível de ser percebido, e a percepção diz respeito ao momento agora, excluindo o acontecimento futuro e o dado passado.

Inegável. O poema *Atemporal* é fruto dos dias em que fiquei em casa e se constitui em invenções de escrita, por certo. Mas a realidade presentificada pelos versos do poema não se constitui em meros retratos de ficção. Quem me dera, se fosse mais um conto astucioso de Sherazade, para as minhas, não mil, mas muitas noites de tempo estancado, aqui, acolá, em casa, longe das ruas e avenidas, das pessoas, das aglomerações da cidade em si. Em tempos de isolamento social, eu fiquei em casa, porque a cidade já não podia mais me comportar. E Eu é que me comportava e me virava no espaço dentro de casa. E Eu é que me comportava no meu Eu, que se tornou a minha própria companhia. Então, cedi a mim mesma ao tempo do “novo normal”, cuja cisão se fez a partir do momento em que o meu Eu se isolou do convívio com o outro. Se *Atemporal* se faz vivo por si mesmo no encontro com o seu leitor, ou seja, na interação do jogo do texto, apesar de carregar a marca histórica de minha escrita, ainda assim, o poema segue rumo às inúmeras possibilidades interpretativas. E eu sigo assim, acreditando que a vida, apesar dos pesares, mas, enquanto um texto, um belo poema, também pode ser reescrita diariamente. Contudo, no tempo do agora, um pedaço dela fora rasgado, vida rasgada como as antigas cartas em papel de pão. O Eu de todos nós foi descontextualizado de suas experiências diárias perante a incerteza do tempo do amanhã, a incerteza de que, no tempo do hoje, é possível contaminar-se pela temida COVID-19. Do poema, fica também a lembrança dos intervalos de tempo reconstruída enquanto escrita: o ato de lembrar situa a imagem dos tempos de isolamento social no tempo, que transcorre no tempo presentificado pelo poema. Paradoxalmente, desse espaço ambíguo de pertencimentos de tempos sobrepostos, hoje e amanhã, é de onde ecoa a minha voz. Voz que contesta o fazer nada. Um nada controlado pelo controle de ficar em casa, e cuja sensação

estranha é que o tempo, tempo, que não somente a mim, mas a todos nós, é-nos tão caro. Tempo de existência, que se faz, mais que nunca, como tempo instável, fragmentado, remontado diariamente. Então, das instabilidades advindas de muitas dúvidas, de falas de autoridades de diversos países, de orientações controvertidas ou não dos órgãos de saúde, de promulgação de leis, que mais se mostraram como posições autoritárias dos que legislam, fica é, só, o desejo mesmo, talvez, de estancar o tempo. Ficar em casa, por mais quanto tempo? O certo é que o tempo da existência passa e, à medida que o tempo passa, de tempo em tempo, torna-se, por si mesmo, um tempo atemporal.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

_____. *Vida líquida*. Organização de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BELO, Fábio Roberto (Org.); MARZAGÃO, Lúcio Roberto; PEREIRA, Antônio Marcos. *Sobre o amor e outros ensaios de psicanálise e pragmatismo*. Belo Horizonte: Ophicina de arte e prosa, 2011.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREUD, Sigmund. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

KIERKEGAARD, Søren. *É preciso duvidar de tudo*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O conceito de ironia*. Trad. Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Ou-Ou: um fragmento de vida, (Primeira Parte)*. Tradução Elisabete M. de Sousa. Lisboa: Relógio D'Água, 2013.

_____. *O conceito de angústia*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Editora Universitária São Francisco, 2010.

LEÃO, Jacqueline Oliveira. Migrações do eu: recurso à autoficção em Sérgio Kokis. In: *Aletria: revista de estudos de literatura. Migrações do eu*. Belo Horizonte, PÓSLIT/CEL.

LEÃO, Jacqueline Oliveira; CURY, Maria Zilda Ferreira. A escrita autoficcional do *Diário do sedutor*, de Søren Kierkegaard, in: ALMEIDA, Jorge Miranda de; LIMA, Fransmar Costa (Orgs.). *Subjetividade, filosofia e cultura*. São Paulo: LiberArs, 2011, p. 151-165.

MELLO, Carlos de Brito e. *A passagem tensa dos corpos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENDILOW, A. A. *O tempo e o romance*. Tradução de Flávio Wolf. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

PUENTE, Fernando Rey. *Os sentidos do tempo em Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyol, 2001.

RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración III: el tiempo narrado*. Madrid: Ediciones Cristianidad, p. 1996.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. *Subjetividades da ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Europa, 2004.

Artigo recebido em 19/10/2020 e aprovado para publicação em 05/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-1>

Como citar:

LEÃO, Jacqueline Oliveira. Ficção. Memória. Tempo: o pós-quarentena da COVID-19 e o Eu cindido pelo *isolamento social*. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 189-200, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

As capacidades estatais na resposta brasileira à pandemia de COVID-19

State Capacities in the Brazilian Response to the COVID-19 Pandemic

LUIZ BRUNO DANTAS*

Resumo: A pandemia de COVID-19 exigiu dos países respostas rápidas a um problema repentino e grave. Estas respostas dependeram da trajetória de cada país e da conjuntura vivida por eles. O artigo analisa como o Brasil reagiu à pandemia a partir do conceito de capacidades estatais. Com esse instrumento teórico são avaliadas as políticas públicas na prevenção e combate à pandemia, nas pesquisas sobre vacinação e na capacidade de atendimento dos atingidos pelo novo coronavírus pelo SUS.

Palavras-chave: Capacidades Estatais. Políticas Públicas. SUS. Planos de Saúde. Pesquisa Epidemiológica.

Abstract: The COVID-19 pandemic required countries to respond quickly to a sudden and serious problem. These responses depended of the trajectory of each country and the situation experienced by them. This article analyzes how Brazil reacted to the pandemic based on the concept of state capabilities. With this theoretical instrument, public policies for preventing and combating the pandemic, research on vaccination and the capacity to care for those affected by the new coronavirus by SUS are evaluated.

Keywords: State Capacities. Public policy. SUS. Health insurance. Epidemiological Research.

* Luiz Bruno Dantas é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: lbrunodf@gmail.com

Introdução

O ano de 2020 foi marcado em todo o mundo pela pandemia do novo coronavírus, pelas reações a esta situação extrema e pelas dúvidas por ela suscitadas. Muitos viram na emergência a difícil escolha entre fechar comércio, indústria e serviços ou manter tais atividades, para preservar empresas e empregos. Cidadãos de todo o mundo levantaram dúvidas a respeito de seus respectivos governos ou de países vizinhos. A China foi negligente em prevenir a disseminação da doença, assim que surgiram os primeiros casos? A hesitação inicial dos países europeus, em impor um *lockdown* provocou um número desnecessário de mortes? O presidente norte-americano Donald Trump foi negacionista, ao entrar em conflito com autoridades sanitárias e governadores?

A verdade é que mesmo autoridades médicas e sanitárias não tinham, a princípio, informações seguras que pudessem servir de base para protocolos eficientes para a segurança da população. Diante das incertezas, é natural que cidadãos se voltem para seus governantes em busca de soluções, mas é preciso lembrar que as melhores políticas públicas não funcionam sem sua colaboração. Alguns governantes foram acusados de negar a gravidade da pandemia de COVID-19, mas segmentos da população, em diversos países, aderiram a esse comportamento pouco racional, no mais das vezes reproduzindo discursos populistas e repletos de paranoia contra os chineses, ou uma perversa elite global.

Ora, o Estado não é o único ator político que importa. A oposição entre Estado e sociedade civil deixa escapar muitas nuances importantes, além de relevar o fato de o Estado dispor de mais meios para coordenar ação coletiva do que qualquer outra instituição¹. Há várias alternativas dentro da teoria política que superam explicações focadas, exclusivamente, na ação do Estado, ou no binarismo Estado-sociedade civil. Optamos por nos concentrar nas capacidades estatais, como forma mais sutil de captar as relações do Estado com diversos atores políticos, bem como considerar, devidamente, os limites da ação estatal e suas articulações com estes mesmos atores.

Há muitas definições de capacidades estatais, mas, em comum, elas têm uma abordagem interna (qualidade de sua burocracia, recursos financeiros, etc.) e externa (relações com diversos atores privados). Podemos citar, como exemplos de capacidades estatais, a legitimidade de suas ações junto ao público

1. O mercado, como forma de organização da economia, funciona de forma diferente e não é intenção deste trabalho uma análise das instituições do mercado.

e a possibilidade de realizar investimentos conjuntos, com grandes empresas, para auxiliar políticas públicas. De certa forma, estes exemplos estarão presentes neste trabalho. A análise das capacidades estatais se dá no nível das instituições, estando longe de explicações estruturais mais abrangentes, baseadas em teorias econômicas ou sociológicas. Esta abordagem é sensível a mudanças conjunturais, que podem ocorrer em espaços de tempo mais curtos. Ela não capta, exclusivamente, o Estado, sua burocracia e seus recursos de poder, mas antes o Estado em suas diversas relações com atores políticos (abordagem externa). Esta não deixa de ser uma abordagem ampliada do Estado.

O objetivo deste trabalho é avaliar quais recursos estavam disponíveis para o Estado brasileiro enfrentar a emergência sanitária representada pela COVID-19 e como eles foram utilizados. Além desta introdução, a segunda seção deste trabalho elenca as capacidades estatais relevantes na presente emergência sanitária. A terceira seção avalia como foram utilizadas, no Brasil, tais capacidades estatais, no enfrentamento da pandemia no país. Uma quarta seção, com considerações conclusivas encerra o trabalho.

1 As capacidades estatais no setor da saúde

Desde a Constituição de 1988, o alcance do sistema público de saúde é universal. Isso quer dizer que, independente da qualidade dos serviços prestados, todo cidadão brasileiro tem direito à saúde. A Carta Magna reforça esse direito, definindo-o como dever do Estado. De certa forma, essa conquista é uma culminância de toda a história do sistema de saúde brasileiro que, em linhas gerais, teve duas etapas anteriores bem definidas. A partir de 1923, consolidou-se um sistema corporativista, através das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), mais tarde denominadas Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). O sistema era corporativo, porque seu acesso era determinado pelo pertencimento a uma categoria profissional, e os serviços de saúde eram oferecidos como um complemento à poupança previdenciária. O regime militar centralizou a gestão desse sistema corporativo ao criar, em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Essa reorganização transformou o Estado em grande comprador de serviços de saúde privados, e as empresas foram obrigadas a contratar seguros para seus funcionários, o que criou interesses

poderosos ligados à gestão de hospitais e planos de saúde privados. Importante ressaltar: a cobertura desses sistemas de saúde não era universal, portanto, não alcançava todos os cidadãos (MENICUCCI, 2014; MENICUCCI, 2019).

A Constituição de 1988 refletiu os compromissos possíveis entre o lobby do setor privado e a mobilização – que incluía muitos médicos – contra esse sistema de saúde, baseado em serviços privados e considerado caro e ineficiente. Dessa forma, o sistema de saúde, resultante das novas normas constitucionais, conjugava um sistema público e universal, com um mercado privado de serviços de saúde, com as contradições que isso implica até hoje (MENICUCCI, 2014).

Para dar materialidade ao sistema de saúde universal, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS). Sua cobertura é muito maior do que a dos planos de saúde privados, no entanto, a distribuição de recursos é bastante desigual. Um estudo de 2011 constata que os gastos privados, com saúde, chegam a 54,26%, superando os gastos públicos (MENICUCCI, 2019). Mas os gastos tributários com saúde chegaram a 10,47% do total. Estes gastos se referem à renúncia fiscal, permitida a todos que contratam planos de saúde privados². O total desse gasto, para aquele ano, foi de quase R\$ 16 bilhões, o equivalente a 22,5% do gasto federal total. Fosse descontado esse generoso incentivo fiscal, os gastos públicos seriam superiores aos privados. A legislação cria uma distorção grave, ao dirigir recursos importantes para prestadores de serviços privados, que atendem a uma parcela do público, em detrimento do SUS.

Mas ao contrastar o SUS com o mercado privado de saúde, é necessário destacar que o SUS funciona segundo princípios diferentes. Obviamente, o sistema público de saúde precisa dar atenção aos cidadãos em todos os níveis de complexidade – baixa, média e alta –, ou seja, deve ser capaz de prover desde serviços simples, até executar cirurgias complexas. Mas a atividade da maior parte dos profissionais do SUS tem fins preventivos e se orienta pela integralidade da atenção básica, buscando acompanhar o estado de saúde dos pacientes. Enquanto o mercado de saúde se ocupa de recuperar a saúde, o SUS se dedica a preservar a saúde e, quando necessário, recuperar a saúde dos pacientes.

Com todas as desigualdades regionais e sua dimensão territorial, o SUS precisa de grande capilaridade, para garantir a universalidade do direito à saúde. Isso foi feito com novos serviços e um novo pacto federativo, que reverteu a centralização anterior e concedeu maior autonomia a estados e municípios.

2. As renúncias fiscais também subsidiam entidades beneficentes e pesquisas médicas e farmacêuticas.

O Programa Saúde da Família (PSF) foi criado em 1994 e, um ano mais tarde, incorporou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Ele conseguiu trazer serviços médicos a municípios de todas as regiões do país, dotando unidades básicas de saúde de equipes multiprofissionais, responsáveis por uma determinada população, em uma determinada área. Novos programas foram incorporando outros profissionais, às equipes de saúde da família. O programa *Brasil Sorridente* (2003) buscou trazer orientação e atendimento dentário às unidades de saúde do PSF. Em 2008, foram criados os Núcleos de Apoio de Saúde da Família (NASF), com o objetivo de ampliar o conjunto de profissionais que atuam na atenção primária. O programa *Mais Médicos*, lançado em 2013, amplia o alcance do SUS, trazendo atendimento médico para regiões afastadas de centros urbanos e com poucos recursos que, em muitos casos, nunca tiveram esse serviço básico. Depois de mais de vinte anos, deve ser reconhecido que, no quesito alcance nacional, o Programa Saúde da Família é um sucesso. Em 2016, 5376 municípios tinham equipes de saúde da família, cobrindo 63,48% da população. Em 2012, equipes de saúde bucal estavam presentes em 4907 municípios (MENICUCCI, 2019). Apesar do esforço para atingir todos os municípios brasileiros, o objetivo de garantir a universalidade do direito à saúde ainda não foi atingido.

Na questão federativa, a União, por concentrar a maior parte dos recursos financeiros, consegue induzir estados e municípios a aderir a seus programas e iniciativas. Mas a Constituição de 1988 promoveu uma efetiva descentralização federativa. Isso deu a outras unidades da federação autonomia para decidir onde alocar recursos, quando o governo federal não interfere em sua agenda. O desafio na gestão do SUS é conjugar a autonomia federativa e a interdependência entre os entes federativos. Dentre as formas de coordenação federativa, as mais importantes são as Comissões Tripartites (União, estados e municípios) e as Comissões Bipartites (com estados e municípios). Mais tarde, surgiram as Comissões Intergestores regionais, com o objetivo de articular redes regionais de atenção básica (MENICUCCI, 2014). O peso de especificidades locais e regionais torna estas articulações indispensáveis, para a eficácia das políticas públicas, na área de saúde. A descentralização da gestão e a participação de estados e municípios passaram, portanto, a ser requeridas na nova arquitetura política.

O SUS ainda conta com uma dimensão participativa em sua gestão. Há conferências de saúde em todos os entes federativos, com a participação de representantes do governo, dos profissionais de saúde, dos prestadores de

serviços, dos usuários do SUS e de outros segmentos. A Conferência Nacional de Saúde, mais importante evento nesse contexto, ocorre a cada quatro anos. Existem também conselhos de saúde nos três níveis federativos, com ampla representação de diferentes segmentos, incluindo usuários do SUS. Os conselhos de saúde têm uma atuação mais regular, produzindo relatórios periódicos e assumindo uma função fiscalizadora da prestação dos serviços de saúde.

A extensão da cobertura do SUS, a descentralização de suas decisões que inclui estados e municípios, na elaboração e implementação das políticas de saúde e a participação de segmentos sociais e usuários dos serviços de saúde, confere grande legitimidade à política nacional de saúde pública. Apesar de todas as deficiências na prestação de serviços, o SUS é visto, positivamente, pela população, o que ficou claro pela reação a um estudo do Ministério da Economia sobre a viabilidade da concessão a prestadores privados de serviços de saúde de unidades básicas de saúde. A legitimidade do SUS, junto ao público, reforça a capacidade estatal de implementar políticas de saúde. Assim, o Estado “externaliza”, por assim dizer, suas políticas, que deixam de existir dentro de uma dimensão interna meramente burocrática.

Outra capacidade estatal muito importante foi desenvolvida no campo tecnológico. Na década de 2000, a indústria farmacêutica recebeu grande impulso, por meio de políticas públicas específicas. Aquisições governamentais no âmbito do SUS passaram a comportar condicionalidades, para internalizar tecnologia, com o objetivo de estimular a indústria doméstica e a inovação tecnológica. O objetivo último era reduzir a vulnerabilidade do sistema de saúde doméstico, sujeito a flutuações nas importações de medicamentos. Foram criadas Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs), envolvendo três atores: um laboratório público, um laboratório doméstico e um produtor de insumos necessário para a produção de medicamentos. O Ministério da Saúde reportou, em 2013, 104 PDPs envolvendo 76 parceiros, 57 privados e 19 públicos (DELGADO, 2019).

A adesão às parcerias traz a perspectiva de acesso às aquisições do SUS, mas também a do licenciamento compulsório. O episódio mais significativo foi o licenciamento do Efavirenz, um dos medicamentos do “coquetel” de combate ao HIV, que passou a ser produzido no Brasil, através da parceria entre dois laboratórios públicos e três empresas privadas que produzem medicamentos no país. Esta iniciativa conjugou o direito à saúde e a inovação, apontando para um emprego da política de saúde, para estimular o desenvolvimento tecnológico (COSTA; GADELHA, 2012).

Neste ponto, deve ser lembrada a existência de instituições de pesquisa tradicionais, no campo da medicina e do sanitarismo, como a Fiocruz e o Instituto Butantan. Os dois institutos surgiram quase ao mesmo tempo, fundados com um ano de diferença (a Fiocruz em 1900 e o Butantan um ano depois), incumbindo-se da tarefa de combater a peste bubônica. O Instituto Butantan é vinculado ao Governo do estado de São Paulo e a Fiocruz é uma instituição federal. Sediada na então capital federal, enfrentou logo, em seus primeiros anos, o turbulento período da Reforma Passos e da Revolta da Vacina. Ambas são instituições cruciais, na pesquisa virológica e bacteriológica no Brasil, e para o Programa Nacional de Imunizações, criado em 1973, para combater a circulação de doenças, como a poliomielite considerada erradicada no país. Qualquer resposta a uma emergência sanitária não pode prescindir do trabalho de seus profissionais e pesquisadores.

Pudemos constatar que o Brasil não se encontra totalmente indefeso diante de uma emergência sanitária. O país conta com um sistema de saúde que cobre a quase totalidade de seu mal integrado território nacional. Além disso, temos uma política industrial, no setor farmacêutico, que dota laboratórios da capacidade de sintetizar medicamentos e vacinas, articulando laboratórios privados e públicos, a partir de objetivos do Estado no campo de políticas públicas e desenvolvimento tecnológico. Ainda existe um corpo técnico bem formado na Fiocruz e no Instituto Butantan, que conduz pesquisas importantes sobre problemas sanitários no Brasil. Este conjunto de instituições e políticas públicas articula o Estado com seus cidadãos e com um setor empresarial, tecnologicamente sofisticado, além de desenvolver um corpo técnico capacitado em instituições públicas. A questão que se levanta agora é a de saber como essas capacidades estatais foram utilizadas em relação à pandemia de COVID-19 no Brasil.

2 A mobilização de capacidades estatais no combate à pandemia de COVID-19

É difícil, num curto espaço, analisar como as capacidades estatais anteriormente descritas, foram empregadas durante a emergência sanitária representada pela COVID-19. Para essa análise, pretendo me concentrar em três pontos: a adequação a protocolos de segurança, no início da pandemia, a pesquisa por

vacinas e a capacidade de atendimento da população, nos períodos em que houve maior contaminação e internação hospitalar.

A resposta inicial do governo federal à pandemia foi bastante ambígua. Membros do governo, principalmente, no Ministério da Saúde, se mostraram muito atentos às prescrições de autoridades sanitárias, enquanto outros, inspirados pelo próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, minimizavam a gravidade da crise. Esta dualidade afeta até hoje as respostas que prefeitos, governadores e a União vêm dando às novas contingências, apresentadas pela pandemia, opondo-se entre liberar as atividades de vários tipos ou manter o isolamento social. O fato é que nem sempre conselhos de epidemiologistas ou sanitaristas são levados em conta.

Dentre as agências do governo, que estavam se preparando para enfrentar a crise sanitária, destaca-se a Fiocruz. Já em março, pouco antes de ser decretado o isolamento social, ela dizia estar pronta para produzir 20 mil testes semanais para detecção do Sars-cov-2 (vírus que é o vetor da COVID-19) e capacitar laboratórios, em quinze estados, para a mesma tarefa (Jornal GGN, 2020a). Dias mais tarde, no entanto, técnicos da Fiocruz não puderam apresentar, em uma reunião do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um pedido para a obtenção de empréstimo para a fabricação de kits diagnósticos, sob a alegação de que o Ministério da Saúde já tinha recursos para tal fim (Jornal GGN, 2020b). Os testes produzidos não tiveram escala suficiente para uma ampla testagem da população (aí os recursos do BNDES fizeram falta) e muitos foram importados. Talvez por isso, o ministro Henrique Mandetta tenha dito que seria impossível testar toda a população brasileira.

Aí, entramos na parte dos protocolos, para o controle e tratamento da COVID-19. A OMS é uma organização multilateral e, portanto, suas recomendações não têm força de lei nacional. Na maior parte das vezes, a OMS pode padronizar regulações nacionais e coordenar reações internacionais contra pandemias, como a que estamos enfrentando agora. Suas prescrições, elaboradas por seu corpo técnico, se tornam referência para governos, médicos, imprensa e o público em geral.

A especificidade do caso brasileiro, com uma divisão inicial dentro do governo federal e um conflito com os estados, tornou a aplicação das recomendações da OMS muito confusa. Ações na esfera federal e nos governos estaduais foram bem adequadas ao vertiginoso início da pandemia. O primeiro caso confirmado de COVID-19, no Brasil, ocorreu no dia 26 de fevereiro, e no

dia 20 de março, foi divulgado que já havia transmissão comunitária no país³. A rápida evolução da pandemia motivou que fosse decretado o isolamento social, com reflexo na atividade econômica, acompanhado de ampla difusão de informação junto ao público de medidas de proteção e sobre os sintomas da doença. Tais medidas, ainda que abertamente, sabotadas, por segmentos políticos apoiados pelo Presidente da República, eram coerentes com as recomendações da OMS e com a política de países que estavam combatendo, com sucesso, a COVID-19 e evitaram a perda de muitas vidas.

Mas houve uma grande falha, do ponto de vista do que a OMS prescreveu para os governos: não houve rastreamento de contato. O objetivo do rastreamento é impedir ou, se isso não for possível, retardar a difusão da doença. Na pior das hipóteses, isso adia a situação de transmissão comunitária. Essa abordagem implica testagem de casos suspeitos da doença e de pessoas, que estiveram em contato com casos comprovados de contaminação, isolando os comprovadamente doentes e os que podem desenvolver os sintomas e transmitir a doença. Como vimos, não houve esforço na produção doméstica, em escala de testes, o que foi resultado de certa displicência, em enfrentar a emergência de COVID-19 e de um erro de avaliação do ministro Mandetta. Isso talvez ajude a explicar como a pandemia se espalhou tão rapidamente pelo país.

No campo das vacinas, temos dois grandes institutos fornecedores do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Mas no cenário global, poucos laboratórios são capazes de conduzir pesquisas da envergadura necessária para conseguir a imunização do Sars-cov-2. No entanto, o caminho para conseguir uma vacina que previna a doença dificilmente pode ser trilhado por um único laboratório. Pesquisas prévias, patentes, componentes de diversos tipos como adjuvantes⁴ ou matérias-primas transformam a cooperação entre laboratórios numa situação quase incontornável. As pesquisas para a obtenção de uma vacina não são projetos de curto prazo e podem ser mal sucedidas, tornando estéril um grande investimento. Esta é mais uma motivação para a cooperação entre laboratórios de porte global (BOLLYKY; BOWN, 2020).

3. Transmissão sustentada no interior de uma comunidade, cidade ou país, que independe de pessoas doentes que tragam a doença para o interior desse espaço geográfico.

4. Adjuvantes são substâncias responsáveis por intensificar ou prolongar a ação dos antígenos. Os antígenos são o principal componente da vacina, porque são responsáveis por fazer o sistema imunológico identificar e combater o patógeno, que é o vírus ou a bactéria responsável por provocar a doença.

É necessário considerar ainda, que a pesquisa e a produção são atividades diferentes. Uma vacina eficaz pode ser licenciada para diversos laboratórios, ou vendida pelo detentor da patente, o que atrasaria a imunização em todo o mundo. A descoberta de uma vacina eficaz não resulta, necessariamente, na imunização de populações em todo o mundo. Por isso a OMS insiste em transformar as vacinas contra o Sars-cov-2 em um bem público global.

Os principais laboratórios brasileiros na produção de vacinas – a Fiocruz e o Instituto Butantan – entraram na corrida global em parceria com laboratórios e institutos de pesquisa estrangeiros. A empresa chinesa Sinovac batizou sua vacina de coronovac e tem feito testes clínicos no Brasil, em parceria com o Instituto Butantan, enquanto a Fiocruz trabalha em uma parceria com a Universidade de Oxford e a empresa britânica AstraZeneca. A expectativa de ambas as parcerias é a de transferência de tecnologia e de produção local, que poderia dar início a um programa inicial de imunização (FIORAVANTI, 2020). Os laboratórios nacionais dominam tecnologias necessárias para a produção das vacinas (embora não dominem a técnica para a produção dos antígenos dos congêneres estrangeiros) e podem garantir produção interna, preservando o país de um “leilão” por vacinas, semelhante ao que aconteceu com os respiradores. A Fiocruz já garantiu que pode produzir, mensalmente, 40 milhões de doses e que a vacina que ajuda a desenvolver pode começar a ser produzida no primeiro semestre de 2021. A Fiocruz ainda desenvolve dois projetos próprios de vacina.

O atendimento aos infectados por COVID-19 foi dificultado pelo crescimento vertiginoso de casos, logo no início da pandemia. Era claro que os leitos da rede pública e da privada não eram suficientes e a capacidade de ambas as redes tinha de ser expandida. No caso da rede pública, os governos estaduais criaram hospitais de campanha, estruturas provisórias, para atender aos pacientes de COVID-19, que não puderam encontrar leitos nos hospitais. Os hospitais de campanha foram estruturas caras e muitas vezes mal utilizadas, seus equipamentos foram comprados num momento de alta demanda, tiveram preço elevado e houve várias acusações de corrupção.

A estrutura do SUS, principalmente, os profissionais que estiveram na “linha de frente”, foi o recurso mais empregado pela maior parte dos cidadãos. Isso se deve à estrutura do serviço de saúde, que faz com que mesmo os segurados de planos de saúde tenham acesso aos seus serviços, enquanto a maior parte dos cidadãos não pode usufruir dos serviços privados. Essa duplicidade

entre saúde pública e privada gera desigualdade, no acesso aos serviços de saúde, desigualdade que só se aprofundou durante a pandemia.

Em dezembro de 2019, a proporção da população brasileira dependente do SUS era de 77,59%, enquanto a que era atendida por planos de saúde era de 22,41%. A proporção de dependentes do SUS era maior em todas as regiões do país, exceto no Sudeste. Quando foi necessário um incremento no leito de UTIs, por conta da pandemia, ela se deu na seguinte proporção: os leitos de UTI SUS passaram, em dezembro de 2019, de 23.049, para um total em abril de 2020, de 26.153. Os leitos de UTI não SUS, por sua vez, passaram de 22.996 em dezembro de 2019, para 34.112 em abril de 2020. A diferença na aquisição de leitos entre a rede pública e a rede privada é nítida, mas a desproporção fica ainda mais clara, quando se leva em consideração a diferença na proporção de leitos de UTI, da população dependente, e a da que conta com planos de saúde. Há 12,45 leitos SUS/mil habitantes e 72,45 leitos não SUS/mil habitantes (CABRAL; COTRIM JÚNIOR, 2020).

Desigualdade na oferta de leitos entre os pacientes do SUS e os dos planos de saúde			
	Leitos de UTI (dez. 2019)	Leitos de UTI (abr. 2020)	Proporção da população dependente (dez. 2019)
SUS	23.049	26.153	77,59%
Planos de Saúde	22.996	34.112	22,41%
Fonte: CABRAL; COTRIM JÚNIOR, 2020.			

A diferença de recursos entre a rede pública e a rede privada de saúde, para o atendimento de proporções bem diferentes da população, prejudicou a prestação de serviços de saúde, nos momentos mais críticos da pandemia de COVID-19. Isso pode motivar uma revisão dos subsídios públicos, para o mercado de saúde, embora os interesses envolvidos na manutenção desses privilégios sejam bastante influentes. O SUS poderia coordenar, ao menos regionalmente, respostas locais bem eficientes ao aumento do número de casos. No entanto, a politização da pandemia provocou uma polarização entre o Presidente da República e alguns governadores dos estados, sendo que vários deles buscaram um protagonismo que ignorava os Conselhos de Saúde. O SUS é um ativo do Estado, que poderia ser bem melhor empregado. Sua estrutura hospitalar foi intensamente utilizada e pela maior parcela da população. Ainda assim, contou com muito menos recursos do que poderia ter.

Conclusão

O desenvolvimento de um país é um processo de longo prazo, que passa pela urbanização, modernização, criação de uma classe média instruída, afastando-se de uma ambiência rural e costumes políticos caracterizados por laços pessoais. Este é um horizonte do que significa desenvolvimento muito familiar, mas o próprio conceito de desenvolvimento tem se modificado e ampliado. O bem-estar da população é, hoje, amplamente reconhecido como um requisito para o desenvolvimento (EVANS, 2008).

As instituições são um componente essencial do desenvolvimento. Elas não apenas trazem previsibilidade, como consolidam conhecimentos e experiências. É claro que elas podem e devem mudar, afinal, as circunstâncias mudam. Mas a trajetória das instituições cria capacidades das quais o Estado pode dispor para enfrentar novos problemas, ou planejar novos objetivos. Essas capacidades podem ser desenvolvidas no âmbito burocrático, como em universidades ou centros de pesquisa (o Butantan e a Fiocruz aparecem aqui como exemplos), em articulações com setores políticos ou econômicos (como é o caso das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo), ou terem forte apoio social (este é o caso do SUS). O essencial é que as instituições representam ativos importantes para um país.

O Brasil é um país em desenvolvimento e teve uma trajetória político-institucional marcada por rupturas no regime democrático. Enquanto o SUS foi criado com a Constituição de 1988, o National Health Service (NHS, o sistema público de saúde inglês) data de 1948. Países com maior estabilidade política tendem a produzir instituições (políticas, científicas, sociais) mais sólidas. De qualquer forma, o Estado brasileiro tem instituições que o capacitam para se articular com outros atores políticos, no sentido de promover suas próprias políticas públicas.

O objetivo deste trabalho foi mostrar que o Brasil não estava totalmente desarmado para se defender da emergência sanitária representada pela pandemia de COVID-19. Apesar de esforços anônimos e valorosos, a resposta à crise foi prejudicada por uma liderança política confusa e por um clima intenso de polarização. Sem dúvida, iniciativas pertinentes foram tomadas, mas muito tempo precioso foi perdido, com discussões infrutíferas sobre a eficácia de medicamentos comprovadamente ineficazes, ou sobre os malefícios do uso de máscaras. Se as lideranças nacionais fossem mais atentas às reais necessidades que surgiram durante a pandemia, preocupadas em informar o público adequadamente e voltadas a tomar medidas somente com

embasamento científico, poderiam usar melhor os recursos a sua disposição, e atuar de forma mais virtuosa, para o fim último de qualquer bom governo: cuidar de vidas humanas.

Referências

Sites consultados

Fundação Oswaldo Cruz. www.fiocruz.br

Instituto Butantan. www.butantan.gov.br

Organização Mundial de Saúde. www.who.int

Documentos

WHO. Critical preparedness, readiness and response actions for Covid-19. Interim guidance. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/critical-preparedness-readiness-and-response-actions-for-covid-19>. Acesso em: 4 nov. 2020.

WHO. Contact tracing in the context of Covid-19. Interim guidance. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/contact-tracing-in-the-context-of-covid-19>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Demais fontes

BOLLYKY, Thomas J.; BOWN, Chad P. The tragedy of vaccine nationalism. *Foreign Affairs*. Sep./Oct. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-07-27/vaccine-nationalism-pandemic>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Bolsonarismo paralisa ajuda do BNDES ao combate à coronavírus, *Jornal GGN*, 21 mar. 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/bolsonarismo-paralisa-ajuda-do-bndes-ao-combate-a-coronavirus/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CABRAL, Lucas Manoel da Silva; COTRIM JÚNIOR, Dorival Fagundes. Crescimento dos leitos de UTI no país durante a pandemia de Covid-19: desigualdades entre o público e o privado e iniquidades regionais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, 2020.

COSTA, Laís Silveira; GADELHA, Carlos A. Grabois. In: BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira (orgs.). *Políticas de saúde no Brasil*. Continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

DELGADO, Ignacio Godinho. Health and pharmaceutical industry, a positive sum game, and the dilemmas of brazilian industrial policy. In: BALESTRO, Moisés;

GAITÁN, Flavio (orgs.). *Untangling industrial policy: ideas and coordination between state and business*. Brasília: Verbena, 2019.

EVANS, Peter. In search of the 21st century developmental state. Working Paper n. 4. The Centre of Political Economy. Brighton: University of Sussex, 2008.

Fiocruz produzirá kits para diagnóstico do novo coronavírus, *Jornal GGN*, 4 mar. 2020. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/coronavirus/fiocruz-produzira-kits-para-diagnostico-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

FIORAVANTI, Carlos. Para ganhar tempo. *Pesquisa Fapesp*, 293, julho de 2020. São Paulo: Pesquisa Fapesp. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/para-ganhar-tempo/>. Acesso em 4 nov. 2020.

MENICUCCI, Telma Maria G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. Mar. 2014, v. 21, n. 1.

_____. Política de saúde no Brasil: continuidade e inovações. In: ARRETHCHE, Marta; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; MARQUES, Eduardo (orgs.). *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Unesp, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. *O que é o SUS?* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PIVETTA, Marcos. À procura de atalhos. *Pesquisa Fapesp*, 293, julho de 2020. São Paulo: Pesquisa Fapesp. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-procura-de-atalhos/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Artigo recebido em 16/11/2020 e aprovado para publicação em 25/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-2>

Como citar:

DANTAS, Luiz Bruno. As capacidades estatais na resposta brasileira à pandemia de COVID-19. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 201-214, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

O papel do poder público no enfrentamento da COVID-19: crítica ao conceito ultraliberal de Estado Mínimo

The Role of Public Power Facing the COVID-19: a Criticism of the Ultra-liberal Concept of the Minimum State

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo: O artigo aborda, em um viés humanista e crítico, de que maneira a pandemia da COVID-19 explicitou a importância da participação da estrutura providencial do Estado para minorar os malefícios dessa grande moléstia, assim como, de que maneira sociedades desprovidas de substancialidade democrática foram subjugadas pela conjugação entre autoritarismo político e lógica ultraliberal de mercado, para prejuízo da população.

Palavras-chave: Pandemia. Estado. Poder Público. Sociedade. Bem Comum. Capitalismo.

Abstract: The article addresses, in a humanistic and critical bias, how the COVID-19 pandemic explained the importance of the participation of the providential structure of the State to alleviate the harms of this great disease, as well as how societies without democratic substantiality were subjugated by the combination of political authoritarianism and ultraliberal market logic, to the detriment of the population.

Keywords: Pandemic. State. Public Power. Society. Common Good. Capitalism.

* Renato Nunes Bittencourt é Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF-UFRJ) e coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC-UFRJ). Contato: renatonunesbittencourt@gmail.com

Sob pretexto algum deve a autoridade civil servir para vantagem de um só ou de alguns, visto que foi constituída para o bem comum. Se os chefes de Estado se deixarem arrastar para uma dominação injusta, se pecarem por abuso de poder ou por orgulho, se não proverem ao bem do povo, saibam que um dia terão de dar contas a Deus, e essas contas serão tanto mais severas quanto mais santa for a função que exercem e mais elevado o grau de dignidade de que estiverem investidos (LEÃO XIII, Immortale Dei, p. 239-240).

Introdução

Os tempos catastróficos exigem que a Filosofia se pronuncie acerca dos males que assolam a humanidade, pois permite interpretações, análises e avaliações substantivas dos problemas candentes que afetam nosso modo de vida em suas mais diversas dimensões. A pandemia da COVID-19, com todo o seu rastro de dor, luto e devastação social, nos obriga a assumir essa responsabilidade intelectual. Se nós, pesquisadores de Filosofia, não temos a expertise de proporcionar a cura da doença, podemos, todavia, ofertar para a esfera pública um debate sobre a conjuntura estrutural afetada por essa triste situação e possíveis mudanças de paradigmas sociais e gerenciais para o porvir. Com efeito, uma moléstia global nos exige repensar o papel da máquina estatal na organização da sociedade, da economia política e das valorações humanas acerca da conduta prática do indivíduo em meio ao mundo circundante. Em respeito aos mortos pela COVID-19, um nome tecnocrático para uma doença tão perigosa, não podemos silenciar diante dos malefícios ocasionados por ela em nossa conjuntura global. Gerações anteriores vivenciaram guerras ou mesmo outras graves doenças, e cá estamos agora, neste momento decisivo, guiados pela razão e pelo amor ao gênero humano, no processo de desmistificação dos impasses ocasionados pela COVID-19 em nosso degradado tecido social.

Pela própria impossibilidade da autossuficiência, as ações humanas individuais, ainda que virtuosas, isoladamente não conseguem realizar transformações significativas na estrutura social, daí surgindo a necessidade de suporte material de organizações, corporações e, claro, do Estado como agente integrador e força providencial para a preservação da vitalidade social. O foco do artigo consiste, assim, na análise do papel crucial do Estado no enfrentamento aos prejuízos humanos e materiais, decorrentes da COVID-19, e uma crítica ao modelo de gestão governamental proposto pela ideologia ultraliberal,

redutora da ação do Estado na vida social e, por conseguinte, ausente de seu papel de promotor da organicidade da esfera pública, composta de diversos atores sociais antagônicos que, todavia, se complementam através da aderência republicana aos parâmetros institucionais da solidez democrática. Como suporte para nossas reflexões, utilizaremos as mais diversas orientações axiológicas, de modo a não enveredarmos o debate por um foco unilateral muitas vezes, intelectualmente, redutor.

As insídias do ultraliberalismo

A agenda política ultraliberal hegemonizou a ideia de desconfiança em relação ao papel do Estado na organização da vida social, em especial na sua dimensão econômica, repudiando qualquer forma de intervencionismo ou planejamento na dinâmica do mercado. Considera-se a máquina estatal pesada, parasitária, burocrática, um entrave para a fluidez dos negócios e do empreendedorismo empresarial. Vejamos algumas visões associadas a essa doutrina:

O governo é, essencialmente, a negação da liberdade. É o recurso à violência, ou a ameaça de empregá-la, para fazer todas as pessoas obedecerem às ordens dos governantes. Em todo o âmbito de sua jurisdição, o que existe é coerção, não liberdade (MISES, 2017, p. 102).

Os libertários, mais que todas as pessoas, devem reconhecer que o Estado é um inimigo parasítico da sociedade, e que ele cria uma elite de governantes que domina o resto de nós e extrai sua renda através da coerção (ROTHBARD, 2013, p. 361).

O Estado é compreendido como o mal maior da sociedade, daí a importância de torná-lo enxuto, ou melhor, achatado, em sua configuração mínima. Todavia, não há garantias para que o fenecimento do Estado, pelas forças do mercado, favorecerá a otimização dos recursos públicos e a inerente ampliação da qualidade de serviços para os cidadãos. Esse Estado Mínimo, adequado ao ideário ultraliberal, é máximo no fomento de recursos para o empresariado, que só obtém elevação do seu índice de prosperidade mediante o suporte dos recursos públicos e subterfúgios jurídicos, sem fornecer as

devidas contrapartes sociais. John Kenneth Galbraith apresenta, com precisão, as ambivalências da utilidade do Estado segundo as falácias plutocráticas dos ultraliberais:

Para os ricos e felizardos, o Estado representa uma carga, se excetuarmos os casos das despesas militares, da segurança social e o resgate das instituições financeiras em crise, ou, por outras palavras, sempre que este serve os seus interesses particulares. Então, deixa de ser considerado um fardo e transforma-se numa necessidade social de importância vital, num bem social. Curiosamente, as medidas de apoio aos pobres não são vistas da mesma maneira (GALBRAITH, 1997, p. 28).

Com efeito, as grandes corporações capitalistas espoliam os direitos dos trabalhadores, degradam a biosfera, promovem o mal-estar socioambiental e permanecem impunes em seus crimes contra o bem comum. Vemos assim uma plutocracia parasitária, que é a verdadeira força atuante nos gabinetes políticos, sem sequer escamotear essa infiltração indecente, que tanto prejudica a saúde da sociedade. Conforme argumenta David C. Korten,

Na busca do crescimento econômico, a ideologia do livre mercado tem sido abraçada em todo o mundo com o fervor de uma fé religiosa fundamentalista. O dinheiro é sua única medida de valor, e essa prática está promovendo políticas que agravam em toda parte a desintegração social e ambiental. A profissão da economia serve como seu sacerdócio. Ela defende valores que degradam o espírito humano, assume um mundo imaginário distante da realidade e está reestruturando nossas instituições governamentais de forma a dificultar a solução de nossos problemas mais simples (KORTEN, 1996, p. 87).

Crises humanitárias, colapsos globais e situações catastróficas evidenciam os limites da iniciativa privada para resolver os problemas estruturais que afetam a ordem social. As forças do mercado, utilitaristas e economicamente interessadas em atuar apenas nos setores que consideram financeiramente viáveis, não são capacitadas para servir aos genuínos interesses humanos, quando as circunstâncias terríveis assim o exigem. A crença liberal de que o egoísmo, a rapacidade e a ganância desenfreadas podem promover, a longo prazo (sem que a limitada percepção humana seja capaz de reconhecer), a distribuição comum dos benefícios, carece de fundamento prático e nada mais é do que uma

fabulação otimistamente oca que visa legitimar moralmente a falta de empatia interpessoal. Não podemos postular que a má vontade humana seja direcionada por uma força econômica oculta, que promove o fim do bem-estar geral. A ganância desimpedida apenas aumenta a ganância, e assim a incidência dos malefícios sociais. De acordo com Bauman,

A “mão invisível do mercado”, com fantasiosa refutação de atuar em favor do bem-estar universal – a mão que a política de Estado de desregulamentação pretende libertar das algemas legais antes projetadas para limitar sua liberdade de movimento –, pode efetivamente ser invisível, mas há pouca dúvida quanto a saber a quem ela pertence e quem dirige os seus movimentos (BAUMAN, 2015, p. 45-46)

Não se trata, cabe ressaltar, de estarmos defendendo aqui, uma pauta moralista na dimensão empresarial que postula como o empreendedor deveria ser. Estamos apresentando, da forma mais realista possível, como funciona o mecanismo impessoal das forças do mercado, fetichizadas pelo palavreado liberal que camufla as contradições estruturais da lógica financeira, para melhor manter as desigualdades sociais. Para Tzvetan Todorov,

Não sendo indivíduos dotados de uma consciência, as empresas não sentem nenhum remorso por se deixarem guiar unicamente pela busca do lucro. A limitação desse apetite só pode provir de uma instância externa à lógica econômica (TODOROV, 2012, p. 108).

As poderosas corporações dos setores estratégicos da economia capitalista perpetuam, historicamente, as cisões classistas e os abismos sociais, com resultados bastante exíguos para minorar os problemas humanitários basilares, seja na indústria farmacêutica, seja nos serviços de saúde, seja na produção energética, seja nas comunicações e nas redes informacionais. Em países com déficit democrático, a monetarização social dissolve a cidadania plena e garante qualidade de vida apenas para quem pode pagar pelo que necessita e considera conveniente para seu ótimo social. Conforme o juízo do Papa Paulo VI,

Quando tantos povos têm fome, tantos lares vivem na miséria, tantos homens permanecem mergulhados na ignorância, tantas escolas, hospitais e habitações, dignas desse nome, ficam por construir, torna-se um escândalo intolerável

qualquer esbanjamento público ou privado, qualquer gasto de ostentação nacional ou pessoal, qualquer recurso exagerado aos armamentos (PAULO VI, *Populorum Progressio*, p. 137).

Para quem não possui os recursos necessários para garantir serviços essenciais para a consolidação de uma boa forma de vida, resta apenas recorrer ao que é ofertado por Estados desestruturados e manipulados pelo capital financeiro, trágica circunstância que atinge, regularmente, as camadas mais pobres da população, precária e relativamente descartável para a plutocracia. Somente a eficiência dos serviços públicos consegue alcançar a totalidade do tecido social, e para tanto, a máquina estatal deve ser gerenciada por pessoas qualificadas, probas, comprometidas com o progresso estrutural da sociedade e seu bem-estar concreto. Trata-se de uma exigência por responsabilidade sociopolítica, na qual o gestor público atua em nome de diretrizes institucionais que estão acima das meras inclinações pessoais e anseios particulares.

Em uma emergência social, o papel do governante deve se pautar pela sobriedade, pela consideração humana aos afetados, pelo respeito incondicional pela esfera pública. Quando uma liderança política carismática atua de maneira temerária, desrespeitosa e desequilibrada, tais comportamentos legitimam, no tecido social, uma horrenda emulação desses atos, pois o homem comum ponderará: “se uma notável figura política pode fazer bravatas irresponsáveis, por qual motivo eu não posso?”. Assim vemos então, tristemente, os sectários mais ardorosos dessas figuras carismáticas, desafiando todas as prescrições sanitárias, em nome de um ideal autoritário e truculento de vida, no qual o uso de máscaras, em locais públicos, ou a perseverança no isolamento social, são imputados como sintomas de fraqueza, covardia e falta de virilidade. A agenda política fascista é a mais conectada com tal discurso irracionalista, pois faz da necrofilia e da apologia de uma força mítica os seus parâmetros axiológicos principais. A grande hipocrisia da liderança demagógica, nesse processo de manipulação hábil dos instintos das massas, consiste em fazê-las acreditar, piamente, que participam intimamente das decisões governamentais quando, em verdade, essa chusma infeliz é instrumentalizada por uma elite plutocrática alheia aos interesses sociais. Em vista deste tipo de situação embaraçosa, é de grande importância institucional que uma figura política tenha autocontrole e se esforce por transmitir junto ao público ações cordatas e adequadas ao momento desastroso pelo qual passamos. Talvez esse comedimento seja

compreendido, por alguns segmentos sociais, como mera hipocrisia, mas ao menos constrói-se uma imagem política de consideração e respeito, para com a totalidade da sociedade afligida pela pandemia. Não importa se o espectro político, a preservação da boa imagem republicana e o respeito pela dignidade do cargo público são exercícios fundamentais para quem ocupa essas funções. Isso não significa que ansiemos por santos na vida política, algo irreal em uma estrutura social cheia de contradições e constantes rearranjos institucionais, mas sim, que os representantes da sociedade cumpram, razoavelmente com probidade e discernimento os ritos republicanos que lhes são outorgados nas eleições regulares.

Não é papel do Estado impor uma agenda moralista sobre a população. A pauta dos costumes, desde que não prejudique a integridade física de outrem, diz respeito apenas ao agente da ação. Por conseguinte, a liberdade social é um dos primados da organização democrática da vida concreta. Quando, em uma catástrofe social, regras restritivas são impostas, o fundamento dessas medidas excepcionais não consiste na anulação tirânica dos direitos civis dos indivíduos, mas na manutenção da coesão social, através da organização das ações pessoais, inevitável para controlar os efeitos deletérios desse grande abalo das estruturas institucionais. São métodos drásticos que visam, ao fim do grande transtorno humanitário, proporcionar o enriquecimento dos laços sociais e da pujança pública.¹ Assim como o Estado deve intervir na economia, para evitar desestruturações sociais motivadas pelas ações inescrupulosas dos operadores do mercado, assim também cabe ao Estado regular as condutas individuais, quando as mesmas, irresponsáveis, atentam contra o bem comum: “O Estado que simplesmente se esquiva nada pode fazer para defesa e promoção social de seus habitantes, nem para proteger corretamente a cidadania em geral” (LINDGREN-ALVES, 2018, p. 30).

No caso da pandemia da COVID-19, a partir de orientações técnicas/epidemiológicas, as autoridades públicas mais sensatas determinaram a aplicação de procedimentos sanitários e sociais, certamente incômodos para as pretensões individuais, mas inevitáveis para a preservação da saúde de cada cidadão, considerado como membro da grande coletividade pública. Isolamento social,

1. “O homem é por natureza membro de uma comunidade, e o indivíduo, considerado em sua capacidade, não parece ter sido feito para si mesmo: deve abrir mão de sua felicidade e liberdade, quando elas interferem no bem da sociedade” (FERGUNSON, 2019, p. 98)

suspensão provisória de atividades comerciais secundárias e uso de instrumentos de assepsia (máscara, álcool em gel) são alguns dos procedimentos fundamentais para a tentativa de diminuição dos índices de contaminação pela COVID-19. Ora, as autoridades públicas que, apesar das prescrições sanitárias, atuam de maneira demagógica no combate aos males do coronavírus, incentivando o descalabro coletivo e enaltecendo a satisfação individual, como o paradigma absoluto da liberdade política, ou enfatizam os interesses econômicos particulares, acima das demandas coletivas, cometem não apenas crime de responsabilidade, mas também promovem a cisão social, mediante a demonstração pública de um descompromisso gerencial com o bem-comum. Atitudes políticas negacionistas, necrófilas e niilistas, muitas vezes instrumentalizadas, autoritariamente, por lideranças contrárias ao espírito democrático-republicano, são atentados contra a dignidade da pessoa humana. Conforme Boaventura de Sousa Santos,

Tanto na versão hegemônica da modernidade ocidental, a globalização neoliberal, como nas teologias políticas fundamentalistas, o autoritarismo alimenta-se do encolhimento do espaço público e da crise do Estado, reforçando-as (SANTOS, 2014, p. 96).

A ideologia ultraliberal encontra muitos acólitos, entre os desalentados políticos, pessoas que, bombardeadas pelas desinformações das redes sociais e insufladas por lideranças populistas, passam a desacreditar na práxis política, igualando-a como um grande amálgama de corrupção, clientelismo, fisiologismo e outras práticas antirrepublicanas. Essas pessoas, usualmente, por desconhecimento dos espectros políticos e das agendas partidárias, consideram que todos são iguais e fazem os mesmos procedimentos, negociatas e acordos. Um dos fatores que conduzem a esse marasmo decorre da crise da representatividade política, pois muitos cidadãos não se reconhecem nas ações de parlamentares e governantes. Muitos partidos também contribuem para esse hiato entre eleitores e candidatos, pois suas agendas políticas, usualmente, não correspondem aos nomes que adornam suas respectivas legendas. A mentalidade ultraliberal compreende o ofício político como um estorvo para o cidadão pagador de impostos, e exige dos representantes do povo que atuem como prestadores de serviços para a sociedade, serviços, todavia, do quilate do sistema privado, imputado por essa doutrina como a melhor forma de gestão.

Ou seja, o ultraliberalismo exige que a práxis política atue perante a sociedade tal como ocorre na dinâmica do mercado, entre vendedor e comprador. O cidadão ideal é o cliente, que paga. Por isso, os ultraliberais anseiam pela gestão empresarial da sociedade, como um grande negócio, que exige racionalidade tecnocrática e capacidade de detectar oportunidades rentáveis, ao fim e ao cabo, para os investidores e detentores dos meios de produção:

Um homem na qualidade de comerciante está a serviço dos consumidores; está fadado a atender aos seus desejos. Não se pode deixar levar por seus caprichos e fantasias. No entanto, os caprichos e fantasias de seus clientes são a lei suprema, sempre que seus clientes estejam dispostos a pagar o preço. O comerciante tem necessidade de ajustar sua conduta à demanda dos consumidores (MISES, 2010, p. 296).

A ideologia ultraliberal também é perniciosa, socialmente, por inocular a crença de que qualquer suporte assistencial do Estado para com a população é mantê-la em situação de permanente dependência, que retira da pessoa o espírito de proatividade, inovação e senso de responsabilidade individual, inclusive depreciando a ordenação democrática da sociedade, uma espécie de “tirania da maioria”, na qual o interesse dos ricos é prejudicado em nome do beneficiamento social.² Essa interpretação é desumana e estúpida, pois em uma sociedade democrática, o fundamento da vida política é a promoção do bem-estar comum, e para tanto, é imprescindível que as pessoas economicamente, desfavorecidas, recebam suporte público, para que sua precariedade material seja atenuada e suas condições existenciais estejam no índice razoável de dignidade, segurança e conforto. Conforme o argumento do Papa Leão XIII,

Certamente, se existe em algum lugar uma família que se encontre numa situação desesperada e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade. Da mesma forma, se existe um lar doméstico que seja

2. “Como a maioria, em qualquer sociedade, tende a ser constituída pelos mais pobres, em vez de pelos membros mais bem sucedidos e competitivos da sociedade, há em uma democracia, inevitavelmente, pressão sobre os políticos para redistribuírem riqueza – para tirar dos ricos e dar aos pobres. Desta forma, o sucesso nos negócios e a excelência são punidos por impostos progressivos. Assim, da democracia pode-se esperar um emburrecimento da população e uma diminuição de normas gerais da cultura. Onde a maioria reina, a mediocridade torna-se a regra” (BECKMAN & KARSTEN, 2013, p. 75).

palco de graves violações dos direitos mútuos, que o poder público intervenha para restituir a cada um os seus direitos. Isso não é usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém (LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, p. 427).

O ideário ultraliberal apregoa a plena independência do cidadão em relação ao sistema de proteção social, mas apresenta sórdida complacência com as isenções fiscais fornecidas pela máquina estatal para empresas altamente lucrativas, as quais, em momentos de crise econômica, são ainda auxiliadas por vultosas linhas de crédito, para que permaneçam sólidas nesses períodos de abalo financeiro global. O dispositivo ultraliberal exige do indivíduo sua exploração máxima, para que se torne economicamente rentável, mas sem qualquer contraparte social das corporações capitalistas, intocáveis em seus benefícios. O princípio da solidariedade social é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e é tarefa da máquina pública prover recursos substantivos, para proteger os cidadãos das intempéries sociais, pelo período de tempo necessário para que os problemas estruturais e contingências sejam resolvidos de forma satisfatória, e permitir, quando possível e pertinente, a restauração da normalidade social. Para Leonardo Boff,

O caráter claramente republicano da democracia vai além da neoliberal e privatista. Em outras palavras, o bem comum deve ganhar centralidade, e somente em seguida o bem privado. Isso se concretiza por políticas sociais que atendam às demandas mais gerais da população a partir das necessidades e deixados para trás (BOFF, 2018, p. 127-128).

A democratização substantiva da sociedade não requer a supressão do Estado, mas a sua reorientação política, para atender às demandas multitudinárias por saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e serviços. Daí a importância, não apenas das escolhas eleitorais, como também da necessidade cidadã de se fiscalizar, continuamente, as ações dos poderes estabelecidos alçados aos cargos por sufrágio universal. A ordenança democrática da sociedade exige a mediação do Estado, em sua capacidade providencial de gerenciar recursos e atuar, de maneira eficaz, para a resolução de problemas concretos da esfera pública. O Estado não é a sociedade, mas pode, convenientemente, representar sua pujança, quando sua estruturação é orientada para promover a atuação do bem comum, razão de ser dos poderes públicos. Aloísio Krohling argumenta que

A democracia está relacionada ao acesso a uma ordem justa e às políticas públicas efetivadas pelo Estado. A participação popular e o constante controle social é o caminho seguro à esfera pública. A institucionalidade política leva à institucionalidade democrática (KROHLING, 2009, p. 182).

Crises humanitárias, inevitavelmente, estimulam reflexões sobre a finitude de nossa vida, a precariedade de nossa organização pessoal, que rui diante dessas situações aterradoras, despertando ainda o sincero sentimento de luto social perante as mortes de nossos concidadãos e de tantas pessoas, pelo planeta. Trajetórias de vida interrompidas por uma força maior da natureza, crianças, jovens, adultos e idosos que não estão mais compartilhando o mundo conosco. Há pessoas que reagem de maneira mais fria, diante desse horror global, outras pessoas se afetam muito mais intensamente, nesses casos de grande desgaste emocional e merecem, assim, todos os cuidados terapêuticos profissionais, para que fortaleçam o ânimo e mitiguem os transtornos psicológicos motivados por tamanha calamidade epidemiológica.

Talvez pareça uma proposta extrema, mas em respeito aos mortos pela COVID-19, considero que todas as atividades sociais supérfluas deveriam ser suspensas, enquanto ainda não houver a contenção global da pandemia e a descoberta de uma vacina eficaz para a moléstia. Bares e restaurantes deveriam permanecer fechados ou atender apenas no regime de *delivery*. Apesar da relevância cultural de espetáculos, encenações teatrais e exibição de filmes em cinemas, não é viável que sejam flexibilizados na vigência da pandemia. Festas e atividades esportivas de todos os naipes, proibidas. Até mesmo a liberação de praias e parques é, sanitariamente, perigosa. Nestas condições, a circulação social deveria ser restrita apenas às necessidades materiais essenciais (idas ao mercado, farmácia, padaria), de modo que as ruas e meios de transporte apresentem a menor densidade humana possível. Lojas de serviços estruturais deveriam funcionar em horários reduzidos, procedimento que se aplicaria também aos *shoppings*, com diminuição significativa da quantidade de frequentadores, o que exige rigoroso controle técnico dos mantenedores. Sabemos que o isolamento social é mais razoável de ser praticado por pessoas que moram em residências espaçosas, bem arejadas, independentemente de qual zona da cidade habitada. No caso da sociedade brasileira, temos o problema crônico da carência estrutural de moradia para grande parte de nossa população, habitantes de favelas, rincões degradados, casas precárias e afins.

Em regiões com grande densidade demográfica, manter o salutar isolamento social, em um caso de contágio pandêmico, é uma tarefa bastante complicada, dificultando ainda mais a vida de uma pessoa nessa situação de risco. Daí a importância de um planejamento urbano que seja, inquestionavelmente, democrático e inclusivo, mediante melhor distribuição do espaço social para habitação e suas inerentes reformas institucionais, fazendo assim aplicar o direito humano à cidade. Contudo, como não avançamos politicamente nesse necessário processo de reorganização espacial e ambiental, as populações carentes de infraestrutura e serviços sanitários fundamentais ficam ainda mais submissas aos efeitos nefastos do coronavírus e de que quaisquer outras doenças, relativamente evitáveis, com os devidos cuidados assépticos. Talvez uma solução imediata para retirar essas pessoas dos seus habitats precários seria a alocação temporária delas em ginásios esportivos, pousadas, hotéis e casas desabitadas, que apresentem condições ótimas de acomodação. Como não podemos contar com a plena solidariedade do setor privado, caberia à iniciativa estatal firmar contratos, em preços módicos, com os detentores dessas propriedades ociosas, para que esse grande contingente humano pudesse viver, na vigência da pandemia, em espaços mais salubres. Neste rol de ação social, também se enquadrariam as pessoas em situação de rua, os sem-teto, ainda mais vulneráveis diante de tamanha infestação viral. Não basta lhes dar máscaras, álcool em gel e alimento diário e deixá-las ao relento nas ruas, precisamos acolhê-las em um espaço confortável e digno, livre das intempéries naturais e das ações maléficas de indivíduos desajustados, que atentam contra a integridade física dos mendigos, por ódio aos pobres. Em um momento de fragilidade social, o papel fundamental do Estado consiste em atuar, como uma força providencial, que visa promover o bem-estar social de cada pessoa, em especial as mais desfavorecidas, economicamente. Não se trata de assistencialismo ou benesse, mas a aplicação do dever maior de uma estrutura governamental, comprometida com a democracia, e a dignidade da pessoa humana, uma categoria concreta, que está acima de qualquer outra consideração gerencial/econômica. Segundo Paul Farmer,

O simples fato de os pobres estarem muito mais vulneráveis à doença e terem negado o acesso à saúde faz com que eles estejam muito mais suscetíveis a serem vítimas de abusos contra os direitos humanos, independentemente de como esses abusos são definidos. Incluir os direitos sociais e econômicos na luta pelos direitos humanos ajuda a proteger os mais suscetíveis a sofrerem os insultos da violência estrutural (FARMER, 2017, p. 258).

Obviamente que ações solidárias individuais, ou mesmo corporativas, são bastante pertinentes no auxílio ao enfrentamento de graves transtornos humanitários, mas tais ações nunca apresentam o alcance substantivo de uma iniciativa estatal bem planejada e orientada, rigorosamente, para atender às demandas do cidadão flagelado. A finalidade da gestão política é promover os meios para consolidar a qualidade de vida humana em adequação ao meio ambiente, em nome de uma existência efetivamente sustentável, capaz de utilizar os recursos naturais da maneira mais eficiente e racional possível.

Em períodos de exceção, a liberdade de circulação social nos espaços públicos, fundamental em nossa constitucionalidade modernizante, inevitavelmente, precisa ser repensada. Daí ser prerrogativa de um Estado, comprometido com o bem comum, estabelecer medidas restritivas para o ir e vir dos seus cidadãos, quando tais movimentações geram risco de se espalhar, ainda mais, o efeito viral de uma moléstia tão complexa como a COVID-19. Como não sabemos com precisão, qual pessoa porta o coronavírus, é sempre temerário e mesmo egoísta, o ato de se andar nas vias públicas sem comprovada necessidade pessoal e sem os cuidados sanitários. Desta maneira, em nome de um benefício social maior, urge a adequação individual ao rigor da fiscalização sanitária restritiva. O grande paradoxo é que assim renunciamos, provisoriamente, a uma liberdade, muitas vezes narcísica e egoísta, em nome da sobrevivência pessoal e de terceiros, pois com menor quantidade de pessoas em circulação social, a carga viral dos ambientes diminui, razoavelmente. Interpretações obscurantistas e niilistas, travestidas com filigranas ultraliberais, consideram uma violação dos direitos individuais medidas restritivas estabelecidas pelas autoridades governamentais, em conformidade aos critérios técnicos de sanitaristas e epidemiologistas. Consideram esses procedimentos rigorosos como ensaios ditatoriais. Todavia, cabe sempre destacar que o fundamento da vida em sociedade não é a realização exclusiva do benefício individual, mas o progresso do bem comum. Os interesses coletivos se sobrepõem aos caracteres autocentrados daqueles, que não reconhecem qualquer tipo de valor, para além dos seus próprios limites pessoais. Conforme exposto pelo Papa João XXIII,

Todo cidadão e todos os grupos intermediários devem contribuir para o bem comum. Disto se segue, antes de mais nada, que devem ajustar os próprios interesses às necessidades dos outros, empregando bens e serviços na direção indicada pelos governantes, dentro das normas da justiça e na devida forma e limites de competência (JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*, p. 338)

Outra questão bastante polêmica consiste na insistência para o retorno das atividades escolares. Não obstante os prejuízos pedagógicos decorrentes do longo isolamento social das crianças e adolescentes, afastados do ambiente colegial, trata-se de uma medida extrema de salvação pública, pois apesar de todos os procedimentos sanitários de precaução, as taxas de contaminação são elevadas, em ambientes fechados. Uma das motivações, pelo clamor ao retorno das atividades escolares, consiste na necessidade de pais e responsáveis conseguirem a flexibilidade de tempo livre para dedicação ao trabalho remoto ou presencial, terceirizando assim, os cuidados com suas crianças e jovens, para as instituições de ensino, professores e demais profissionais da educação. Ousa-se, inclusive, afirmar despudoradamente, que se é possível o retorno das atividades de serviços como bares, restaurantes e academias de ginástica, também seria possível o retorno das atividades presenciais em escolas, e que é hipocrisia manter o exclusivismo para o setor educacional. Ora, a despeito de todas as prescrições contrárias das atividades sanitaristas, a retomada da economia em segmentos comprovadamente, supérfluos, decorreu de forte lobby empresarial, o que comprova o descompromisso social da plutocracia em relação aos parâmetros da saúde pública e do bem comum. Enquanto houver uma promiscuidade tão gritante entre o establishment político e a lógica econômica de um mercado avassalador, que dissolve a dignidade da pessoa humana, a tendência mais grave será a destruição de nossa estruturação democrática, resultando assim, na morte da sociedade, desvitalizada, perpetuamente fragmentada e desorientada, moralmente.

Considerações finais

A pandemia da COVID-19, inevitavelmente, estimula a reflexão sobre a condição humana, em seus fatores individuais, sociais e organizacionais. Trata-se de um problema epidemiológico, que marcará a geração vigente e talvez promova, para o bem e para o mal, mudanças significativas na gestão pública e nas medidas sanitárias cruciais para o bem-estar comum. Apesar dos significativos avanços técnico-científicos de nossa organização civilizacional moderna, alguns elementos reacionários permanecem ainda rígidos, em nossa conjuntura ideológica e bases estruturais de poder. Dentre esses traços

degenerescentes, temos o obscurantismo cultural, o niilismo social e o negacionismo científico, disposições que atentam contra a dignidade da racionalidade humana.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

BECKMAN, Karel & KARSTEN, Frank. *Além da Democracia*. Tradução de Fernando Manaças Ferreira. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

BOFF, Leonardo. *Brasil: concluir a refundação ou prolongar a dependência?* Petrópolis: Vozes, 2018.

FARMER, Paul. *Patologias do Poder: Saúde, Direitos Humanos e a nova guerra global contra os pobres*. Tradução de Alexandre Andrade Martins. São Paulo: Paulus, 2017.

FERGUNSON, Adam. *Ensaio sobre a história da Sociedade Civil / Instituições de Filosofia Moral*. São Paulo: Tradução de Eveline Campos Hauck e Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: ED. UNESP, 2019.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Sociedade Desejável*. Tradução de Fernando Bilé. Mira-Sintra: Ed. Europa-América, 1997.

JOÃO XXIII. “Pacem in Terris”. In: *Documentos de João XXIII*. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1998, p. 322-375.

KORTEN, David C. *Quando as corporações regem o mundo*. Tradução de Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.

KROHLING, Aloísio. *Direitos Humanos fundamentais: diálogo intercultural e democracia*. São Paulo: Paulus, 2009.

LEÃO XIII. “*Imortale Dei: a Constituição Cristã dos Estados*”. In: *Documentos de Leão XIII*. Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 2005, p. 235-264.

_____. “*Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*”. In: *Documentos de Leão XIII*. Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 2005, p. 417-461.

LINDGREN-ALVES, José Augusto. *É preciso salvar os Direitos Humanos!* São Paulo: Perspectiva, 2018.

MISES, Ludwig von. *Ação Humana: um tratado de Economia*. Tradução de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. *Liberdade e Propriedade*. Tradução de Evandro Ferreira Silva e Claudio A. Téllez-Zepeda. São Paulo: LVM, 2017.

PAULO VI. “*Populorum Progressio*”. In: *Documentos do Papa Paulo VI*. Tradução de Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997, p. 109-153.

ROTHBARD, Murray N. *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*. Tradução de Rafael de Sales Azevedo. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Artigo recebido em 28/10/2020 e aprovado para publicação em 10/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-3>

Como citar:

BITTENCOURT, Renato Nunes. O papel do poder público no enfrentamento da COVID-19: crítica ao conceito ultraliberal de Estado Mínimo. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 215-230, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

Necrogovernabilidade e a crise da COVID-19

Necrogovernability and the COVID-19 Crisis

DELMO MATTOS DA SILVA*

FERNANDA CAROLINE CAMPOS AMORIM**

Resumo: O artigo examina a problemática da necropolítica e sua relação com a crise da COVID-19. Trata-se, portanto, de discutir a formação do vírus como inimigo do funcionamento da máquina estatal. Diante disso, expõe-se as determinações de uma política de morte que opera de forma sistêmica, objetiva e pontual colocando em execução a máxima do biopoder: “deixar morrer”. Partindo disso, problematizam-se as configurações das categorias da gestão da vida, que pretende também reafirmar determinações sobre o controle da morte, para demonstrar o atributo da soberania na atualidade, em seu exercício legítimo do direito de matar através das políticas de inimizade.

Palavras-chave: Morte. Inimizade. Necropolítica. Inimigo. Biopoder.

Abstract: The article examines the problem of necropolitics and its relationship with the COVID-19 crisis. It is therefore about discussing the formation of the virus as an enemy to the functioning of the state machine. Faced with this, it exposes the determinations of a policy of death that operates in a systemic, objective and punctual manner putting into execution the maxim of the biopower: “let die”. Based on this, the configurations of the categories of life management are problematized, which also intends to reaffirm determinations about the control of death, in order to demonstrate the attribute of sovereignty today in its legitimate exercise of the right to kill through policies of enmity.

Keywords: Death. Enmity. Necropolitics. Enemy. Biopower.

* Delmo Mattos da Silva é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor em Teoria do Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Contato: delmomattos@hotmail.com

** Fernanda Caroline Campos Amorim é Bacharel em Direito pela Universidade CEUMA (UniCEUMA). Contato: fernandaccamorim@gmail.com

Introdução

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declara Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, devido a um surto de COVID-19, em decorrência do SARS-CoV-2. Não obstante, em 11 de março de 2020, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional, a OMS caracteriza o surto da COVID-19 como uma pandemia. O surto da pandemia revela-nos uma vida humana marcada pela morbidade, mas também pela insensatez. Enquanto alguns governos são solidários, ao enviarem recursos humanos e materiais, outros inviabilizam a exportação de insumos médicos, assim impedindo exportações de respiradores e máquinas.

No vácuo da problemática epidêmica, a política se torna necrófila, uma vez que a sua gestão se volta, sobretudo, para uma necessidade das elites dirigentes da manutenção de seus status e a eliminação de qualquer oposição tem primazia, sobre a preocupação com o futuro coletivo. Mbembe (2018) enfatiza que a política contemporânea se relaciona, diretamente, com as várias formas pelas quais as práticas da morte são legitimadas, socialmente.

Com base neste argumento, assinala que o sistema escravocrata e o modelo de *plantation* constituem elementos contemporâneos fundamentais, para compreender o modo pelo qual os efeitos da soberania efetivam uma modalidade de prática sobre a morte, denominada necropolítica. Ao discutir o processo de colonização, o filósofo camaronês expõe, enfaticamente, que as sociedades organizadas de forma hierarquizada, às quais, a violência e a segregação da população negra foram submetidas, servem, indiscriminadamente, para legitimar, atualmente, uma política de Estado baseada, sobretudo, no “exercício contínuo de letalidade” (MBEMBE, 2018, p. 37).

A relação entre pandemia da COVID-19 e o exercício da letalidade sobre a ótica da necropolítica propõe problematizar o que fora explicitado pelas “teorias biopolíticas foucaultianas e agambentianas”, isto é, a criação de paisagens mortíferas, nas quais o poder intervém sobre o território, visando a “mortalmente incapacitar, política, econômica e estruturalmente, setores inteiros da população” (MAC GREGOR, 2013, p. 24).

Mbembe propõe fazer uma diligência da soberania, enquanto instrumento de morte do outro e da guerra, enquanto meio de impor poder: “(...) a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 33). A política da

morte opera de forma sistêmica, objetiva e pontual, com sofisticadas tecnologias de ação pragmática e burocrática, para pôr em execução a máxima do biopoder, isto é, “deixar morrer”.

Para Mbembe (2018) cabe à soberania fazer um limiar entre o direito, a violência e a morte, para que esse limite, ao ser rompido, gere uma nova percepção sobre a política, ou seja, o direito de matar. Sob o prisma da necropolítica, a soberania não se constitui em uma luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos sociais. A proposta do presente artigo é discutir o modo como o biológico justapõe-se ao político e torna-se um instrumento, uma técnica política, ou mais precisamente, uma necropolítica. Essa nova caracterização do poder não deve ser compreendida de forma linear, mas sob a dinamicidade de paradoxos, pois segundo Mbembe (2018), o direito soberano de matar determina a ampliação e o aperfeiçoamento de uma série de mecanismos, existentes na formação social e política da sociedade.

Neste contexto, o vírus, na sua forma não corporal representa o perigo para o funcionamento da máquina estatal. Este inimigo comum é, por definição, um inimigo sem rosto, que não pode ser especificado, e pode ser considerado um inimigo, que nos é estranho e indiferente. Desse modo, o inimigo, como diz Agamben: “ele pode ser qualquer um, inclusive os próprios cidadãos” (2018, p. 33). Desse modo, o biopoder contemporâneo “já não se incumbe de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de fazer sobreviver” (PELBART, 2003, p. 26).

Diante disso, em um primeiro momento, discute-se a relação entre a pandemia do COVID-19 e a necropolítica. Para tanto, discute-se a tecnologia da violência contemporânea e os seus possíveis desdobramentos na legitimação da violência, como o monopólio da violência está no Estado. Num segundo momento, problematiza-se a função coextensiva do Estado, mediante o exercício legítimo do direito de matar. Para tanto, aborda-se a necessidade de produção do estado de exceção como condição inevitável de produção de inimizade. Se for assim, no âmbito da necropolítica, a soberania não constitui apenas um poder instituinte sobre a vida, mas consiste em uma instrumentalização generalizada da violência e da efetividade do aniquilamento material dos corpos sociais.

A pandemia e a política contra a vida

A biopolítica da população e a anátomo-política do corpo são formadas por tecnologias de poder identificadas por Foucault, no contexto da passagem do poder de soberania, que consiste, fundamentalmente, em “fazer morrer e deixar viver”, o poder sobre a vida (2010, p. 22). Ao contrário do poder de soberania, o poder sobre a vida, no contexto em questão, consiste em “fazer viver e deixar morrer”. A biopolítica regulamenta a sociedade através do biopoder, que adota técnicas referentes à gestão da vida da população, administrando os corpos dos indivíduos, com a finalidade de aumentar sua força produtiva e adequá-los aos meios de produção.

Por sua vez, o biopoder, segundo Forti (2001), dirige-se ao desempenho do corpo, tratando de organizar, majorar a vida dos indivíduos, visando a subjugação do povo. Segundo Mbembe:

Foucault afirma claramente, que o direito soberano de matar (*droit de glaive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade. Segundo Foucault, o Estado nazista era o mais completo, exercendo o direito de matar. Esse Estado, afirma ele, tornou a gestão, proteção e cultivo da vida coextensivos ao direito soberano de matar. Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra, o Estado Nazista é visto como aquele que abriu o caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da “solução final”. Ao fazê-lo, tornou-se o arquétipo de uma formação de poder que combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicida. (MBEMBE, 2018, p. 128)

Pode-se conceber, neste sentido, a determinação em que são ajuizadas as escolhas de quem pode ou deve morrer. Nessa estrutura, os limites dessa escolha recaem na consideração de uma discriminação velada, capaz de produzir a dizimação de indivíduos menos favorecidos. No contexto da pandemia, verifica-se a cronificação da atuação necropolítica do Estado, produzindo mortes, mas não é qualquer morte. A população pobre e negra torna-se a maior vítima da pandemia. Segundo Preciado, no contexto da pandemia atual:

A gestão política das epidemias põe em cena a utopia da comunidade e as fantasias de imunidade de uma sociedade, exteriorizando seus sonhos de onipotência (e os fracassos retumbantes) de sua soberania política. A hipótese de Michel Foucault, Roberto Espósito e Emily Martin não tem nada a ver com uma teoria da conspiração. Não se trata da ideia ridícula de que o vírus seja uma invenção de laboratório ou um plano maquiavélico para estender ainda mais políticas autoritárias. Pelo contrário, o vírus atua à nossa imagem e semelhança, não faz mais do que replicar, materializar, intensificar e estender a toda a população as formas dominantes da gestão biopolítica e necropolítica que já estavam trabalhando no território nacional e em suas fronteiras. Portanto, cada sociedade pode ser definida pela epidemia que a ameaça e pelo modo de se organizar frente a ela (2020, p. 2).

A pandemia do novo coronavírus acentua, visivelmente, uma série de problemas sociais estruturais causados pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, dentre eles a divisão de classes, a devastação ambiental, a exclusão social, a discriminação e a extrema pobreza, entre tantos outros. Deste modo, a necropolítica torna-se a política da morte, na qual não se trata de disciplinar os indivíduos, mas sim de criar as condições precisas para cultivar a morte de grupos sociais desprovidos de uma representatividade política afirmada. Sobre essa questão, Preciado afirma:

A Covid-19 deslocou as políticas de fronteira que estavam ocorrendo no território nacional ou no super-território europeu para o nível de cada corpo individual. O corpo, seu corpo individual, como espaço vivo e como trama de poder, como centro de produção e consumo de energia, tornou-se o novo território, no qual as políticas de fronteira agressivas, que projetamos e testamos durante anos, são expressas agora sob a forma de uma barreira e guerra contra o vírus (2020, p. 4).

Essa transformação importante é assinalada em diferentes “artes de governar”, redigidas no fim do século XVI e na primeira metade do século XVII, ligada sem dúvida à emergência da “razão de Estado”. Para Mbembe (2018), a necropolítica é a submissão da vida ao poder da morte. Não se trata mais de fazer viver e deixar morrer – como na configuração do poder biopolítico foucaultiano.

Tampouco trata-se de “fazer morrer e deixar viver” do poder soberano. Por isso, não se deve tomar o nazismo como um projeto necropolítico. Porque em termos de necropolítica, o que está em jogo é simplesmente “matar”. Não se

mata em função da vida. Trata-se de uma “política de morte”. Diante do expressivo aumento do número de casos e mortes diárias da Covid-19, no Brasil - que demonstra o acelerado ritmo de expansão da pandemia -, do colapso iminente de serviços de saúde locais em diversas regiões e da falta de uma política pública de saúde unificada, comprometida com a população e em sintonia com as recomendações da OMS. Sobre isso, Preciado menciona:

A gestão política da Covid-19, como forma de administração da vida e da morte desenha os contornos de uma nova subjetividade. O que se terá inventado depois da crise é uma nova utopia da comunidade imune e uma nova forma de controle do corpo. O sujeito do tecnopatriarcado neoliberal que a Covid-19 fabrica não tem pele, é intocável, não tem mãos. Não troca bens físicos, nem moedas, paga com cartão de crédito. Não tem lábios, não tem língua. Não fala diretamente, deixa uma mensagem de voz. Não se reúne nem se coletiviza. É radicalmente indivíduo. Não tem rosto, tem máscara. Seu corpo orgânico se oculta para poder existir por trás de uma série indefinida de mediações semióticas, uma série de próteses cibernéticas que lhe servem de máscara: a máscara do endereço de correio eletrônico, a máscara da conta do Facebook, a máscara do Instagram. Não é um agente físico, mas um consumidor digital, um teleprodutor, é um código, um pixel, uma conta bancária, uma porta com um nome, um domicílio a que a Amazon pode enviar seus pedidos (2020, p. 3).

Sob essa caracterização, Mbembe evidencia que as experiências contemporâneas de destruição humana possuem uma relação contundente com “uma leitura da política, da soberania e do sujeito”, no qual estão, intrinsecamente, condicionadas “outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (2018, p. 22). Nesse sentido, a possibilidade de ser “enlutada”, de ser reivindicada, de ser protegida, de ter uma rede social de ajuda, será uma condição de vida que importa. Para Butler (2015), se certas vidas não são qualificadas como vidas, ou seja, não são concebíveis como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, essas vidas nunca serão vividas nem perdidas, no sentido pleno dessas palavras.

Neste aspecto, amplia-se a capacidade do poder, que age como ação de um cálculo sobre a população, inserido em uma típica racionalidade governamental, no qual estão submetidos às táticas que permitem exercer um modelo bem específico de controle sobre a vida. Segundo Dean (1999), um aspecto crucial para entender o tipo de dispositivos e tecnologia da violência contemporânea

é entender que, embora os enquadramentos que buscam a legitimação da violência ainda sejam baseados em noções modernas como guerra, soberania e o inimigo, não se pretende mais que o monopólio da violência esteja no Estado.

Esse modelo de Estado, assim como o estilo de vida estão assentados sobre a produção da morte de vidas não qualificadas. Não se trata, portanto, de uma morte do corpo, da morte da alma e da dignidade. Tal processo repercute na existência de espaços de exceção e da inscrição da necropolítica, na ordem estatal. “O olho atua como arma (...), matar se torna assunto de alta precisão (...) e populações inteiras são o alvo do soberano” (2018, p. 44 e 47). A naturalização das populações coloca a espécie humana, e não mais o gênero humano, entre outros seres vivos.

É nesse contexto, de ascensão da vida pelo poder, que a biopolítica tem, como elemento fundamental, o racismo biológico, o qual estabelece “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2000, p. 304). É no contexto dessa nova razão governamental delimitadora da função do Estado, que a biopolítica se fortalece, integrando dispositivos jurídicos e disciplinares, mas, sobretudo, criando dispositivos de segurança.

Políticas de inimizade e o direito de matar

A perspectiva do necropoder consiste na expressão máxima da normalização da perspectiva do exercício do poder em detrimento à vida. Nesse sentido, “a naturalização do terror, da produção de mortes em massa, está a serviço de uma economia de hostilidades, do ódio contra um inimigo ficcional, ou seja, da sociedade da inimizade” (MBEMBE, 2018, p. 33). Não obstante, aquelas políticas que são necessárias ao controle do corpo biológico do indivíduo requerem, em contrapartida, uma clara articulação entre a imposição do terror e a incitação da “máquina institucional de morte” (MBEMBE, 2018, p. 33).

Diante disso, auxiliado pelo argumento da instituição da morte, Mbembe fundamenta as articulações da necropolítica com a possibilidade de controle do corpo dos colonizados, considerando a formatação do inimigo como ato legitimador de uma dramaturgia, capaz de determinar o direito de morte como artifício de ação e submissão da vida ao poder da morte. Na perspectiva de Membe (2017), a inimizade nasce como necessidade de preencher e satisfazer as razões do exercício da “necrose operativa”, pois a “máquina da morte”, na

qual se baseia a política estatal, na modernidade, não se ampara sem, portanto, efetivação do inimigo ficcional.

Se for realmente assim, as determinações da política tornam-se, segundo Membe, “tanto como uma força móvel da razão quanto como a tentativa errática de criar um espaço em que o “erro” seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado” (2018, p. 23). Nesse contexto, fica, portanto, evidente que a política que permite ignorar a alteridade está diretamente ligada à política da morte e, por sua vez, institui a aceitabilidade do direito soberano de matar.

Trata-se, portanto, da configuração mais original, segundo Mbembe da formação de uma forma peculiar de terror, que “tem na escravidão e no *apartheid* sua origem” (MBEMBE, 2018, p. 31). Com base nessas considerações, Mbembe enfatiza que o direito do soberano de matar não encontra nenhum limite na colônia. De certo, segundo o filósofo, a nova governabilidade alude a uma máquina de guerra repercutindo, diretamente, nas populações envolvidas que, como categorias políticas, são exemplarmente decompostas.

Nesse sentido, a fragmentação territorial somada à proibição da circulação e à exclusão de determinadas áreas pensadas, executadas a partir de políticas de Estado, permitem não apenas a segregação, mas as condições propícias para o enrijecimento do controle, da vigilância e das possibilidades de repressão. Assim, Mbembe (2017) enfatiza que a criação da figura do inimigo, baseada na intolerância, na lógica do terror e do combate ao terror serve para justificar a retomada dos pressupostos da guerra colonial contra as liberdades políticas, civis, raciais, culturais e religiosas dos povos e nações subalternizados antes da descolonização.

Em alusão aos teóricos do terror, o autor fala sobre a crença acerca da possibilidade de se diferenciar as expressões genuínas de soberania das ações do inimigo (MBEMBE, 2018, p. 23). Assim como na possibilidade de se diferenciar o que pode ser entendido como um “erro do cidadão”, diante do “crime” de um contrarrevolucionário na esfera política. Importante ressaltar que não só a colonização em si, mas também o processo de conquista colonial se revestiu de uma violência cujo potencial era desconhecido. Nas palavras de Mbembe:

O estado de sítio em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades situadas são cercadas e

isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade a comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e quem atirar” (MBEMBE, 2018, p. 48).

O horror do nazismo nada mais é, nesse sentido, “do que a extensão para os europeus daquilo a que foram, por séculos, submetidos os negros” (com o uso de novas tecnologias, mas com o mesmo terror em sua essência (MBEMBE, 2018, p. 32). Recorre-se por explicar as noções de necropolítica e necropoder que servem “para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse de destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’”, em que “formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 32).

O tratamento destinado ao inimigo visa, segundo Mbembe, sua submissão através de ações que promovam “a falência do sistema de sobrevivência” (2018, p. 50). A lógica da sobrevivência, que significa a morte do outro e a lógica do martírio, que significa a morte do suicida, que leva consigo também a vida do inimigo, “a vontade de morrer funde-se com o desejo de levar o inimigo consigo” (MBEMBE, 2018, p. 22).

Sobre isso, afirma Menegat:

[...] no capitalismo da atualidade da barbárie, marcado pelas ruínas das derrotas das revoluções, a exclusão de milhões de seres humanos dessa esfera do mundo social cria formas de sociabilidade em decomposição, como o desemprego estrutural e a criminalidade, por exemplo, que, definitivamente, não podem ser vistos como uma anomia. Por essa razão, esses fenômenos que desvelam a própria verdade dessa sociedade – a de ser uma estrutura social amparada por um aparato de exclusão por meio da violência – devem ser levados em consideração na análise e criação do novo poder espiritual. Igualmente, velhas formas de opressão, como a discriminação racial e os privilégios de gênero – que, embora sua origem transcenda essa sociedade devem ser superadas para que de fato se possa presenciar uma nova fundação da vida social –, ressurgem nesses tempos com força inaudita. (MENEGAT, 2006, p. 41).

É por essa razão que Mbembe destaca a existência, na contemporaneidade, de uma verdadeira “economia política da violência”, relacionada com

a formação de um mercado e, ao mesmo tempo, de uma rede de “serviços” associados à produção da morte em todas as escalas (MBEMBE, 2017, p. 137).

De fato, quando a relação entre soberania e território se caracteriza por processos de fragmentação e isolamento de áreas, apenas forças capazes de se mover rapidamente, numa estratégia de “guerra nômade”, podem dar conta das exigências contemporâneas de dominação. Essa ideia de que a soberania é algo que transborda os limites do biopoder, convertendo-se numa espécie de poder de exceção, que se exerceria legitimado pelo racismo de Estado.

Segundo Mbembe,

Muito mais perigoso, porque está em todo o lado: sem rosto, sem nome e sem lugar. Se tiver rosto, será apenas um rosto velado, um simulado de um rosto. E se tem nome, é um nome emprestado – um falso nome cuja função principal é a dissimulação. Avançando, tanto mascarado como a descoberto, está entre nós, à nossa volta (MBEMBE, 2018, p. 20).

Este é o contexto em que a noção de necropolítica e as linhas de argumentação sobre a figura do inimigo mantêm uma relação desigual às categorias de morte. Neste sentido, esta categoria é uma ferramenta cuja finalidade consiste em ser uma crítica possível à violência. Considerando, portanto, essa pressuposição sobre a ocupação colonial, Mbembe (2018) assinala que o controle do território se torna a possibilidade real para a produção das condições mortíferas em relação à população local, fomentando, irremediavelmente, a destruição das condições infraestruturais de sobrevivência.

Tal lógica assume as estratégias necropolíticas no âmbito da crise da Covid-19. Pois o que movimenta essa nova forma de política é o extermínio do outro, afirma Mbembe, uma forma de violência que fundamenta o desejo, nessas democracias, de viver sem os não-semelhantes. Neste sentido, a violência será substituída pela regulação dos comportamentos, pela produção da opinião pública e pela prevenção contra o diferente.

Segundo Hilário (2016), a sociedade de inimizade nada mais é do que o desdobramento do necropoder, pois a prioridade do Estado de segurança é vida dos semelhantes e morte dos diferentes. Logo, de fato, as instituições democráticas funcionam normalmente, quando se entende que a política de morte é uma verdade justificada nas ações estatais e chanceladas pelo corpo social.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*, o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.
- ALVES, Antonio J. L. *A morte como categoria filosófica: finitude e determinação em Feuerbach*. Revista Dialectus, n. 6, 2015, p. 107-123.
- BENTO, B. *Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?* Cadernos pagu (53), 2018.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DEAN, M. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage, 1999.
- HILÁRIO, L. C. *Da Biopolítica à Necropolítica: Variações Foucaultianas na Periferia do Capitalismo*. *Sapere aude*. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016
- FORTI, Simona. *Vida del espíritu y tiempo de la polis*. Ediciones Cátedra: Madrid, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Vigiar e punir*. São Paulo: Leya, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- _____. *Políticas de Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MENEGAT, M. *O Olho da Barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PRECIADO, Paul B. *Aprendendo com o vírus*. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>. Acesso em: 10 out. 2020.
- MAC GREGOR, Helena C. *Necropolítica: la política como trabajo de muerte*. *Ábaco*. Revista de Cultura y Ciencias Sociales, n. 78, 2013, p. 23-30.
- PELBART, Peter Pal. *Vida capital: Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

Artigo recebido em 20/10/2020 e aprovado para publicação em 04/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-4>

Como citar:

MATTOS DA SILVA, Delmo; AMORIM, Fernanda. Negrogovernamentabilidade e a crise da COVID-19. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 231-242, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

A Necropolítica e o Neoliberalismo no Contexto da COVID-19

The Necropolitics and Neoliberalism in the Context of COVID-19

ROGÉRIO LUÍS DA ROCHA SEIXAS*

Resumo: Dentro de nossa proposta de discussão, desenvolveremos considerações que julgamos importantes com referência à noção de Necropolítica, enquanto política de morte e ao sentido de exercício do necropoder, propostas pelo pensador camaronês Achille Mbembe e como essas se desenrolam no contexto atual da pandemia da COVID-19. Exporemos de modo crítico que pandemias deste tipo são, sobretudo, fomentadas por políticas que trazem consigo pulsões de morte, ou seja, o exercício pleno da necropolítica. Problematizaremos assim, à luz dos aportes teóricos da reflexão de Mbembe, algumas questões políticas e éticas presentes no contexto da eclosão da pandemia do Coronavírus, objetivando também analisar aspectos de nossa atualidade política, marcada por uma lógica neoliberal hegemônica e intensamente destrutiva, presente na forma da gestão das condições de saúde e da vida da população, por parte dos Estados contemporâneos, que em seu exercício de soberania de fazer matar, o exercem sob uma perspectiva que decide, justamente, em que momento a vida de uma determinada população ou subgrupo deixa de ser economicamente relevante e, conseqüentemente, pode ser eliminada. Expressa-se o trabalho de morte da política sobre os indivíduos considerados supérfluos, segundo a lógica neoliberal atual e que, na condição de não mais requisitados a despenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo, são consideradas vidas sacrificáveis e elimináveis.

Palavras-chave: COVID-19. Lógica Neoliberal. Necropoder. Necropolítica.

* Rogério Luís da Rocha Seixas é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente do curso de especialização em Direitos Humanos, Racismo e Saúde (DIHS)/Fiocruz-RJ/ENSP. Contato: rogeriosrjb@gmail.com

Abstract: Within our discussion proposal, we will develop considerations that we consider important with reference to the notion of Necropolitics, as a policy of death and the sense of exercise of the necropower, proposed by the Cameroonian thinker Achille Mbembe and how these unfold in the current context of the Covidian pandemic-19. We will critically expose that pandemics of this type are mainly fostered by policies that bring death impulses, that is, the full exercise of necropolitics. Thus, in the light of Mbembe's theoretical contributions, we will problematize some political and ethical issues present in the context of the outbreak of the Coronavirus pandemic, also aiming to analyze aspects of our political current, marked by a hegemonic and intensely destructive neoliberal logic, present in the form the management of the health and life conditions of the population by contemporary States, which in their exercise of sovereignty to kill, exercise it under a perspective that decides exactly when the life of a given population or subgroup ceases to be economically relevant and, consequently, can be eliminated. The death work of politics is expressed on individuals considered superfluous according to the current neoliberal logic and who, as they are no longer required to spend their workforce within a broad productive process, are considered sacrificable and eliminable lives.

Keywords: COVID-19. Neoliberal Logic. Necropower. Necropolitics.

Introdução

Em seu curso denominado *É Preciso Defender a Sociedade*, Michel Foucault faz um alerta, a respeito do caráter paradoxal da biopolítica que se insere no “fazer viver e deixar morrer”, pois se deve reconhecer o poder de morte da biopolítica e por consequência, do biopoder. Mas como um poder de fazer viver, promover a vida, e em realidade pode deixar morrer ou mesmo levar à morte? A resposta encontra-se na intervenção do racismo de Estado, gerenciando modos de eliminação de subjetividades constituídas e classificadas, enquanto indesejáveis, inúteis e descartáveis, para saúde e bom funcionamento do corpo social. Eliminação que passa pela exclusão de determinados grupos ou indivíduos de seus ditos direitos, por exemplo, à assistência social e serviços de saúde, por serem considerados não gestáveis. Ou como destaca o próprio Foucault: “O fato de expor pessoas à morte, de multiplicar para elas o risco de morte, ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a exclusão, etc.” (FOUCAULT, 2006, p. 228-229). Não podemos deixar de destacar um outro ponto essencial: uma

ligação direta do biopoder ao capitalismo. Neste caso, trata-se de compreender como o aumento e o confisco das riquezas supõem o desenvolvimento de poderes que capturam as forças vitais para fazer com que participem do processo de criação de riquezas. Citando o pensador: Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava. Isto é, a condição biológica, o somático, o corporal. Assim, o corpo transforma-se em uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2001, p. 210). A gestão biopolítica se inscreve na história do liberalismo político e por consequência, na estrutura neoliberal que experienciamos em nossa atualidade. Ressalte-se que o racismo é a condição para a prática do direito de morte, numa configuração neoliberal e biopolítica do poder. O extermínio e os massacres justificam-se segundo a lógica predominante da racionalidade neoliberal atual. Pode-se descrever um mecanismo para promoção da vida, visando o fortalecimento da espécie, explicando e até mesmo justificando, o exercício da violência biopolítica que causa a morte dos inferiores e indesejáveis. Dentro de uma perspectiva em que toda e qualquer dimensão da vida social deve, de alguma forma, estar subsumida e incorporada à lógica do capital, tudo aquilo que se mostrar imune ou representar algum obstáculo à mercantilização plena da vida, deverá ser eliminado.

Necropolítica, Racismo e a COVID-19

Em seu ensaio intitulado *Necropolítica*, Achille Mbembe assume que “a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 11). Não se trata apenas do poder de morte, que por si só não consiste em soberania, pois essa, em sua fase extrema, é na verdade aquela que faz viver ou deixa morrer, ou em outros termos, possui o domínio da vida enquanto vida que completa a dominação. Ao atribuir à soberania o poder de decisão sobre a morte, ou seja, de matar ou permitir viver, Mbembe apresenta a política como a morte que vive uma vida, sendo ainda a necropolítica, a subjugação da vida ao poder da morte, que é o necropoder. Esses dois termos são importantes para dar conta dos modos pelos quais “armas são empregadas no interesse da destruição de pessoas e na criação de mundos de morte, novas e únicas formas de existência social, nas quais populações estão sujeitas a condições de vida que conferem a elas o *status* de mortos vivos” (MBEMBE, 2018, p. 71). A relação entre o Estado de exceção

e a soberania resulta em uma autoridade de matar não somente controlada pelo Estado, mas que passa a ser distribuída por toda a sociedade. O sentido de soberania ganha sua expressão máxima no poder e na capacidade do soberano em decidir quem deve morrer ou viver. O autor formula outra importante indagação, referente à política contemporânea: como a vida, a morte e o corpo humano estão inseridos na ordem do poder? Mbembe defende que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71-72), principalmente que nos auxilie a identificar a possibilidade de matar do poder soberano.

A soberania é descrita como busca constante de um exercício de poder que supera qualquer limite racional e científico. Se para Foucault, a biopolítica ocorre dentro daqueles territórios, nos quais o poder é exercido por meio de contratos sociais, isto é, num contexto majoritariamente europeu, a necropolítica abrange outros territórios, como as colônias africanas. Mbembe acrescenta que a *raça*, assim como o racismo, possui um lugar de destaque na racionalidade do exercício do biopoder, pois afinal, “mais do que o pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente, quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros ou a dominação a ser exercida sobre eles” (MBEMBE, 2018, p. 18). O autor africano destaca que, em termos foucaultianos, “o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder. Este velho direito soberano de matar” (MBEMBE, 2018, p. 18-19). Sua função seria regular a distribuição da morte e possibilitar as funções biopolíticas de matar, por parte do Estado. Como tecnologia de governo, os seus mecanismos possibilitam ao Estado o controle biológico da população, a partir de instituições, como o sistema de saúde pública, na qual, desde o nascimento, as campanhas de vacinação, internação e isolamento, obituário, tudo é regulado pelas normas estatais. Há um exercício de fazer matar sob uma perspectiva que decide, justamente, em que momento a vida de uma determinada população ou subgrupo, ou mesmo indivíduo, deixa de ser economicamente relevante e, conseqüentemente, pode ser eliminada. Exerce-se o trabalho de morte da política sobre os indivíduos que começam a sobrar, consoante a estrutura neoliberal atual e que não são mais requisitados a dependerem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo.

Quando observamos o grau de letalidade produzido pela COVID-19, e neste inserindo-se uma forma de genocídio, tal situação não pode ser interpretada

como se o vírus tivesse uma essência malvada em si ou fosse um tipo de castigo divino. Deve-se analisar de modo crítico que pandemias, deste tipo, são sobretudo fomentadas por políticas que trazem consigo pulsões de morte, ou seja, o exercício pleno da necropolítica. Este projeto genocida se concretiza na condição do “poder soberano de ditar quem pode viver e quem deve morrer (...) quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41). Existe uma estratégia de deixar morrer, que atinge, principalmente, de acordo com Agamben, os “indignos da vida” (AGAMBEN, 2002, p. 128) e, portanto, na nossa interpretação, o genocídio em marcha e a biopolítica se fusionam, na produção intensa de mortes, na tentativa de aniquilar o Outro, sendo este percebido sob a ótica do inimigo e também, sob a lógica da guerra, necessitando portanto, ser exterminado. Deste modo, torna-se imprescindível ressaltar que, inserido na política de morte, identifica-se uma característica própria do racismo micropolítico, reconhecendo-se o Outro como ameaça mortal ou um perigo absoluto, fazendo-se necessária sua eliminação, para reforçar o potencial de vida e manter a segurança de uma população, ou grupo considerado hierarquicamente superior. Trabalhando a partir desta premissa, Mbembe visa identificar a existência de um vínculo entre a política de extermínio e a guerra, na qual a “racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver” (MBEMBE, 2018, p. 20).

Políticas de Morte, Lógica Neoliberal e a COVID-19

Em *Nascimento da biopolítica*, Michel Foucault destaca que para se compreender a biopolítica, deve-se desvelar a lógica da racionalidade política neoliberal que, diferentemente, do liberalismo clássico, visa “reconstituir não o homem do intercâmbio, não o homem consumidor, mas o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2010, p. 175). Passa-se a aplicar o princípio da racionalidade empresarial das condutas e ações dos indivíduos, nas teorias do capital humano. O principal objetivo do neoliberalismo passa a ser o modo de governar, em que a sociedade tenha agora a forma de uma empresa. Esse sistema empresa/sociedade passa a operar com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa problematização, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. Por esta razão. Mbembe descreve a existência de uma verdadeira

economia da violência (BARRIOS, 2012, p. 137), relacionada à formação de um mercado/empresa no corpo social e, simultaneamente, a constituição de uma rede de serviços voltados para a produção da morte na sociedade.

Essa percepção econômica e eventualmente, política, sob o viés de Mbembe, inicia-se na fase mercantilista do capitalismo, quando o negro é transformado em mercadoria, e perdura no neoliberalismo, ampliando-se para outros grupos, que podem ser elimináveis e matáveis, podendo ser colocados como hierarquicamente inferiores quanto à necessidade de assistência social e sanitária, sendo expostos às situações de morte, como no caso de pandemias semelhantes a do Coronavírus. A escalada de mercantilização de diferentes dimensões da vida social, por exemplo, é indissociável desta condição destrutiva da racionalidade neoliberal dos Estados atuais. Em seu ensaio *Crítica da Razão Negra*, o autor ressalta que os corpos são classificados como supérfluos e descartáveis, quando a sua capacidade de trabalho diminui ou cessa, ou ainda, ao não se constituírem mais como necessários ao modo de reprodução próprio do neoliberalismo. O pensador afirma que tal situação representa a inexistência de trabalhadores, propriamente, ditos. Significa dizer que no quadro neoliberal “só existem nômades do trabalho, sendo estes relegados a uma humanidade supérflua, entregues ao abandono e sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital, tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis” (MBEMBE, 2014, p. 17).

A necropolítica define estratégias que resultam na morte de corpos considerados inúteis ou inadaptáveis aos padrões da gestão neoliberal, que se estrutura num sistema baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. Tudo aquilo que representar algum obstáculo à mercantilização plena da vida e sua administração deverá ser eliminado. Observe-se que com a mercantilização da vida, paradoxalmente, esta deve ser eliminada. Principalmente, a vida daqueles cuja condição existencial encontra-se precarizada, ao ponto de serem descartáveis.

O pensador camaronês adverte que “a Modernidade sempre esteve nas origens de diferentes e diversificados conceitos de soberania e, por conseguinte, embasando-se na prática da biopolítica” (MBEMBE, 2014, p. 8). Por este motivo, sua reflexão não se limita aos eventos do holocausto judeu e dos governos denominados totalitários. A meta primordial é tratar das “soberanias cujo projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e destruição de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11). Mbembe vai além, afirmando que tais formas de soberania “constituem o *nomos* do espaço político

em que ainda vivemos” (Ibidem, p. 11). Ainda, conforme este pensador, para analisar a soberania na política atual, devem-se utilizar “outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (Ibidem, p. 11-12).

Tal perspectiva nos direciona para outro ponto importante, que se refere ao estudo de Mbembe, acerca dos regimes pós-coloniais africanos, apontando para uma relação direta entre soberania e propriedade, quando, a partir da figura do escravo, afirma-se a desigualdade do poder soberano sobre a vida. Conforme este pensador: “Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu senhor” (Ibidem, p. 29). Coisifica-se a vida de tal maneira, que a manutenção das condições de fazer viver ou a destruição destas para causar a morte obedecem, simplesmente, às decisões e interesses de poder e economia. Na prática, pode-se destacar como exemplo dessa estratégia, o desmonte da coisa pública, em função da coisa privada, para validar a gestão dos meios que garantem aquilo que nos termos observados por Foucault em *É Preciso Defender a Sociedade defesa da sociedade*, fazem com que “o corte entre o que deve viver e morrer” (FOUCAULT, 2006, p. 271) estejam ligados, meramente, aos interesses econômicos e não ao bem-estar geral. Saliente-se que a racionalidade neoliberal, de governar/administrar a vida da população, impõe a necropolítica pela violência, mas que nem sempre esta é explícita, quando, por exemplo, gerenciam-se e determinam-se cortes na saúde pública, criam-se mecanismos para a mercantilização e a privatização da saúde, que deveria ser de acesso à grande maioria, aos mais vulneráveis e necessitados. Temos uma violência discreta. Não matam a tiros os doentes das listas de espera. Mas, quantos morrem nessas listas intermináveis, organizadas pelos gestores da saúde pública, para que a saúde privada possa sugá-la? Tal situação reflete-se no sofrimento e na morte lenta dos doentes, e quando irrompe uma pandemia, como a da Covid-19, devido exatamente ao desmonte da estrutura pública de saúde, os mais vulneráveis passam a ser expostos à morte.

Sob este aspecto, não encontrando valor de produção nos corpos idosos, a lógica neoliberal, associada à necropolítica nos leva, inclusive, a minimizar a consideração pela vida dos idosos, na medida em que pouco mais poderão contribuir para a dinâmica sistêmica da empresa/sociedade, sendo aceitável serem sacrificados, enquanto mais vulneráveis à pandemia. Neste contexto, a necropolítica, quando exercida pelo poder soberano dos Estados modernos, planejados por uma política neoliberal, determina quem irá morrer ou viver, atingindo,

essencialmente, à precariedade das condições e do espaço de vida não apenas dos mais vulneráveis, mas também ameaçando os mais pobres que, com praticamente, pouco ou nenhum acesso ao sistema de saúde, encontram-se expostos às estratégias do necropoder, presentes na disseminação do vírus. Enfatize-se que as políticas de morte, em termos da racionalidade neoliberal, respondem a uma forma de controle social que objetiva se tornar total, buscando contornar as contradições e fissuras sociais inerentes à crise de acumulação do capital.

Destaque-se que além da necropolítica encontrar-se associada ao neoliberalismo, sua prática também indica o surgimento de faces inéditas de estruturas autoritárias, representando uma ameaça à estabilidade de nossas democracias, que se apresentam tão combalidas. Como atesta o pensador: “O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo” (MBEMBE, 2017, p. 4). Perante tal realidade, este autor declara o fim do que identifica como a *era do humanismo*, devido exatamente, à incompatibilidade da estrutura neoliberal com a democracia liberal, pois não se reconhecem mais limites na aplicação das políticas de morte. Conforme o autor argumenta, no texto, *A Era do Humanismo está terminando*:

Isso explica a crescente posição anti-humanista que agora anda de mãos dadas com um desprezo geral pela democracia. Chamar esta fase da nossa história de fascista poderia ser enganoso, a menos que por fascismo estejamos nos referindo à normalização de um estado social da guerra. Tal estado seria em si mesmo um paradoxo, pois, em todo caso, a guerra leva à dissolução do social. No entanto, sob as condições do capitalismo neoliberal, a política se converterá em uma guerra mal sublimada. Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres, uma guerra religiosa contra os muçulmanos, uma guerra contra os deficientes (MBEMBE, 2017, p. 5-6).

O capitalismo neoliberal deixou, em sua esteira, uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial.

Apesar da pandemia não ser eletiva em seu contágio, sua manifestação demonstra-se extremamente desigual, com relação ao seu tratamento, pois tanto a classe média quanto a alta, encontram uma rede ampla de tratamento intensivo em hospitais privados que, teoricamente, apresentam mais recursos. Em

contrapartida, as classes baixas sequer possuem acesso aos leitos, já superlotados dos hospitais públicos. A morte, neste formato, acentua a condição da putrefação que retroalimenta o lucro. Sob tal configuração, o sacrifício dos descartáveis apresenta-se como condição necessária, havendo a supressão de qualquer mediação jurídico-política-ética. Convenientemente, a exposição à COVID-19 se transforma em mecanismo de eliminação e descarte ideal, pois ao atingir os indivíduos pertencentes aos denominados grupos de risco, como os idosos ou incapacitados para o trabalho, estes tornam-se plenamente sacrificáveis. Sua eliminação ou sacrifício passa a ser justificada em consonância à lógica neoliberal, que visa manter a saúde econômica do corpo social administrável.

Conclusão

Assim sendo, nos moldes da biopolítica, a necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida, como também as de administração da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente, rentáveis e, por consequência, devem ser preservadas, e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta à morte. São corpos não rentáveis para a racionalidade e prática política neoliberal, que não produzindo e não consumindo, são deixados para morrer. E apesar dos tons democráticos sobre o contágio e letalidade da pandemia do Coronavírus, o poder necropolítico de relativizar a importância de determinadas vidas em detrimento de outras, encontra-se repleto de arbitrariedades, que se sobrepõem às preocupações econômicas sobre o valor da vida humana, retratando o poder de morte que emana da racionalidade neoliberal, referentemente à distribuição desigual das oportunidades de viver. Além disso, percebe-se o surgimento e recrudescimento acentuado de autoritarismos políticos, que passam a atuar como princípios cada vez mais intensos, na articulação entre neoliberalismo e necropolítica, tornando-se uma ameaça para as nossas democracias. Em seu núcleo duro, a democracia liberal torna-se cada vez mais incompatível com a racionalidade do capitalismo neoliberal. Não por acaso, Mbembe se recusa a tratar das noções tradicionais de soberania que normatizam nossas democracias, embasadas em discursos de autonomia e autolimitação, para discutir as formas modernas de poder soberano.

A pandemia desvela como o neoliberalismo reinante destruiu e debilitou instituições ligadas a saúde pública e higiene, que são cruciais para enfrentar

uma crise como a que estamos passando. Na realidade, o neoliberalismo, com seu racismo, sua necropolítica, mais as políticas de austeridade e desigualdade de massa em riqueza e poder, aliados ao desmonte do Estado de bem-estar social, configura-se enquanto força letal, que atacando o corpo social, possibilitará o surgimento de pandemias talvez mais letais.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2002.

BARRIOS, Juan et al. *Necropolítica, una revisión crítica*. México: Universidad Autónoma de México, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. *Segurança, Território, População*. Cursos do Collège de France. (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

_____. *É Preciso Defender a Sociedade*. Curso do Collège de France (1975-1976). Tradução de Carlos Correia M. de Oliveira. Lisboa: Editora Livros Brasil, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

_____. A Era do Humanismo está terminando. Tradução de André Langer. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos/IHU*- On-line - Edição 186 - São Leopoldo/RS, 2017.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

Artigo recebido em 21/10/2020 e aprovado para publicação em 31/10/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-5>

Como citar:

SEIXAS, Rogério Luís da Rocha. A Necropolítica e o Neoliberalismo no Contexto da COVID-19. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 243-252, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

Hannah Arendt, os refugiados venezuelanos e a pandemia

Hannah Arendt, Venezuelan Refugees and the Pandemic

FELIPE LUIZ GOMES FIGUEIRA*

Resumo: O presente artigo traz um diálogo entre Hannah Arendt, os refugiados venezuelanos e a pandemia. Para tanto, tendo como norte o pensamento da filósofa alemã, serão analisadas situações que perpassam o século XX, como a perseguição aos judeus, e situações do século XXI, mormente as que atingem os refugiados venezuelanos. Junto à análise teórica, este trabalho traz, também, experiências de campo do autor junto aos venezuelanos, desenvolvidas e visualizadas através de fotografias. Além desses aspectos, também será analisado como a pandemia do novo coronavírus pode afetar ainda mais a condição dos refugiados.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Refugiados venezuelanos. Pandemia.

Abstract: This article presents a dialogue between Hannah Arendt, Venezuelan refugees and the pandemic. In this way, we did take the German philosopher's thinking, to analyze situations that spaned the 20th century will be analyzed, such as the persecution of Jews, and situations of the 21st century, especially those that affect Venezuelan refugees. Along with the theoretical analysis, this work also brings the author's field experiences with Venezuelans, developed and visually registered through photographs. In addition to these aspects, it will be analyzed how the new coronavirus pandemic can further affect the condition of refugees.

Keywords: Hannah Arendt. Venezuelan refugees. Pandemic.

* Felipe Luiz Gomes Figueira é Doutor em Educação. Professor no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Paranavaí. Contato: felipe.figueira@ifpr.edu.br

Introdução

Para explorar Hannah Arendt, os refugiados venezuelanos e a pandemia, este artigo partirá de dois trabalhos da pensadora, “Nós, os refugiados” e “As origens do totalitarismo”. Todavia, o presente artigo não se restringirá ao universo arendtiano, indo além, por meio de referências à Freud, Albert Schweitzer, Adorno e Vygotsky.

Para explorar a temática dos refugiados venezuelanos e da pandemia, o autor traz tanto as suas experiências de campo, quanto fotografias tiradas por ele próprio e que foram reunidas em dois livros, *Entre médicos e imigrantes* e *Travessias*.

Espera-se que o diálogo proporcionado por este texto possa instigar curiosidades, dúvidas, quiçá algumas respostas, e que se torne um instrumento de ação para que a dignidade da pessoa humana seja, efetivamente, promovida.

Hannah Arendt e os refugiados

Hannah Arendt, filósofa judia que viveu no século XX, passou por grandes provações, como a experiência nas Guerras Mundiais e a de ser uma refugiada nos Estados Unidos. A primeira experiência destacada foi uma das maiores catástrofes já existentes, e a segunda, que se casa com a primeira, lhe foi por demais terrível também. Ainda que Arendt, enquanto intelectual, tivesse acolhida nos Estados Unidos, mormente em jornais e universidades, ela se considerava uma apátrida dentre tantos apátridas, e isso para não se colocar acima de seus irmãos judeus refugiados. Por ter vivido nos Estados Unidos, por ter sido forçada a sair da Alemanha, sua terra natal, ela se via sempre uma refugiada, o que, segundo a perspectiva da filósofa, é sinônimo de apátrida. Para efeitos práticos, os refugiados são apátridas, posto que não têm direitos de cidadania no país em que estão, portanto, “(...) nunca serão cidadãos do país de refúgio” (ARENDDT, 1989, p. 314).

Outro filósofo, que viveu profundamente a experiência das Guerras, foi Albert Schweitzer, que depois dos trinta anos fez Medicina e foi atuar nas florestas do Gabão. O médico-filósofo chegou a fazer uma trágica constatação: os europeus, que se empenharam por evangelizar o continente africano, estavam se enfrentando, e isso era um contratempo que traria muitos prejuízos. O pensador comenta este fato, ao narrar o Natal de 1914:

Sabemos que muitos nativos se perguntam como é que os brancos que lhes trazem o Evangelho do amor se massacram entre si, agora, desdenhando os ensinamentos de Jesus Nosso Senhor. Quando nos perguntam isso, ficamos sem jeito. Interpelado a tal respeito por negros que refletem, não procuro explicar nem tirar efeito; respondo que nos encontramos na presença de qualquer coisa incompreensível e medonha. Só mais tarde é que se poderá avaliar o prejuízo que a guerra causou à autoridade moral e religiosa que os brancos tinham sobre os negros. Temo que os danos sejam imensos (SCHWEITZER, 2010, p. 141).

Logo se vê que é possível olhar o tanto de problemas que as guerras criaram, sendo que o passaporte só foi efetivamente, regulamentado, após a Primeira Guerra, pois antes, por mais que houvesse algum controle alfandegário, ainda não havia um controle rígido de quem entrava e de quem saía. Adorno traz essa temática, por exemplo, em *Educação e Emancipação* (2008), sendo ele próprio obrigado a sair da Alemanha.

É claro que a perseguição aos judeus não se deu apenas no período da Alemanha nazista, até porque tal perseguição é mais antiga. Por exemplo, na Rússia de Vygotsky havia cotas (baixíssimas) para judeus; poucas vagas poderiam ser preenchidas por judeus nas universidades¹.

Sobre o incômodo, em relação aos judeus, Freud (1975) analisou profundamente em *Moisés e o Monoteísmo*, sendo que por esse povo ter passado por inúmeras perseguições, teve de apreender a sua história nas memórias de suas pessoas, o que permitiu, ao longo dos anos, o desenvolvimento do intelecto do judeu, a ponto de ser comum artistas, filósofos, músicos e cientistas de descendência judaica. Vejamos as palavras do psicanalista:

Os judeus conservaram o pendor por interesses intelectuais, a desgraça política da nação os ensinou a apreciar o valor do único bem que lhes restara, sua literatura. Logo após a destruição do templo de Jerusalém por Tito, o rabino Jochanan ben Sakkai solicitou permissão para abrir a primeira escola da Torá em Jabne. Dali em diante, foram as Sagradas Escrituras e o empenho intelectual a elas dedicado que mantiveram unido o povo disperso (FREUD, 1975, p. 159).

1. “Apesar das evidências de sua brilhante capacidade intelectual, Vygotsky, por ser judeu, teve enormes dificuldades para ingressar na Universidade. Nessa época, na Rússia, os judeus sofriam as mais diversas formas de discriminação, tinham de viver em territórios restritos, se sujeitar a um número limitado de vagas nas Universidades (por exemplo, na Universidade de Moscovo apenas 3% das vagas podiam ser ocupadas por estudantes judeus), eram impedidos de exercer todas as profissões etc.” (REGO, 1994, p. 21).

Retornando à Hannah Arendt, ela tem um texto belíssimo, para analisar a situação dos refugiados, um texto curto, mas que faz valer o que Nietzsche dizia acerca de não precisar escrever muito para tocar em coisas profundas. O texto da filósofa é “Nós, os refugiados”, no qual há a seguinte situação, que será analisada em seguida:

Com efeito, o nosso optimismo é admirável, mesmo que sejamos nós a dizê-lo. A história da nossa luta finalmente tornou-se conhecida. Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reacções, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos. Deixámos os nossos familiares nos guetos polacos e os nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração e tal significa a ruptura das nossas vidas privadas (ARENDDT, 2013, p. 8).

Primeiro ponto a se analisar é que os “guetos polacos”, mormente a máquina de matar chamada campo de extermínio de Auschwitz, dizimou vários, milhares de judeus. A Polónia chegou a ter quase três milhões de judeus antes da II Guerra, e, depois desta, atualmente, não chega a três mil entre Varsóvia e Cracóvia. Há inúmeros livros e documentários que relatam esta situação, que bem poderia ter ocorrido com Hannah Arendt, mas nenhuma experiência é tão forte quanto a de ir a Auschwitz pessoalmente e ver os galpões, inicialmente, feitos para abrigarem cavalos, depois convertidos em depósitos de pessoas à disposição da morte. Isso é a banalização do mal.



Fotografia 1 – Galpões. Auschwitz, 2018



Fotografia 2 – Interior de um galpão. Auschwitz, 2018

Hannah Arendt é crítica da ideia de que basta uma série de princípios e direitos para que a humanidade seja respeitada. Traduzindo: não basta uma declaração da ONU, como a de 1948, para que a humanidade seja de fato respeitada em sua pluralidade. Se não existirem instituições fortes, reais, que façam valer os princípios e os direitos humanos, estes serão tão somente letras de lei. Isso significa que as declarações não são importantes? Claro que são importantes, porém, elas por elas mesmas, são fracas, e o totalitarismo, largamente analisado por Arendt, pode facilmente destruir leis e declarações. Arendt se considerava não uma filósofa, mas uma cientista política, e talvez um dos motivos é que a sua condição de refugiada lhe trazia sempre à frente que a sua vida, por um longo período (talvez sempre), era uma questão de poder, de política.

Os refugiados venezuelanos

É um fato de amplo conhecimento que o mundo é cheio de refugiados: na África, na Ásia, nas Américas, na Europa, na Oceania. Há duas séries trágicas sobre refugiados, nos Estados Unidos, que valem a menção, “Immigration Nation” e “Realidade Não Documentada”, que relatam os bastidores políticos, e também pessoais, da realidade dos imigrantes e refugiados naquele país. A depender de um governo, as políticas são mais flexíveis (como na gestão Obama), a depender são mais rígidas e mesmo cruéis (como na gestão Trump).

Neste horizonte, vale destacar o caso da Venezuela, visto que possui profundo eco no Brasil. A Venezuela, pelo menos desde 2013, passa por uma grave crise política e humanitária, que se agravou a partir de 2015. Por causa dessa situação, o país caribenho tornou-se uma nação em êxodo, afinal, só no Brasil, cerca de mil venezuelanos cruzam, por dia, a fronteira com Roraima. Antes de 2018 não havia grandes estruturas de acolhida, apenas o trabalho de voluntários, igrejas, poucas ONG's e alguma ajuda da ONU. Depois de 2018 foi criada a Operação Acolhida, cuja condução é do Exército brasileiro, e a estrutura, consequentemente, ficou maior.

Retornando aos venezuelanos em êxodo. Eles saem muitas vezes, a pé, de quaisquer pontos de seu país e andam até chegar a Pacaraima e a Boa Vista, cidades de Roraima, atrás de uma nova vida. A maioria entra legalmente, procura suporte de algum órgão federal, como a polícia federal, mas há sempre quem atravessa a fronteira ilegalmente, sendo que há pontos em Santa Elena de Uairén (Venezuela) para que as pessoas façam tal travessia.



Fotografia 3 – Um dos lugares na Venezuela com acesso clandestino ao Brasil. Santa Elena de Uairén, 2019

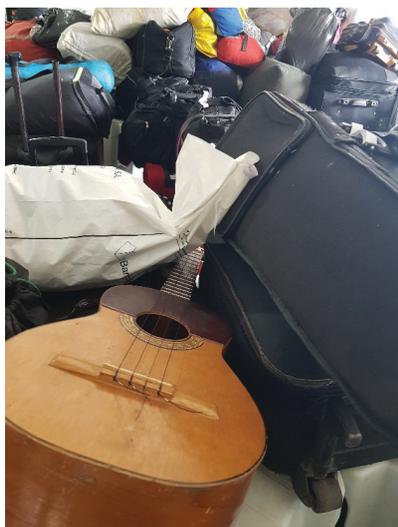
Esta situação, de atravessar ilegalmente, faz lembrar, mesmo que de longe, a situação nos Estados Unidos, em especial quando as pessoas cruzam os desertos do Novo México, do Texas e do Arizona, até chegar ao solo estadunidense. E nessa travessia, o que não faltam são situações trágicas, como a morte.

A humanidade já passou por inúmeras pandemias, é evidente, mas a de 2020, largamente documentada, é um momento único. O próprio autor deste artigo e a sua esposa se contaminaram com a COVID-19 em setembro. As instituições escolares estão há sete meses sem aulas (este texto foi escrito em outubro de 2020),

e tal situação é única. A questão a ser feita é: se a pandemia do novo coronavírus afetou as instituições escolares, tanto mais instituições que vivem às margens, como presídios e, no caso deste artigo, de abrigos para refugiados. Uma das primeiras coisas a se cortar – o que faz valer o ditado de que “a corda arrebenta para o lado mais fraco” – é a ajuda aos “mais necessitados”. No caso dos refugiados, com restrição de passagem pelas fronteiras com Roraima, a situação ficou um tanto mais difícil, e passagens ilegais aumentaram, significativamente.

Se os refugiados, como bem disse Arendt, são pessoas privadas do emprego que tinham, muitas vezes também das famílias, dos amigos, em tempos como o de 2020, a situação fica ainda mais trágica, e a sensação de serem apátridas torna-se mais intensa.

O que se percebe é que, à parte o mundo ser de todo mundo (ideia que bem pode flertar com princípios anarquistas), por questões práticas, é preciso certa organização. Infelizmente, tal organização muitas vezes está longe de ser a ideal, é capenga, cheia de problemas reais. Exemplo: os abrigos para os refugiados são feitos de pobres barracas, pobres estruturas, e a individualidade, praticamente, não existe, pois o modo de organização é coletivo.



Fotografia 4 – Malas no interior da Operação Acolhida. Pacaraima, 2019²

2. Antes de as pessoas serem recebidas no abrigo há um processo de triagem, em relação aos seus pertences, para que seja conferido se existe algo proibido dentro deles, tais como armas e drogas.



Fotografia 5 – Tendas do abrigo “BV8” da Operação Acolhida. Os alojamentos se dividem em masculinos, femininos e familiares. Pacaraima, 2019

Roraima é um estado pequeno, o menor do Brasil, e muitas vezes não aguenta o impacto da imigração do país vizinho. Em 2018, romperam vários conflitos em Pacaraima. Tais conflitos devem ser vistos além do maniqueísmo de bem e mal, isto é, além do rótulo de que os pacaraimenses são xenofóbicos. Não é nada disso. Pode até existir xenofobia, como de fato há, mas não é possível ver algo tão grave e complexo a partir de rótulos. O filme *O ovo da serpente* (1977), de Ingmar Bergman, bem pode favorecer um olhar mais profundo a respeito, e tem uma cena basilar para isso: uma “mulher normal de 30 anos” (termos da própria película) é colocada para cuidar de um bebê com paralisia cerebral, que chorava o tempo todo. Inicialmente a mulher se compadeceu da criança, mas depois não suportou e se irou com ela. A questão dos refugiados é trágica e complexa, conforme dito nesse texto.

Em síntese, o que Hannah Arendt disse sobre não bastarem leis e declarações, mas sim fortes instituições sociais, se verifica no caso dos venezuelanos, mormente em 2020, em tempos de pandemia. Se as instituições não se fortalecerem e não houver uma disposição dos governos e de organismos internacionais, a questão dos refugiados ficará ainda mais grave, o que será um prejuízo para todos, não só do Brasil, mas do mundo.

Considerações finais

É sempre difícil escrever considerações finais sobre um tema tão aberto quanto o do presente trabalho, até porque a pandemia gerada pelo novo coronavírus continua intensa, bem como as trágicas situações dos refugiados continuam cheias de dilemas. Porém, me contentarei se este artigo se tornar, ao fim, uma grande interrogação, e, mais do que isso, que sirva como um instrumento de ação para que a dignidade da pessoa humana seja, efetivamente, promovida.

Albert Schweitzer, em *Filosofia da Civilização*, afirmava que um filósofo, um intelectual, movia mais pessoas do que um estadista, um governador, pois as ideias daquele atravessam séculos, a exemplo das ideias de Platão. Nas palavras do pensador, refutando o próprio Platão:

Erroneamente Platão afirmava que os pensadores deveriam acumular a função de governadores dos Estados. Seu domínio é diverso, superior àquilo que consiste a elaboração das leis e decretos e no exercício do poder público. São oficiais do Estado-maior que na reclusão refletem sobre a batalha a ser combatida com uma visão mais ou menos clara. Aqueles que desempenham um papel na vida pública são suboficiais, que convertem unidades maiores ou menores dessas diretivas em ordens cotidianas, ou seja, que devem irromper nesse ou naquele momento, mover-se daqui para lá e para cá, ocupar este ou aquele ponto. Kant e Hegel regeram milhões que nunca leram sequer uma linha escrita por eles, tampouco souberam que lhes obedeciam (SCHWEITZER, 2013, p. 58).

Portanto, que este trabalho, que aparentemente é só uma publicação em uma revista acadêmica, possa ser visto além da letra pela letra, que é eruditismo, mas que possa cooperar com questionamentos para a humanidade.

Referências

- ADORNO, T. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- ARENDT, H. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Nós, os refugiados*. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2013.
- FIGUEIRA, F. *Entre médicos e imigrantes*. Curitiba: CRV, 2018.
- _____. *Travessias*. Curitiba: CRV, 2020.

FREUD, S. *Moisés e o Monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCHWEITZER, A. *Entre a água e a selva: narrativas e reflexões de um médico nas selvas da África equatorial*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Filosofia da civilização: Queda e reconstrução da civilização*. Cultura e ética. Tradução de Petê Rissatti. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

Artigo recebido em 29/10/2020 e aprovado para publicação em 12/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-6>

Como citar:

FIGUEIRA, Felipe Luiz Gomes. Hannah Arendt, os refugiados venezuelanos e a pandemia. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 253-262, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

A sociedade unidimensional e a realidade da pandemia

One-dimensional Society and the Reality of the Pandemic

RODRIGO DA SILVA DOS SANTOS*

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar que a sociedade brasileira atual pode ser qualificada como um caso típico de sociedade unidimensional. Por conseguinte, serão apresentados argumentos visando defender tal posicionamento, bem como oferecer uma definição do conceito de sociedade unidimensional, conceito este desenvolvido por Herbert Marcuse, em sua teoria crítica da sociedade. Logo, a partir do conceito de sociedade unidimensional, antes produzido no intuito de dar conta da realidade das sociedades mais avançadas do globo, da segunda metade do século XX, passa a ter hoje em dia enorme pertinência, quando utilizado para analisar outras sociedades vistas como sociedades “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil. Portanto, o artigo busca oferecer uma reflexão a respeito da atual realidade brasileira e, em especial, no tempo presente, isto é, em tempos de pandemia do novo coronavírus COVID-19.

Palavras-chave: Herbert Marcuse. Sociedade unidimensional. Indústria cultural. Pandemia.

Abstract: The aim of this article is to demonstrate that the very Brazilian society can be qualified as a typical case of one-dimensional society. Therefore, arguments will be presented aiming to defend this position, as well as offering a definition of the concept of one-dimensional society, a concept developed by Herbert Marcuse, in his critical theory of society. Therefore, from the concept of one-dimensional society, previously produced in order to account for the reality of the most advanced societies

* Rodrigo da Silva dos Santos é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor de Ensino Médio do ISERJ (Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro) – FAETEC e da SEEDUC-RJ (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro). Contato: rodprofilosofia@gmail.com

in the World, at the second half of the 20th century, it now has enormous relevance, when used to analyze other societies seen as “developing” societies, as is the case in Brazil. Therefore, the article seeks to offer a reflection on the current Brazilian reality and, especially, at the present time, that is, in times of pandemic of the COVID-19.

Keywords: Herbert Marcuse. One-dimensional society. Cultural industry. Pandemic.

Podemos dizer que o Brasil atual tem as características necessárias para ser considerado uma *sociedade unidimensional*, isso por conta de toda a dinâmica histórica na qual o país se insere, a partir do chamado processo de globalização, desenvolvido nos séculos XX e XXI, cujo significado consiste no processo expansionista dos mercados das megaempresas transnacionais em escala mundial, oportunizando a implementação em diversos países do globalismo – ideologia característica do neoliberalismo, que

[...] reduz a pluralidade da globalização a uma única dimensão – a dimensão econômica – que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial (BECK, 1999, p. 27-28).

A partir disso, no entanto, devemos observar que o conceito de sociedade unidimensional, havia sido definido por Herbert Marcuse numa de suas obras mais famosas, ou seja, o livro intitulado *O homem unidimensional* (1964), para se referir, exclusivamente, às sociedades industriais capitalistas mais avançadas. Contudo, o próprio autor chamava atenção para o fato de que haveria, com o passar do tempo, a possibilidade de que o fenômeno da unidimensionalidade se ampliasse em nível progressivo: “Há amplas áreas dentro e fora dessas sociedades em que as tendências descritas não prevalecem – eu diria: não prevalecem ainda” (MARCUSE, 2015, p. 37).

Por conseguinte, afirmamos que sim, o Brasil tornou-se uma sociedade unidimensional. Mas, o que, então, vem a ser isso: uma sociedade unidimensional? Por que o Brasil atual enquadra-se nesse conceito?

Pois bem, Marcuse nos diz que a sociedade unidimensional é aquela na qual pensamentos e ações ou comportamentos que destoem do *statu quo*

estabelecido pela ordem política e econômica vigente são imediatamente desconsiderados e/ou duramente reprimidos, não tanto, porém, pelo uso de violência física, mas a partir de sofisticados dispositivos de propaganda e de técnicas de persuasão, criados para gerar consenso ou submissão em relação aos discursos dominantes e a aceitação resignada dos valores impostos pelo aparato produtivo capitalista e às suas organizações privadas, governamentais e não governamentais, todas alinhadas com a visão de mundo oferecida pelo capitalismo tardio.

Assim, numa sociedade unidimensional, ações e pensamentos divergentes à realidade (im)posta traduzem-se em algo como ilusão utópica, delírio ou ideal perigoso e subversivo. Além disso, com o avanço dos recursos científicos e tecnológicos, assimilados pelo aparato produtivo, criam-se poderosos dispositivos de controle e dominação social, que atingem um nível de eficácia e eficiência espantosos, o que parece obliterar qualquer discurso ou iniciativa que desafie ou proponha mudanças sociais, qualitativamente, diferentes das propostas pelos planos de reformas e ajustes formulados pelo Grande Capital.

Esta é uma visão de mundo unidimensional, nos termos de Marcuse, o que significa que a vida social deve seguir um pensamento único, apoiando-se na ideologia de que chegamos ao “fim da história”, isto é, o fim do embate entre as grandes narrativas políticas antagônicas, tendo o capitalismo e o comunismo como os principais desses embates, mas agora supostamente extinto, com o triunfo definitivo da visão de mundo capitalista.

Pensamento único

Nesta medida, na sociedade unidimensional, deve-se seguir apenas um discurso. Logo, a sociedade deve ser programada segundo um único algoritmo: operar segundo o paradigma das ideologias neo ou ultraliberais. Este paradigma defende que seu sistema democrático liberal é o modelo democrático por excelência, na medida em que seus habitantes são “autenticamente livres”, ou têm possibilidades de sê-los, desde que sigam as “regras do jogo”, ou seja, desde que se sujeitem e que se adêquem à lógica social que vige e vigora, expressa tanto na legislação, quanto nos costumes, quanto no estilo de

vida cantado em verso e prosa pelos meios de comunicação de massa: a lógica do consumo e do acúmulo.

Assim, os métodos de persuasão social contidos no marketing e na publicidade, bem como no mercado cultural e de entretenimento, fazem com que os indivíduos se tornem escravos das mercadorias que consomem, seduzidos pelas mensagens hipnóticas que sugerem a massa a consumir irracionalmente, desmesuradamente, mais e mais.

Para o Grupo MARCUSE (Movimento Autônomo de Reflexão Crítica para Uso dos Sobreviventes da Economia) – grupo interdisciplinar de teóricos que analisam criticamente o meio publicitário – a publicidade, “Como só admite a compra como resposta, a sugestão publicitária faz parte da hipnose. É uma questão de entorpecer a consciência para permitir comandos (‘Compre aqui!’, ‘Consuma isto!’).” (GRUPO MARCUSE, 2012, p. 37).

Noutra ocasião, o grupo chega a dizer que “Bajular, seduzir, influenciar... Essas são as palavras-chave de todos os manuais de publicidade. Essa profissão é a da ‘persuasão social’, da exploração da credibilidade humana” (GRUPO MARCUSE, 2012, p. 39).

Portanto, na sociedade unidimensional, podemos observar que uma notável gama de recursos é investida para gerar na população um nível cada vez maior de satisfação e de comodidade. Satisfação e comodidade, porém, nada duradouras, pois são, na verdade, satisfações imediatas e comodidades aparentes, ambas limitadas pelo grau de poder aquisitivo de cada indivíduo.

Aliás, se prestarmos atenção à realidade brasileira – considerando o Brasil um país “em desenvolvimento” – a cada dia vemos tais fenômenos encontrados nas sociedades “desenvolvidas” também aqui ocorrerem. Exemplo disso é o aumento expressivo, nas últimas décadas, do acesso por parte das classes chamadas de C, D e E a diversos bens de consumo e serviços diversos.

Hoje, podemos ver moradores de favelas e demais comunidades carentes (tribos indígenas, comunidades quilombolas, etc.) tendo acesso à internet, graças a planos “populares” oferecidos pelas operadoras de telefonia¹, e a en-

1. Além disso, temos os serviços “paralelos”, ou seja, serviços ilegais, que, muitas das vezes, são tolerados pelo poder público, em função da rentabilidade que tais serviços geram, na forma de propinas que alimentam a corrupção, um elemento constitutivo da própria estrutura do capitalismo real.

tretenimentos como cinema, shopping, serviços de *delivery* etc.; alguns são, inclusive, proprietários de fornos de micro-ondas, *smart tvs*, *notebooks*, celulares com câmeras de alta resolução, etc. Mas, ao mesmo tempo, grande parte dessas mesmas pessoas, que usufruem hoje em dia desses bens e serviços, não têm sequer saneamento básico,² e não gozam de segurança, lazer, educação e saúde de qualidade mínima.

No entanto, o que é mais estarrecedor é que a maioria dessa população resigna-se com essa situação, aceita as satisfações imediatas, as comodidades aparentes, frui os prazeres efêmeros disponibilizados pelo mercado, mesmo que, no final das contas, padeça com a falta de condições de possibilidade de gozo de direitos humanos básicos, que lhes proporcionariam satisfações mais duradouras e significativas.

A consciência feliz brasileira

O capitalismo tardio brasileiro produziu, graças também a toda a força das determinações históricas que marcaram o desenvolvimento histórico do Brasil até hoje (processo de colonização extrativista, genocídio e escravidão dos povos nativos, tráfico escravidão dos povos africanos, entre outras mazelas), uma forma de pensar do brasileiro médio que pode ser traduzida na frase: “Bom, bom, não tá, mas tá bom”.

Isso, portanto, se assemelha ao que Marcuse denomina “conquista da consciência infeliz”: por que o indivíduo tem que se preocupar se a miséria e a injustiça crescem a cada dia, se a violência e a desigualdade social só aumentam, se ele pode consumir diversos produtos e serviços, mesmo que sua renda estabeleça os limites desse consumo e a qualidade desses produtos e serviços. Pois, como diz um velho ditado: “A qualidade depende do preço”.

Ora, então, qual o problema? As pessoas hoje em dia, através da internet e das redes sociais (virtuais), exercem sua cidadania dando o seu “dislike” nas

2. Segundo dados coletados até 2018 pelo SINIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), o índice de coleta de esgotos em todo território brasileiro corresponde a apenas 53,2%. Dados disponíveis In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2018*. Brasília: SNS/MDR, 2019. p. 58.

tragédias e absurdos noticiados e compartilhados, ou uma “curtida” nas notícias consideradas positivas, assim como podem contemplar os produtos inovadores que o mercado acabou de lançar, e que é possível até mesmo, realizar a compra *online*, através de uma “superpromoção”, para gerar-lhe um grau ainda maior de gozo e de prazer imediatos.

Por isso, apesar de todos os percalços e catástrofes que a vida no capitalismo traz, tudo parece ficar bem, quando estamos diante de uma tela. Ainda mais com a internet, que pode ser acessada por meio de qualquer celular com “configurações mínimas e recomendadas”. Assim, é possível a felicidade. Chegamos, pois, ao estado de consciência feliz, na sociedade unidimensional, como nos descreve Marcuse: “A Consciência Feliz, a crença de que o real é racional e que o sistema entrega os bens – reflete o novo conformismo que é uma faceta da racionalidade tecnológica traduzida em comportamento social” (MARCUSE, 2015, p. 107).

Curioso o fato de que a expressão do funkeiro Mc Mazinho se adéque bem ao quadro atual: “Tá dominado, tá tudo dominado”. O próprio Marcuse talvez ficasse espantado com o nível tão elevado de dominação ao qual estamos submetidos aqui no Brasil, caso ainda estivesse vivo e fizesse uma visita às nossas terras.

A denúncia de Marcuse aos dispositivos tecnológicos de controle da sociedade unidimensional, em sua época, continua válida para os tempos de hoje, porque ela continua se intensificando, sobrepondo-se a outros modelos de sociedade no mundo, desde o Ocidente até o Oriente, também encontrando no Brasil, do Caburaí ao Chuí, terreno fértil para implementação desse tipo de sociedade.

Deste modo, através de seus dispositivos tecnológicos de controle, a realidade unidimensional projeta uma aldeia global, governada pelo império do Capital. A partir disso, verifica-se que os dispositivos tecnológicos do aparato produtivo capitalista são tão poderosos que aparecem para a opinião pública como encarnações da razão, agindo em benefício da população e servindo a seus interesses. Max Horkheimer e Theodor Adorno, colegas de Marcuse, e de pensamentos convergentes aos dele em muitos pontos, preferiram chamar esses dispositivos de *indústria cultural*. “O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 118).

Desse modo, o discurso “racional”, “técnico” e “competente” mostra-se tão inexorável, tão avassalador, que uma opinião ou posicionamento de caráter questionador ou contrário à ordem estabelecida mostra-se irracional, absurdo “na prática”. Ou seja, devemos aceitar que outro mundo não é possível. Logo, “o protesto do indivíduo ficou sufocado na raiz: quem se nega a cooperar aparece como neurótico e impotente” (MARCUSE, 1974, p. 357).

Por conseguinte, o caminho fica livre para as tecnologias sociais de dominação exercerem seu poder. E mais, segundo Marcuse, chegam a introjetar na dimensão privada dos indivíduos, ou seja, no mundo interior de suas subjetividades, seus princípios e valores de uma maneira imediata, fazendo com que eles se identifiquem com tais princípios e valores de maneira automática, isto é, sem a necessidade de mediações sociais, que, anteriormente, tinham um importante papel na formação pessoal e social dos sujeitos.

Educação unidimensional

Agora, as exigências sociais impostas ao aparelho psíquico não são mais prerrogativa exclusiva de instituições e atores sociais tradicionais, como família, amigos, escola, comunidades religiosas, associações, etc. Elas perdem relevância ou são agenciadas pela sociedade unidimensional, transfigurando o princípio de realidade em princípio de desempenho, consentâneo ao estabelecido pelo sistema capitalista.

Isto ocorre porque o fenômeno da introjeção dá-se na mais tenra infância, prejudicando o aprendizado e o desenvolvimento mental potencial infantil. Destarte, os pequeninos aprendem, desde muito cedo, a viver segundo os parâmetros da ideologia capitalista.

Pois, como afirma Vigotski,

[...] o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronte na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes elas tiveram alguma experiência com quantidades – tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração e determinação de tamanho. Conseqüentemente, as crianças têm a sua

própria aritmética pré-escolar, que somente psicólogos míopes podem ignorar. (VIGOTSKI, 2013, p. 110)

Não obstante o exemplo de Vigotski acima, podemos dizer que no Brasil muitas crianças pobres, em idade pré-escolar, também aprendem aritmética de outro modo, frustrante, contudo: é o momento quando os pequeninos, de posse de algumas moedinhas, vão à tendinha da esquina comprar doces. No momento da compra, aprendem a dura lição capitalista de que as moedinhas de que dispõem, muita das vezes, não serão suficientes para comprar os doces realmente desejados, tendo que se contentar com os doces mais baratos, e menos gostosos.

Destarte, todo esse processo pedagógico do Capital resulta não numa “adaptação” ao *statu quo*, mas numa *mimesis*, isto é, uma identificação imediata com a sociedade, através das práticas exemplares que ela propaga nas *mass media*, no cotidiano e nos próprios jogos de linguagem ordinária que ela produz.

Assim, identificação imediata com a sociedade unidimensional produz o homem unidimensional, manipulado e conduzido por uma organização técnica e científica, fundados na racionalidade instrumental, que prescinde de valores e fins não operacionais, pois estes são vistos como “universais metafísicos” (a *liberdade*, a *igualdade*, a *solidariedade*, a *justiça*, o *amor*, etc.), não passam, portanto, de abstrações impossíveis de se concretizarem nessa realidade unidimensional do Capital.

O que importa, afinal, são os fins operacionais, instrumentais, isto é, a irracional valoração dos próprios meios de produção de riqueza e mais-valia, através da busca por um desenvolvimento ótimo e frenético da produtividade e distribuição eficiente de mercadorias e serviços para honra e glória do sistema explorador e opressor.

Repensando conceitos

Nesta medida, Marcuse adverte que os conceitos marxistas tradicionais de alienação e de ideologia devem ser reformulados, caso se queira com eles compreender, adequadamente, o novo contexto histórico em que vivemos.

A ideologia não pode mais ser vista como mera *falsa consciência*, haja vista o fato de que, na sociedade unidimensional, “há apenas uma dimensão, e

ela está em todos os lugares e em todas as formas”. (MARCUSE, 2015, p. 49). Esta nova abordagem a respeito do conceito de ideologia, Marcuse atribui a Adorno. Em *Prismas. Crítica cultural e sociedade*, Adorno diz:

Nessa prisão ao ar livre em que o mundo está se transformando, já nem importa mais o que depende do quê, pois tudo se tornou uno. Todos os fenômenos enrijecem-se em insígnias da dominação absoluta do que existe. Não há mais ideologia no sentido próprio de falsa consciência, mas somente propaganda a favor do mundo, mediante a sua duplicação e a mentira provocadora, que não pretende ser acreditada, mas que pede o silêncio (ADORNO, 1998, p. 25).

Além, pois, do dito acima, Adorno também assevera: “Hoje ‘ideologia’ significa sociedade enquanto aparência” (ADORNO, 1998, p. 21). A ideologia, portanto, passa a ser *mistificação da realidade social*.

Por conseguinte, tanto para Adorno quanto para Marcuse, esse novo fenômeno social é o efeito indústria cultural, fazendo com que a ideologia passe a se identificar com a própria realidade social estabelecida, pois ela se encontra no próprio processo de produção.

Assim, a falsa consciência passa a ser a verdadeira consciência. A própria existência se tornou existência alienada, mostrando, dia após dia, sua capacidade de conter a mudança social qualitativa.

Logo, o indivíduo que vive na sociedade unidimensional, isto é, o homem unidimensional, tende a ser um homem alienado desde a infância até seu último suspiro de vida, pois a alienação deixa de ser *estranhamento* (*Entfremdung*) – desrealização e reificação do ser humano – e passa a ser no mundo unidimensional apenas *exteriorização* (*Entäusserung*) – transformação do trabalho humano em objetos, produtos, mercadorias. Neste sentido, as pessoas desenvolvem tão somente relações possessivas com seus objetos: “As pessoas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, nos seus aparelhos *hi-fi*, nas suas casas de dois andares ou com mezanino e nos seus utensílios de cozinha.” (MARCUSE, 2015, p. 47).

Este fenômeno gera a confusão entre *ter* e *ser* (FROMM, 1982). O homem unidimensional não consegue, portanto, se dar conta de que está sob o encanto da forma histórica mais avassaladora de fetichismo da mercadoria.

A situação então se configura tão dramática, que não basta para Marcuse a tomada de consciência das contradições sociais que escancaram a irracionalidade e as injustiças do sistema. É preciso ir além. É preciso uma Grande Recusa, capaz de emancipar o ser humano da desrazão da racionalidade tecnológica.

Domínio sobre as pulsões

Contudo, a sociedade unidimensional parece fechar por todos os lados, as brechas pelas quais as forças de contestação poderiam entrar e abalar a ordem instituída. Vivemos em uma sociedade fascista, totalitária. Visto que, para Marcuse,

Não apenas uma forma de governo ou diretriz partidária conduz ao totalitarismo, mas também um sistema específico de produção e distribuição que bem poderia ser compatível com o “pluralismo partidário”, jornais, ‘poderes compensatórios’, etc. (MARCUSE, 2015, p. 42-43)

Para alguns, no entanto, valendo-se da metapsicologia freudiana, haveria nas forças obscuras do inconsciente a brecha mais importante que poderia comprometer todo o sustentáculo do *establishment*.

Porém, Marcuse observa que até mesmo o inconsciente e suas pulsões erótica (de promoção e conservação da vida) e tanática (de destruição e morte) são administradas pelo aparato produtivo.

Numa sociedade unidimensional, o princípio de prazer identifica-se com o princípio de realidade, e o que vale, então, é a satisfação a mais intensa e imediata possível. Porque isso vende mais.

Mas o próprio Freud não diz que a repressão é necessária para garantir a convivência social? Pois é, mas a sociedade unidimensional criou o que Marcuse chama de *dessublimação repressiva*, que consiste numa liberação controlada das pulsões, não para emancipar os homens nem torná-los mais felizes, mas simplesmente canalizar suas energias libidinais e destrutivas para soerguer o sistema capitalista.

A indústria cultural promove assim a transformação da pulsão erótica (que estabelece relações de amor, amizade, compaixão, caridade, etc.) em pulsão parcial sexual, reduzida às zonas erógenas, e o erótico reduz-se ao ato

sexual. Porém, o sexo deve ser controlado, manipulado, administrado em termos de *performance* por um lado, e por outro, permanecer como *tabu*. Tudo depende da perspectiva que será mais vantajosa e lucrativa em dada ocasião e circunstâncias: pois, de qualquer forma, com o poder de unir os opostos, “a indústria cultural é pornográfica e puritana” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 131).

Já a pulsão destrutiva, com o enfraquecimento da pulsão erótica, sua antagonista, teoricamente tende a aumentar, tornando os indivíduos agressivos. Essa agressividade, que poderia ser um importante estopim para contestação da ordem vigente, porém, é também controlada pelo aparato produtivo. Toda a agressividade que as frustrações e limitações provocadas pelo sistema vigente, todos os desejos e necessidades não satisfeitos que a indústria cultural não lhe pode eliminar, será canalizada e investida num objeto personificado, considerado inimigo do princípio de realidade estabelecido, para, assim, conseguir a coesão social. Segundo Marcuse,

[...] a informação e a propaganda cotidianamente recebidas constroem imagens concretas e imediatas do inimigo – humanas, ou melhor, desumanas: é muito menos contra o comunismo ameaçador, um sistema extremamente complexo e ‘abstrato’, que contra um poder altamente personalizado – os vermelhos, os comunistas, os camaradas, Castro, os stalinistas, os chineses – que as massas se mobilizam e se unem. Assim, o inimigo é não só mais concreto que a abstração que forma sua realidade como também mais móvel e fungível, podendo encarnar muitas figuras conhecidas e odiadas, como os homossexuais, os estrangeiros, os intelectuais, os judeus, de acordo com o nível e interesse do grupo social em questão. (MARCUSE, 1998, p. 104)

Dessa maneira, *sex and violence* são os instrumentos utilizados pela sociedade unidimensional para exercer sua dominação e exploração.

Sociedade unidimensional e pandemia da COVID-19

Eis que surge a pandemia do novo coronavírus COVID-19. Vírus altamente contagioso, em poucos meses espalhou-se por todo o globo. O site do Ministério da Saúde informa que

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Por conta desse novo vírus, portanto, passamos por uma crise sanitária extremamente preocupante, fazendo milhares e milhares de vítimas no Brasil e milhões e milhões em todo o planeta, e, além disso, estamos vivendo a maior crise econômica mundial do século XXI.

Por não se contar ainda com uma vacina segura e autorizada, o único meio de a população se proteger é através do uso de máscaras e outros equipamentos de proteção individual, o distanciamento entre as pessoas e o isolamento daqueles considerados integrantes dos grupos com maior risco, de sintomas mais graves da doença.

Isto significou duro golpe na sociedade unidimensional, fundada na necessidade de consumo frenético. Diversas empresas, de todos os tamanhos e receitas passam por dificuldades, ou foram extintas, com a considerável queda em seus lucros, por conta do distanciamento e isolamento sociais, lockdowns, e desemprego em massa.

Apesar do enfrentamento ao vírus, do progressivo controle da doença em muitos países, e da corrida de várias instituições e corporações farmacêuticas e de ciência e tecnologia em saúde, nacionais e internacionais, empreenderem uma corrida para a produção de várias vacinas, ainda existe o temor de uma segunda ou mais ondas de contágio, sem falar em possíveis mutações que o vírus possa ter, amenizando sua virulência e letalidade, ou, pelo contrário, tornando-o mais forte e ameaçador.

Mas, será que essa catástrofe porá fim ao império da sociedade unidimensional? Enquanto a população mais pobre do globo torna-se cada vez mais pobre com essa crise, gerando aumento do desemprego, de fome e da falência dos sistemas hospitalares e ambulatoriais, os mais ricos tornam-se mais ricos, investindo nos inovadores negócios *online* (BBC NEWS BRASIL, 11 de out. de 2020)

Por tudo isso, fica a pergunta: será que na era pós-pandemia teremos simplesmente um “novo normal” da sociedade unidimensional? Ou se vislumbrará o horizonte de uma nova sociedade, mais sustentável, ecológica, solidária e humana? Difícil dizer. Mas o futuro dirá.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Prismas. Crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- BBC NEWS BRASIL. Os cáuculos que preveem mais de 15 milhões de pessoas na miséria no mundo, enquanto fortuna de bilionários cresceu 27%. 11 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54470607>. Acesso em: 28 out. 2020.
- BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2018*. Brasília: SNS/MDR, 2019.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- FROMM, Erich. *Ter ou ser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRUPO MARCUSE. *Sobre a miséria humana no meio publicitário: por que o mundo agoniza em razão do nosso modo de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*. São Paulo: Edipro, 2015.
- _____. A obsolescência da psicanálise. In: *Cultura e sociedade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sobre a doença: o que é covid-19. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 28 out. 2020.
- VIGOTSKI, Lev. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Artigo recebido em 29/10/2020 e aprovado para publicação em 16/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-7>

Como citar:

SANTOS, Rodrigo da Silva dos. A sociedade unidimensional e a realidade da pandemia. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 263-276, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

COVID-19: reflexões a quatro mãos sobre alguns aspectos do problema¹

COVID-19: Four-way Reflections on Some Aspects of the Problem

MARIA ALCINÉA ANDRIÃO TROTTA*

WELLINGTON TROTTA**

Resumo: Este trabalho, com o objetivo de fazer uma reflexão ético-política sobre aspectos da COVID-19 e alguns dos seus efeitos, é constituído por uma *Introdução*; o tópico um, *Natureza da COVID-19*, trata dos elementos gerais desta doença e suas implicações sociopsíquicas; o tópico dois, *Considerações acerca das políticas públicas do Estado capitalista brasileiro*, analisa a natureza das políticas públicas do Estado brasileiro; uma *Conclusão*, de perfil crítico-reflexivo, antes de ser uma peroração de tudo o que foi dito ao longo do texto.

Palavras-chave: COVID-19. Filosofia. Saúde. Educação. Políticas Públicas.

Abstract: This work, with the objective of making an ethical-political reflection on aspects of COVID-19 and some of its effects, consists of an *Introduction*; topic one, *Nature of COVID-19*, deals with the general elements of this disease and its socio-psychological implications; topic two, *Considerations about the public policies of the Brazilian capitalist state*, analyzes the nature of the public policies of the Brazilian state; a *Conclusion*, with a critical-reflective profile before being a reflection on everything that was said throughout the text.

Keywords: COVID-19. Philosophy. Health. Education. Public Policy.

1. Correção crítico-gramatical de André Luís Pires Pelliccione.

* Maria Alcinea Andrião Trotta possui Graduação em Psicologia e Fonoaudiologia. Tem Especializações em Psicopedagogia, Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares, Orientação Educacional-Pedagógica, Terapia Cognitiva Comportamental e MBA em Gestão de Pessoas. Psicoterapeuta. Contato: alcineaandriao@gmail.com

** Wellington Trotta tem Doutorado em Filosofia (UFRJ) e Direito (UNESA), Pós-Doutorado em Filosofia pela UFRJ-IFCS. Professor do CEFET-MG. Contato: welltrotta@gmail.com

Introdução

Em que consiste uma investigação filosófica? Ou melhor, o que é uma reflexão filosófica? Bem, antes de responder a estas perguntas deveras difíceis, devemos começar por dizer que *filosofia é, a nosso juízo, um campo do saber, em que o pensamento tem por propósito a busca da verdade por meio de perguntas razoáveis na obtenção de respostas inteligentes baseadas na razão lógico-demonstrativa*, ou, como bem assevera Hegel, *filosofia é a ciência da verdade*. Entendemos, assim, que o pensamento filosófico deve primar pela simplicidade, uma vez que a busca da verdade é um simples ato de desvelamento do ser, do objeto, do fenômeno, da coisa.

Então, vivendo sob os muitos impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus, que desencadeou a COVID-19, fomos convidados pelo Prof. André Campos da Rocha, Editor da **Revista Coletânea**, a elaborar um texto de natureza filosófica acerca deste fenômeno que trouxe muitos dissabores e, de outra forma, possibilitou a oportunidade de conhecer mais o Brasil e as causas dos males que nos impedem de sermos pessoas completas, visto que nossos sistema político e modelo produtivo são enormes garrotes a nos asfixiarem até o desfalecimento. Exemplo disso observamos, neste momento, na área da educação, a desigualdade acentuada entre os estudantes que têm e os que não têm acesso à internet em condições satisfatórias. Enquanto uma minoria tem a possibilidade de manter o ano letivo, grande parcela de estudantes sequer tem internet ou acesso à educação remota, ampliando, assim, a enorme desigualdade no Brasil, inclusive em comparação com outros países mais desenvolvidos.

Neste caso, entendemos que são muitas as *janelas filosóficas* destinadas à reflexão destes e de outros problemas, como: 1. a epistemologia, que investiga a natureza do conhecimento científico, seu objeto e procedimentos metodológicos; 2. a lógica, janela importante quanto à análise dos discursos incongruentes e congruentes elaborados, cotidianamente, à guisa de raciocínios quando, na verdade, são apenas alucinações ideológicas, subvertendo o real em favor de idealizações próprias do senso comum, ou das ilusões guardadas sobre os elementos que compõem a realidade; 3. a estética, outra *fresta filosófica*, que se ocupa do belo artístico, talvez fornecesse devida compreensão das formas assimétricas do “pensamento” e das práticas dos agentes políticos brasileiros, em zigue-zague diante da COVID-19. Entretanto, escolhemos a abertura 4. ético-política, porque a ética é o ramo filosófico que investiga

o fenômeno moral, e a filosofia política pesquisa estruturas institucionais da sociedade, que *deveriam existir e funcionar em prol do bem comum*, tendo em vista que a pandemia tem consequências dramáticas sobre a vida psíquica das pessoas. Isso é fato, para tanto, basta atentarmos aos jornais, às pesquisas feitas por institutos que detectam ondas de depressão, ansiedade, divórcios e outros percalços, por conta de decisões equivocadas tomadas pelos agentes políticos, mesmo dizendo que ouvem médicos sanitaristas, infectologistas e demais profissionais da saúde.

Nosso enfoque, ético-político, não poderia ignorar os interesses próprios da crise econômica que a pandemia agravou, exprimida pelos objetivos de classes, grupos e estamentos da burocracia brasileira: interesses que passam ao largo do bem comum, pois, como bem diz Aristóteles, *o bem da política é a justiça, o bem da justiça está associado ao bem comum, este ao interesse público, ao interesse individual-coletivo*.

É preciso destacar que este trabalho foi escrito a quatro mãos, em que cada par, vindo da filosofia e da psicologia, teve o propósito de elaborar um texto em que possamos dialogar na perspectiva de compreender o fenômeno da pandemia, especificamente, como já dissemos, no Brasil, retomando o papel que esses saberes já tiveram entre nós, mas que se perderam em *discussões escolásticas* e soltas em meio a papéis muito pouco lidos e sempre escondidos nos limbos das portas fechadas. Neste sentido, nosso trabalho caminha pela seara do esboço, do ensaio, e não de um artigo estritamente científico, fruto de experimentos laboratoriais.

Para que nosso texto seja um rascunho filosófico, cremos que o postulante a filósofo deve ter a capacidade de tornar-se interlocutor de ideias, e não impositor de ideologias, concepções particularistas pensadas como se fossem objetivamente racionais. De outra forma, o olhar de quem pretende trazer à tona a realidade deve remover os entulhos ideais que estão sobre os significados reais dos fenômenos, e o filósofo deve explicitar que as ideologias, voltadas para o artificialismo, encobrem com fios ilusórios o significado profundo do real.

A peculiaridade do pensamento filosófico é pensar problemas e situá-los na esfera da reflexão filosófica, fazer distinto ao do comentador que opera um inventário das principais ideias do autor comentado. Não se quer dizer que o trabalho do comentador não seja importante. Pelo contrário, ele é fulcral ao próprio desenvolvimento da história da filosofia, no desvelar de muitas ideias soterradas por camadas de interpretações equivocadas e tidas como

verdadeiras. O bom comentador é um investigador de sistemas, descobridor de novidades teóricas das escolas filosóficas e sua atividade lega um imenso trabalho, que contribui para que se possa estudar com segurança, ao se tomar esta ou aquela corrente filosófica como referência teórica. Todavia, sem nenhum demérito à atividade do comentador, o papel do filósofo implica resolver problemas, elaborar conceitos que possam clarificar obscuridades próprias da vida humana, por conta da nossa natureza racional, ávida por compreender o entorno e por conta de as certezas serem marcadamente, próprias, do senso comum, que, ao não resolver o que está posto, prefere situar tudo no plano do mistério, do insondável e solto nas narrativas ilusórias.

O trabalho filosófico está, pois, refletido na sua contribuição, para tornar mais acessível a compreensão dos fenômenos, sejam eles psíquicos, sociais, políticos, econômicos, naturais etc. É da natureza do filósofo erigir ideias que tornem possíveis interpretações condizentes com a realidade. Nesse caso, o filósofo é um desbravador do real, um aventureiro que resolve o presente ao mesmo tempo em que remete a humanidade para o porvir. O trabalho filosófico, preocupado com a verdade, traz para si a tarefa de decifrar a realidade à medida que desvenda os enigmas da vida humana, isso tudo com a capacidade de enxergar o que as mentes dominadas pela ideologia não conseguem visualizar. O filósofo é um vidente sem se valer da cartomancia, sem se valer de instrumentos místicos, mas aferrado à ideia de que a razão é um convite à serenidade conceitual, ao plano da reflexão como atividade humanamente possível diante das inúmeras tarefas históricas. Portanto, o filósofo é aquele que passa o dia em sua oficina, o mundo, criando ferramentas conceituais a partir da intuição como fonte.

Abordar a realidade, filosoficamente, é escutar o som dos objetos e dos fenômenos por meio da reflexão, da leitura aberta, para entender a teoria que está por detrás de uma prática, discutir com interlocutores que também partam de problemas reais. Logo, um filósofo apresenta amplo universo de conceitos que deve ser considerado por conta das influências que perpassam o conjunto de sua obra, isso porque um filósofo é detentor de sensibilidade em estado de tensão permanente para perceber fenômenos, bem como entrever as imbricações que cercam a vida.

A tarefa urgente da reflexão filosófica é tornar a filosofia viva, presente e atuante nas transformações que impliquem a permanente melhoria do indivíduo como ser racional. Portanto, para isso, devemos refletir sobre a conversão

do homem-consumidor-mercadoria em homem-político, pois, necessariamente, este tipo de homem precisará da reflexão como critério existencial e, para tal, ele encontrará na pesquisa da realidade o estímulo a mudá-la todas as vezes em que observar formas irracionais de pensar e organizar a vida.

Toda construção filosófica tem por fim último contemplar o homem naquilo que o caracteriza na dimensão humanidade. Constitui ledor engano pensar que é no abstrato que o filósofo encontra amparo para promover suas ideias, reflexões e investigações daquilo que contempla. O que o filósofo promove é a *abstração necessária*, importante na tentativa de o pensamento desdobrar-se na captura do todo. O uso da abstração não é incompatível com a realidade pensada. O equívoco é tomar a abstração e fazer dela uma realidade construída no ideal como fuga do real de si mesmo. São duas situações bem distintas no processo filosófico, necessitantes de esclarecimento. O real pode ser abstraído dele mesmo e ser pensado em suas contradições existentes, sem suprimi-lo pela abstração tida por realidade. A importância da filosofia não está somente no fato de que ela seja capaz de melhorar o indivíduo e sua vida, mas por ser instrumento que ajude a compreender os fenômenos e objetos que compõem a realidade, visto que compreendê-la em sua totalidade consiste num esforço para além do possível. Neste caso, a importância da filosofia reside, também, na reflexão sobre os fenômenos morais que englobam a consciência do agir, a maneira de agir, a vontade de agir, a decisão de agir. Logo, tais elementos do fenômeno moral são estudados especificamente pela ética, ramo da filosofia que investiga os pormenores da moral, uma vez que esta pode ser entendida como conjunto de costumes e regras que regula, ao lado do direito, o cotidiano dos indivíduos com base nos valores socialmente construídos no processo histórico.

Assim, ética e moral, termos distintos, expressam conceitos específicos. Esse esclarecimento justifica-se porque, geralmente, confundimos ética com moral, além de pensarmos que o mundo moral é, necessariamente, reacionário, considerando as relações sociais um emaranhado de dominações, porque nos esquecemos de que respeitar nossos pais, educar nossos filhos, lutar por leis mais justas não são atos revestidos de moralidade. Fugimos do debate moral porque o consideramos inferior ao debate político, acreditando que a política seja uma instância descolada da moral. Por outra, ao tropeçarmos na filosofia e cairmos de corpo e alma no pensamento ideológico (impressões subjetivistas), desconhecemos o significado de moral e passamos a associá-la

ao conjunto de elementos dominadores sobre a subjetividade. Quando tropeçamos na filosofia e caímos na ideologia, apartamo-nos da realidade em suas múltiplas determinações, porque os sujeitos desavisados do debate moral entregam suas vidas aos ideólogos, que se tornaram capazes de ressignificar e dirigir as indignações morais para a despolitização da vida. Tanto o jogo político quanto a dança das análises políticas sofrem do mesmo mal: a fantasia por essência e a persuasão pela necessidade do engodo. Em ambas as situações, os “políticos” e os ideólogos, por segui-los, também constroem avaliações que lhes são úteis no mundo da sobrevivência, pois raras são as almas, nesse meio, livres de interesses e de tolices.

Há também os falsos, que se ligam aos grupos somente por necessitar valsear no baile das aparências e dos pratos de lentilhas, como último suspiro da vida. É urgente repensar a questão moral, porque a corrupção em que muitos se meteram faz com que nossos ideais se tornem fantasmas de nós mesmos. Devemos olhar a política como um elemento ligado à ética, para ampliarmos a discussão política sobre a corrupção, mal que mata nosso povão nas filas da vida.

Por fim, este trabalho, com o objetivo de fazer uma reflexão ético-política sobre aspectos da COVID-19 e alguns dos seus efeitos, é constituído por esta *Introdução*; o tópico dois, *Natureza da COVID-19*, que trata dos elementos gerais desta doença e suas implicações sociopsíquicas; o tópico três, *Considerações acerca das políticas públicas do Estado capitalista brasileiro*, que analisa a natureza das políticas públicas do Estado brasileiro; uma *Conclusão*, de perfil crítico-reflexivo, antes de ser uma peroração de tudo o que foi dito ao longo do texto.

Agradecemos ao Prof. Dr. André Campos da Rocha e à Direção da Faculdade São Bento pelo convite e o espaço cedido para expormos nossos pontos de vista. Felicidades a todos.

1 Natureza da COVID-19

O que é a COVID-19? O que é o coronavírus? O que é o novo coronavírus? Começamos pelo início. O grupo dos coronavírus constitui uma numerosa família de vírus, existentes em espécies de animais distintos, como gatos, morcegos, camelos etc. Segundo médicos sanitaristas e infectologistas, os coronavírus que infectam estes e outros animais, dificilmente afetam seres humanos, vide os

exemplos dos MERS-CoV e SARS-CoV.² Porém, aproximadamente, em dezembro de 2019, o novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, foi detectado em seres humanos na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China.³ Wuhan é uma cidade com uma população em torno de 11,08 milhões de pessoas (2018), considerada um dos grandes centros financeiro, comercial, político e econômico da China continental, apelidada de ‘Chicago Chinesa’. Com um Produto Interno Bruto estimado em \$63 bilhões,⁴ tem uma grande feira em que se comercializam pescados e outros tipos de animais, que servem à mesa dos chineses, nada muito diferente de nossas feiras por este Brasil afora, onde também se come de tudo, inclusive alimentos considerados exóticos aos olhos estrangeiros.

O novo coronavírus SARS-CoV-2 é a causa da doença COVID-19, cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a quadros graves, inclusive letais. Os sintomas da Covid-19 vão de um resfriado à complicação respiratória aguda (GRIPAL-SG), em que as características sintomáticas são “*sensação febril ou febre associada à dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, até uma pneumonia severa*”,⁵ podendo levar o infectado a óbito. A COVID-19, portanto, é uma doença letal, que matou no mundo, até agora, 1.183.861 pessoas, e no Brasil, aproximadamente, na mesma data, morreram 159.477 brasileiros, óbitos minimizados por muitos “médicos especialistas”, agentes políticos e nada menos do que o chefe do executivo federal, também ocupante da função de comandante supremo das forças armadas, supremo mandatário da nação, na condição de chefe de Estado; o Presidente da República.⁶

2. “Do ponto de vista da origem da transmissão, pesquisadores chineses identificaram que o novo vírus é originário de morcegos, assim como a maioria dos outros coronavírus. É sabido, atualmente, que houve o fenômeno de ‘transbordamento zoonótico’, comum à maioria dos vírus, que fez com que um coronavírus que acomete morcegos sofresse uma mutação e passasse a infectar humanos. As pesquisas nos permitem concluir que essa mutação foi um processo natural e não induzido pelo homem”. <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-origem-desse-novo-coronavirus>

3. <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

4. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_cidades_da_China_por_PIB

5. <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

6. Dados de 30 de outubro de 2020:

Brasil:	Total de casos:	Recuperados:	Mortes:
	5.519.528	4.966.264	159.562
Global:	Total de casos:	Recuperados:	Mortes:
	45.778.961	29.761.536	1.191.774

https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01kn8dnGe5gB1OFXvrv45LOJgxV_g%3A1604099544502&ei=2J-2cX96XHpOG0AbujLuwDg&q=n%C3%BAmerno+de+mortos+pela+covid-19+brasil+e+no+mundo+

A brutal letalidade da COVID-19 em jovens e velhos, sobretudo portadores de comorbidades, impôs seu carácter pandêmico ao mundo e, naturalmente, ao Brasil, tendo prefeituras e governadorias, com omissão do governo central, estabelecido uma espécie de isolamento social às avessas, por recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS – ONU), com impactos negativos sobre a vida econômica nacional, com perdas de negócios e empregos, além de forte influência sobre a saúde psíquica das pessoas.⁷

Diante da chegada da COVID-19 ao Brasil, as pessoas precisaram mudar sua rotina de trabalho, de estudo, de afazeres domésticos etc. Estas mudanças acabaram por influenciar os quotidianos, gerando medo e apreensão quanto ao futuro. O medo, um estado afetivo da natureza humana, é uma defesa que identifica situação de perigo e, conseqüentemente, passa a ser mecanismo de resposta fundamental para preservação e proteção da vida. No caso da pandemia causada pela COVID-19, muitas pessoas estão apresentando graves sintomas emocionais, decorrentes do medo da infecção, da letalidade e do isolamento social. Em relação ao isolamento social, é comum que muitos indivíduos apresentem alguns sintomas psicológicos, decorrentes do estresse prolongado, como raiva, frustração, tédio, ansiedade, irritabilidade, instabilidade emocional, alteração de memória, dificuldade de atenção, tristeza, humor deprimido, desinteresse ou diminuição da vontade de realizar rotinas que antes eram prazerosas.

A pandemia causada pela COVID-19 e seus desdobramentos político-econômicos nos obrigam a entrar em contato com uma realidade até então desconhecida por todos nós: a precariedade da vida acirrada pelo desleixo dos agentes políticos. A incerteza sobre o amanhã, o excesso de informações desconectadas, dificuldades financeiras, necessidade de reinvenção profissional, busca de equilíbrio nas contas e organização biamental geram inseguranças.

7. “A comorbidade ocorre quando uma entidade clínica distinta adicional ocorreu, ou vem a ocorrer, durante a evolução de um paciente cuja doença index esteja sob estudo. Ela pode ser patogênica, quando duas ou mais doenças estão etiológicamente relacionadas; diagnóstica, quando as manifestações da doença associada simular as da doença index; prognóstica, quando houver doenças que predispõem o paciente a desenvolver outras doenças.” <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=154194&indexSearch=ID>. *

* Vide comorbidades: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/hospital/especialidades/nucleo-obesidade-transtornos-alimentares/Paginas/quais-doencas-consideradas-comorbidades-associadas-obesidade.aspx>

Sem contar o triste fato de não se poder dizer “adeus” ao ente querido, na hora da morte, uma vez que, em nossa cultura, o velório e o enterro são etapas que fazem parte da despedida, momento em que familiares e amigos se confortam, mutuamente, mediante a perda da pessoa amada.

Outro problema ampliado pela pandemia é o suicídio.⁸ O suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, possível em situações diante da pandemia causada pela COVID-19, pois existem alguns fatores que podem potencializá-lo, como isolamento, medo, desesperança, solidão, dificuldade de tratamento da saúde mental, tudo isso somado ao grande preconceito referente às pessoas que fazem tratamento com psiquiatras e psicólogos. Diante desse inconveniente, é importante observar comportamentos suicidas, nas diferentes fases da vida e seus fatores de alerta. Também se observou o aumento da violência doméstica, devido ao isolamento social. A estatística no Brasil mostrou o deslanche dessa chaga, em que crianças e idosos ficaram mais abandonados, drama que afeta grande parte das famílias brasileiras.⁹

É claro que nesse momento cada pessoa deveria fazer sua autoavaliação, visto que o isolamento social também pode ser um momento de mudança, reinvenção, ressignificação e novas alternativas. Naturalmente, não são fáceis todas as mudanças que as pessoas estão tendo como desafio, em virtude de que, nessas novas experiências, descobrem que podem fazer muitas coisas que antes eram ignoradas ou simplesmente rejeitadas. Ou seja, cada pessoa está tendo que refazer seu novo modo de viver. Assim, é esperado que todos possam ter uma pós-pandemia sem muitos traumas, com a possibilidade de saírem de forma diferente e com otimismo. Para tanto, é preciso, diante desse cenário vivenciado pelas muitas individualidades que marcam nossa sociedade, a reeducação dos afetos e do sentimento de solidariedade, desafios postos pela pandemia e importantes para efeito da reflexão sobre nossos valores.

Neste caso, a sociedade deve se reorganizar, para acolher as muitas vítimas afetadas pela pandemia da COVID-19, quer do ponto de vista da saúde física,

8. “Um recente artigo, publicado no *Lancet Psychiatry*, discute a situação da atual pandemia de Covid-19 e, dentro de suas consequências, especula sobre um possível aumento nos índices de suicídio. Quanto mais a doença se espalha, mais efeitos de longo prazo podem ser sentidos em diversas áreas da vida, gerando um maior impacto sobre populações consideradas vulneráveis e, portanto, podendo afetar os índices de comportamento suicida. Por isso, é necessário pensar em medidas de prevenção ao suicídio de forma global e ampla.” <https://pebmed.com.br/covid-19-e-o-risco-de-suicidio/>
9. <https://portal.fiocruz.br/video/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>

quer da saúde mental, valendo-se, obviamente, de políticas públicas direcionadas a esses fins, uma vez que o Estado, *como conjunto de instituições e serviços públicos*, deve satisfazer às necessidades dos indivíduos, que são sempre públicas por conta do interesse social. Importante ressaltar que os poderes públicos são sempre guardiões do bem comum, por meio da satisfação das necessidades públicas, haja vista que todo indivíduo é deveras motivo do interesse da sociedade, que se constitui para ajudá-lo a superar as múltiplas adversidades advindas da natureza, ou pelas contingências sempre estranhas ao indivíduo ou à sociedade.

Todavia, será que o Estado brasileiro, de fato, está aparelhado para ajudar os brasileiros afetados de muitas maneiras pelos rigores da pandemia? As políticas públicas econômicas, educacionais, sanitárias, sociais etc. são ou estarão voltadas para debelar as vicissitudes impostas pela COVID-19? Não temos muitas respostas, mas perplexidades.

2 Considerações acerca das políticas públicas do Estado capitalista brasileiro

As sociedades capitalistas ocidentais, marcadas, historicamente, pelo processo permanente de sofisticação produtiva, têm associado o modelo capitalista de produção de bens ao conceito liberal de indivíduo individualista, criando, com isso, uma *aporia* à vida política, no preciso limite entre associação e os legítimos interesses dos indivíduos, supostamente, responsáveis por si. Entretanto, ao que nos parece, esse problema não chegou ao epígono, o que talvez justifique, para muitos, o papel do poder público como um ente imparcial e racional, de forma hegeliana, capaz de compor conflitos intersubjetivos.

A partir disso, se impõe a reflexão se o sentido de poder público é ou não uma construção coercitiva de uma classe sobre a outra, com o intento de apropriação dos bens naturais e do trabalho, para fim da acumulação; se o Estado é ou não uma ordem que administra a violência com o escopo político, mesmo que legítima, em favor do tecido social; ou se, por último, o sistema coercitivo-normativo tem ou não o propósito de perseguir o bem comum do ponto de vista moral etc. Seja como for, mesmo levando em consideração diferentes escolas teóricas, o Estado ainda parece constituir-se numa instância racional, cujo objeto-objetivo é a composição e solução de conflitos de interesses.

Portanto, se esse é o fim primordial do Estado, sua estrutura deve voltar-se à consecução dessa meta. Neste sentido, os Estados contemporâneos, por meio dos seus órgãos, devem efetivar determinadas políticas, visando a melhorar as condições objetivas daqueles que compõem a base populacional de seu território. Assim, essas ações estatais tornam-se medidas efetivas, denominadas *políticas públicas*.

Aceitando a concepção de que toda definição é insuficiente e sofre deterioração conceitual, concebemos, grosso modo, *políticas públicas como conjunto de diretrizes estatais vinculadas, legalmente, aos instrumentos de condições ao desenvolvimento socioeconômico em favor de parte ou do todo contingente populacional de um determinado Estado*. Obviamente, o conceito de políticas públicas diz respeito à interferência estatal na vida social, para alcançar objetivos pautados sob a égide do bem comum. As definições de políticas públicas sempre dizem respeito à alocação de recursos financeiros, resultado de múltiplos interesses, aos quais o Estado deve, racionalmente, em consonância com a vontade da sociedade, executar programas que levem em consideração oportunidades e necessidades públicas. As políticas públicas, por serem de natureza estatal, assumem múltiplos aspectos. Do ponto de vista econômico, estão relacionadas à dimensão da racionalidade, quanto à escolha de prioridades, visto que os recursos financeiros nem sempre são satisfatórios ou disponíveis, em face dos múltiplos anseios e necessidades humanos; segundo a ótica administrativa, políticas públicas estão relacionadas ao modo de buscar eficiência-eficácia nos resultados de melhoria da organização da máquina estatal; na perspectiva da ciência política, políticas públicas visam à oportunidade de traçar estratégias de compor os interesses dos grupos de pressão sobre órgãos públicos que dispõem de verbas para o implemento e fomento dos negócios públicos.

Assim, a característica dominante das políticas públicas é a *capacidade de o Estado intervir na sociedade no propósito de equilibrar conflitos entre os planos individual e coletivo*, sobretudo aqueles provocados pela economia de mercado, em que sempre há refrações e expansões na produção de bens econômicos. As políticas públicas, neste caso, atuam como determinações estratégicas de curto, médio e longo alcances, que podem ser econômica, militar, científica, ambiental, educacional, energética, social etc. Dessa forma, as condições que envolvem as políticas públicas são: *reflexão, escolha e decisão* que, por sua vez, se desdobram em *formulação, planejamento, execução e avaliação*. Importa

saber, a despeito de muitas opiniões divergentes, que toda política pública é ação estatal, uma vez que *formulação, incentivo e recursos* são patrocinados pelo poder público. Claro que o Estado pode delegar uma ou outra ação a terceiros privados, mas desde que consentida pela norma jurídica, pelo interesse público, pela necessidade coletiva e sem ingenuidades.

Do quadro das políticas públicas, a política social talvez seja a mais comumente conhecida e, ao mesmo tempo, a que mais sofre em razão das múltiplas opiniões que cercam o seu fim. Segundo entendemos, *política social pode ser compreendida como aquela ação determinante de Estado que se caracteriza pela formulação, execução e avaliação de programas que visam a estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica, em virtude do modelo de produção capitalista, ou mesmo pelos múltiplos imprevistos do cotidiano*. Nesse caso, toda política social deve ser voltada aos trabalhadores e/ou àqueles que estão à margem da cadeia do processo de produção, obviamente do mundo produtivo, excluídos do processo de trabalho.

Nesse sentido, pensamos política social como instrumento político e, sendo assim, deve ser tratada politicamente, pois deve ser pensada como ação de força racional-associativa. Por isso, o esclarecimento é tão crucial quanto visceral, ao cidadão que deseja compreender as implicações do jogo político em torno das verbas públicas que estão alocadas sob a rubrica *política social*. Mas, com o objetivo de precisar a noção de política social, é preciso dizer que *as políticas sociais visam a contornar os impactos do modo de produção capitalista*, tomando o instrumental educação-saúde como referencial, *salientando que o fim das políticas sociais é minorar os efeitos das ações do mercado quanto ao trabalho*, porque as políticas destinadas à saúde e à educação são sociais, na medida em que visam ao público, não no conceito de atendimento aos excluídos da relação capital-trabalho, mas em seu caráter universal e sem levar em conta a condição econômica do beneficiado. Saúde e educação são bens universais e não estão afetos àquelas ações governamentais compensatórias, que visam ao minoramento das agruras por que passam os trabalhadores de renda insuficiente para manter suas famílias. Ademais, política educacional tem natureza política de inserção estratégica no processo econômico mundial e, dessa forma, possui universalidade, não visando a um seguimento específico, mas o conjunto como fator de desenvolvimento socioeconômico.

Precisamente, a ideia de política social se define como *ação pública destinada a atuar no vaivém da expansão e retração do mercado*. Segundo estudiosos,

as políticas sociais são frutos de pressões dos movimentos organizados da sociedade, decorrentes não só do desenvolvimento do aparelho de Estado no que tange à pobreza, mas também de pressões sociopolíticas dos setores organizados da sociedade, com o propósito de trazer para si a riqueza produzida pelo trabalho. Nesta perspectiva, *as políticas sociais constituem programas sociopolíticos, regulamentando as relações entre Estado e sociedade, no que concerne ao processo de reprodução social do mercado de trabalho*. Assim, as políticas sociais não só são frutos de lutas organizadas pelos grupos de pressão, mas também são decorrentes de estruturas culturais, visto que cada formação social, embora coberta pelo modo de produção capitalista, guarda suas peculiaridades, conforme os aspectos históricos desenvolvidos. Todos os países engendram mecanismos próprios, visando a solucionar seus problemas específicos.

As formações sociais se movimentam por duas forças. A primeira é a cultura; a segunda, a econômica, sendo que esta é resultado daquela, que a ratifica. Podemos afirmar, assim, que o verdadeiro movimento gravita em torno das relações de produção, e aqui produção deve ser entendida como tudo aquilo que o homem produz, desde um alfinete até o conhecimento que pode ser quantificado e transformado em mercadoria. Nesse caso, as sociedades, por razões historicamente determinadas, têm padrões políticos diferentes, para os problemas oriundos da economia de mercado. As políticas sociais, pensadas e executadas no Brasil, são diferentes das políticas sociais francesas, mas não porque sejam diferentes em si, e sim porque as condições históricas ensejam sempre ideias de mundo diferentes, e por múltiplos aspectos, determinados, culturalmente, a partir de relações de produção específicas. O dado objetivo que marca, diferentemente, as políticas sociais dos Estados é o padrão econômico determinado politicamente, que funciona como elemento de interesse político e processo de subordinação da força de trabalho.

As políticas sociais, para alguns estudiosos de viés administrativista, não se constituíram como decorrência da luta dos trabalhadores do final do século XIX em diante por melhores condições de vida. Para esses autores, as políticas sociais são arranjos do próprio modo de produção capitalista, com o fito de corrigir rumos (isso para não perder o valor hegemônico de produção espiritual sobre a sociedade). Neste sentido, *as políticas sociais são ações de Estado no seio da sociedade para a revitalização do capital, em prol da constituição do trabalho com benefícios necessários à sua manutenção*. Igualmente, *podemos*

pensar as políticas sociais como ações de contemplação do sistema capitalista, sejam elas de orientação liberal, conservadora ou mesmo social-democrata. É bom considerar que as alternativas keynesianas constituem outro arranjo do pensamento liberal, com o fim de promover a efetivação do capitalismo por meio do incentivo à aquisição de bens e, por isso, torna necessária a intervenção do Estado no investimento das demandas. Aliás, é bom que se diga, discordando de pesquisadores renomados, o neoliberalismo é uma remodelagem do capitalismo, a partir de John Keynes, e não de Friedrich Hayek, este um grande defensor do mercado como valor absoluto, que retoma liberais do século XIX, em que a igualdade humana é solapada. Nesse caso, tomamos do pensador político, Vicente Faleiros, a ideia de que:

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução [delas] (2007, p. 46).

Esta observação talvez seja a mais contundente assertiva acerca do papel que as políticas sociais desempenham no Estado capitalista, ratificando, ao mesmo tempo, a exclusão social, por parte dos assalariados, e a manutenção de grupos políticos no aparelho de Estado. Portanto, no Estado capitalista, *as políticas sociais constituem-se em instrumentos de manutenção do capital ou reprodução das condições objetivas do capital*. Elas poderiam e deveriam ser medidas ampliadoras de bem-estar social e inclusão dos trabalhadores por meio de programas assistenciais, não fosse o pensamento existente por trás das medidas tomadas pelos órgãos de Estado, sobretudo no Brasil. No entanto, implica concordar, que as políticas sociais não são pensadas como alavanca de direitos, *mas como resultado dos interesses do capital*, e não da expansão de *cidadania*. Ressaltamos que as políticas sociais são o que são pela natureza do sistema que as produz e reproduz, e não como deveriam ser, racionalmente.

Considerando as políticas sociais como expressão das relações de poder, essas relações de poder constituem um novo campo de batalha, não excluindo o fato de que os grupos políticos se formam multifacetadamente. Dessa maneira, é imperioso a teorização, por uma compreensão da *práxis*, até porque a teorização do real é *conditio sine qua non* de sua representação, caso queiramos entender os acontecimentos historicamente determinados. Porém, no exame das políticas

sociais, quer sejam elas compreendidas como construções históricas determinadas politicamente, ou como programas políticos a partir de situações dadas historicamente, seu estudo deve ser tomado por uma análise não focada ou estancada das relações entre política e economia, no contexto cultural. Não levar em conta essa trilogia analítica supõe que a pesquisa sobre políticas sociais sucumbirá, por duas razões básicas, a saber: primeiro, porque as políticas sociais são *programas pensados, escolhidos e tomados* por instâncias políticas que estão subordinadas à opinião pública; segundo, *as políticas sociais só vingam por meio de acordos, historicamente, construídos para composição dos interesses, mas interesses que estão sempre assentados sobre um complexo de desejos*. Desse modo, as políticas sociais do Estado capitalista, queiramos ou não, não têm por fundamento primeiro a eliminação das carências concretas. Ao contrário, é por meio dessas carências concretas que consistem em fonte de rendimentos para a produção e reprodução do capital.

O original desse enfoque é saber, conscientemente, que as políticas sociais apresentam dupla face, por sinal muito interessantes: assumem o caráter de buscar soluções de assistência para os excluídos do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que se tornaram excelente fonte de ganho para o capitalismo monopolista, visto que o Estado se tornou um garantidor dos negócios. Obviamente, o fulcro do seu sentido é a revitalização do capitalismo, o que torna o sistema mais complexo, precisando de paciência conceitual para entender o jogo de suas engrenagens. A partir desse dado, é relevante pensar no complexo papel do Estado como uma máquina, que se tornou presente no financiamento do capital e ausente para o mundo do trabalho. Assim, Faleiros enfatiza que o Estado “*não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos. Nem é um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes, para realizar seus interesses. O Estado é uma relação social*” (2007, p. 52).

Pois sendo o Estado uma relação social, essa estrutura toma partido pelo conjunto dos seus artífices, logicamente, assumindo os interesses da classe hegemônica e os da não-hegemônica, para não perder o controle sobre a hegemonia.¹⁰ O Estado é, na verdade, instrumento a gerir os interesses hegemônicos. Logo, o poder coercitivo, com toda sua força ideológica, consegue compor políticas sociais compensatórias, visando ora à composição do conflito entre

10. Essa relação dialética implica o fato de que o Estado, embora um componente no jogo dos conflitos das classes sociais, também desfruta de certa autonomia, por conta dos setores organizados da sociedade civil, que não precisam ser somente os sindicatos. A participação popular liberta o Estado da maquinação capitalista.

forças sociais, ora à reprodução social do conflito capital-trabalho, conforme a sobrevivência burocrática dessa instância jurídica e sua autolegitimação.

Sendo uma das fontes financiadoras do próprio desenvolvimento do capitalismo, as políticas sociais são sustentadas com os recursos oriundos mais do mundo do trabalho que da esfera do capital. Ao ler o sistema tributário dos países capitalistas, de um modo geral, e do Brasil em particular, percebemos o quanto os trabalhadores financiam, como caixa de auxílio, as políticas que não beneficiam diretamente seus interesses. Nessa perspectiva, as políticas sociais não podem ser tomadas como estorvo pelo pensamento liberal, pois, em certa medida, os gastos públicos, com tais programas, alimentam o aumento dos negócios, e a reclamação do mundo burguês, em relação a tais programas, visa ao controle das verbas para a manutenção de negócios mais rentáveis, e com retorno mais rápido, o que se caracteriza por “superlucros”. Esta assertiva não contradiz o discurso que admite a relação entre política social e reprodução capitalista, visto que a busca por diminuir gastos públicos com políticas sociais está relacionada ao fato do *retorno financeiro*. Entende o pensamento liberal que os gastos públicos devem ter finalidade pública e promoção do estímulo à produção, e não políticas “clientelistas”. Em certa medida, os liberais têm razão, quando defendem que as verbas públicas não podem ser tomadas por ações coronelescas, mas esquecem que as mesmas verbas públicas não podem financiar riscos do sistema em busca de lucros divinos e prejuízos socializados.

As políticas sociais, nesta perspectiva, controlam o debate sobre as verbas públicas e seus destinos, constituindo-se, por assim dizer, num novo centro de lutas de classes, grupos políticos e estamentos burocráticos. Assim, esse caráter político-econômico não é suplantado, historicamente, pelo processo de totalidade que envolve os interesses dos sujeitos por ampliação de direitos, bem como a inserção no mundo do capital. O problema é de difícil solução, porque as políticas sociais dos Estados capitalistas não funcionam como busca permanente de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Essa perspectiva, porém, só pode ser pensada em estruturas políticas nas quais o Estado não seja um aparelho de classe. Ao que parece, estamos longe de alguma ruptura política que nos leve a superar o Estado capitalista que ora vige no mundo contemporâneo. É bem verdade, contudo, que, quando se pensa em políticas sociais, logo se associa o assunto ao impacto de políticas públicas, o que não está incorreto, pois incorreta é a forma como são implementadas as políticas sociais em países subdesenvolvidos, como o Brasil: verdadeiro labirinto de

medidas desconectadas, em favor da pura assistência, que se tornou, ao longo dos tempos, *efetividade política*. No entanto, é também pura ingenuidade pensar que as políticas sociais dos Estados capitalistas não sejam *naturalmente* contraditórias e fragmentadas. Do contrário, seriam políticas sociais de formações sociais, dominadas pelo modo social de produção de divisão da riqueza.

O pensamento brasileiro, no campo da política social, ainda, ao que nos parece, não se situou devidamente, no plano teórico a que se propõe, porque, solidamente plantado em teorias avulsas, vislumbra uma política social de natureza socialista, em uma estrutura liberal-capitalista. Obviamente, as políticas sociais dos países de capitalismo avançado são diferentes daquelas dos países atrasados, por diversos motivos, mas mesmo assim cada um tem os seus próprios problemas, sem com isso aventar a hipótese de que as políticas sociais sejam mecanismos de mobilidade social, como pensa o cérebro tupiniquim. *As políticas sociais não se constituem em benefícios aos desvalidos, mas num conjunto de medidas inteligentes do sistema, que precisa se perpetuar material e espiritualmente.*

De acordo com o entendimento de Faleiros, segundo a classificação empírica de políticas sociais, sua materialização pode ser tomada por seis medidas, a saber: 1. assistência; 2. previdência social; 3. prestação de serviço; 4. proteção jurídica; 5. construções de equipamentos sociais; 6. subsídios (2007, p. 60). Das medidas elencadas por Faleiros, destacamos a política de assistência, por considerarmos a mais clássica das políticas sociais implementadas pelos governos, considerando, igualmente, a crítica como elemento de subalternidade política que tem lá suas raízes culturais.

Dessa forma, a ineficácia das políticas sociais brasileiras tem um diferencial muito saliente. Pormenorizadamente, torna as ações do Estado um meio de criar subalternidade, por parte dos necessitados, e enriquecimento nas esferas da acumulação capitalista. Na perspectiva de que as políticas sociais devem ser pensadas como direitos, e não como “benesses”, cabe importante reflexão de natureza da filosofia política.

Ao pensar a política social como direito, devemos analisar sob qual concepção se deve orientar a reflexão nos embates políticos em oposição à ilusão de o Estado ser agente da felicidade celeste no mundo, e compreender que esse direito é resultado do jogo de forças, procurando, ao mesmo tempo, sinalizar que o Estado, ao tributar a sociedade, acumula recursos para satisfazer interesses do capital, quando deveria, por meio de outra postura, perseguir os interesses coletivos. Não se evoca a tese da distribuição de renda, ou muito menos da desconcentração

da renda, mas, sim, da desconcentração da riqueza, que deve ter o Estado como agente eficiente. A luta por direitos não significa lançar mão sobre o que é de poucos e distribuir para muitos. Pelo contrário, a verdadeira perspectiva de luta significa que se deve colocar a mão naquilo que fora apropriado indevidamente pelas forças agregadas entre capital e coerção estatal. Nesse caso, não se pode pensar política social como um plano determinado de mera assistência, muito menos imaginar que as políticas sociais são condição de mobilidade social.

A reflexão que propomos justifica-se pelo fato de que, enquanto perdurarem as relações entre liberalismo, de um lado, e economia de mercado, de outro, as políticas sociais só serão efetivadas quando interessarem à acumulação como instrumento de sua perpetuação. Assim, ao pensar política social no atual quadro histórico, em que as forças sociais estão diluídas por conta de um eficiente quadro ideológico, somente se pode considerar que sua eficácia visa a manter as coisas como estão por forças que se entrecruzam no embate político. Muitos estudiosos dessa matéria frisam que as políticas sociais do Estado capitalista estão imbricadas por interesses múltiplos, passando dos mais simples aos mais complexos, desde um simples serviço de atendimento em um posto de saúde ao complexo processo de desenvolvimento econômico. Contudo, esquecem que não vivemos sob uma economia social em que haveria uma sólida intervenção da sociedade sobre o capital, mas sob uma economia de mercado em que há maciça intervenção do capital sobre o social. Dessa forma, as políticas sociais resultam de forte conflito entre os interesses do capital versus os que necessitam da ação do Estado como meio de garantir o mínimo possível à subsistência. Ratificando: há uma relação de clientelismo entre Estado-setores carentes do contingente dos trabalhadores como condição singular de subalternidade.

As políticas sociais são a privatização do público, a transmutação das verbas destinadas às políticas de desenvolvimento social para assistência social, marcando mais uma apropriação do público pelo privado, por meio das migalhas do assistencialismo. Essa nova modalidade de apropriação das verbas públicas, no caso brasileiro, destaca o jogo político criado pela nossa cultura, em que direitos são tratados como moeda política: os subalternos recebem o que julgam benefício, enquanto Estado e mercado são beneficiados pelos mais diversos meios de enriquecimento. O Estado se “locupleta” por meio de sua burocracia parasitária e corrupta, ao mesmo tempo em que sua representação parlamentar-administrativa se decompõe moralmente, favorecendo grupos econômicos, uma vez que as políticas sociais obedecem à lógica do mercado,

segundo a qual tudo deve oferecer lucro ao menor custo possível. O Estado troca a essencialidade hegeliana por *pratos de lentilhas*.

Passando ao tema específico da assistência social como uma das formas de políticas sociais, ignorando por ora sua relação ou não com o assistencialismo, como prática subalternizante, não só da população carente, como também da magnitude do Estado, há aspectos importantes da história da assistência social e de sua relação estreita com as práticas sociais interventoras na sociedade. A assistência social tem um duplo conteúdo estratégico: ao mesmo tempo em que cria uma linha de ação governamental, com o escopo de minorar as agruras dos indivíduos na linha da pobreza, também compõe o quadro das tensões sociais, com o propósito de baixar o nível de insatisfação popular quanto à clara ineficiência da política de mercado para a grande massa excluída de trabalhadores. Igualmente, pode-se considerar que a assistência tem outra natureza, que é a emergencialidade, em se tratando de necessidades prementes dos vulneráveis. A preocupação maior, quando se trata da ambiguidade da assistência, é sua transformação de estado de necessidade para estado de efetividade, ou seja, não pode ser tomada como política permanente de Estado por sua natureza transitória.

A assistência social tem seu fim na solução objetiva de um problema urgente que reclama solução imediata, emergencialmente. Nesse caso, é legítima, por procurar solucionar a imprevisibilidade dos acontecimentos. Todavia, a assistência, como política permanente de Estado, marca a pobreza mental de nossa sociedade, configurando não só insuficiência, mas também ineficiência, imaturidade e desqualificação dos níveis de consciência dos diversos segmentos de nossa estrutura política. Não é à toa que a assistência, como prática recorrente, recai sobre as formações sociais com baixa participação popular nos negócios públicos, e aqui nos falta espaço para refletir sobre os motivos que ensejaram esse quadro e mapear o terrível cenário político da história da sociedade brasileira.

Contudo, na medida em que a estrutura sociopolítica brasileira é dominada pelo espírito de clãs, torna-se impossível a participação política dos subalternizados nos negócios do Estado. Portanto, diante de tal quadro, a única solução viável está no processo político de transferência de lealdades, antes canalizadas pelas estruturas clânica,¹¹ corolonesa e burguesa, para as forças sociais organi-

11. O Oliveira Vianna identifica a formação social brasileira como uma estrutura social-clânica, cujas famílias, historicamente, compuseram-se por elementos vinculantes, por meio de laços de sangue, como também por um grande número de agregados por compadrio. É a família extensa que dá esse matiz de clã, patrocinada pelo regime senhorial. Decorre dessa estrutura que os

zadas em direção à publicização cada vez maior do Estado, livrando-o das mãos privadas dos clãs, dos coronéis e da burguesia, em favor do conjunto social.

Desta forma, devemos atentar para o fato de que as políticas sociais brasileiras são fragmentadas, em razão de nossa constituição histórica, associada à natureza do Estado capitalista, que amplia essa fragmentação por conta de uma racionalização essencialmente voltada para si, como força. Ora o Estado se assume como protetor de interesses do capital, ora se apresenta como ente de razão, na mais pura tradição hegeliana, com o fito de, sem ilusão, tomar para si o conflito e, a partir de si, apresentar esforços solucionadores dos conflitos. Não é tão simples como se supõe, mas também não é tão complexo que não possa ser explicado.

Quando uma determinada política social é implementada no seio da sociedade, parece, aos olhos do senso comum, que é um resultado racional de esforços múltiplos, com o fim de obter satisfação pública a partir do interesse coletivo. Contudo, se atentarmos com acuidade epistêmica, observaremos que *uma determinada política social β* é um complexo de interesses, que salta aos olhos de quem pensa, dialeticamente, e, nesse caso, não toma a ilusão de que seus efeitos terão resultados satisfatórios coletivamente, vide, por exemplo, o incentivo às ONGs por parte do poder público, que tomou a educação como movimento renovador, no seio das relações sociais, criando a ideia de cooperação entre proletários e burgueses, evitando, por assim dizer, tensão social aguda, substituída pela reforma moralóide do homem e sua forma de pensar, para efetivar ilusórias mudanças na escala social. Posicionando-se, supostamente, à margem das querelas entre liberalismo e socialismo, as ONGs apelam para uma educação “humanista-artística-moralizante”, capaz de organizar a sociedade brasileira segundo a capacidade de cada indivíduo, chamando isso de justiça social quando, na verdade, ratifica a ideologia do Estado racional e do mercado impulsionador da riqueza social. O pior é que existe um grupo ingenuamente ilustrado que, negando o poder público, transfere responsabilidades e fortunas a essas mistificações, ignorando mais uma faceta do

elementos de controle social existem dentro do próprio clã, sendo a obediência do tipo tradicional-patriarcal, em que o controle social se projeta na vida política vinculado à propriedade da terra: ao mesmo tempo, sinal de riqueza e elemento de poder político. A fazenda, controlada pelo proprietário, com seu círculo familiar mais próximo e o extenso composto de indivíduos agregados, forja a unidade básica da vida social brasileira que, além disso, contrata e protege os trabalhadores rurais livres, uma vez que o latifúndio constituía, ao lado de algumas pequenas e médias propriedades e o comércio, marcado para força de trabalho na área rural. Neste contexto, para Vianna, a solidariedade entre estes atores é do tipo clânico-parental.

capitalismo monopolista de Estado, cuja função é a reprodução da concentração da riqueza nacional no capital.

A assistência social, que em princípio tem papel relevante, na emergência de integração dos combatidos, ao mercado formal de trabalho – com isso incrementando, do ponto de vista keynesiano, a demanda com o propósito de impulsionar a engrenagem do emprego –, se tornou medida assistencialista, transformando programas temporais em políticas permanentes de Estado. Contudo, caso a sociedade brasileira deseje, de fato, assumir o desenvolvimento econômico como saída para os impasses dos nossos problemas, deve substituir o assistencial-assistencialismo por políticas sociais de longo alcance e com fins inteligentes. Não pedimos medidas de cunho socialista, mas de natureza inteligente, tais como a integralização de políticas públicas de natureza orgânica, em que o Estado assuma seu papel de agente do desenvolvimento socioeconômico. Não é preciso *retórica sapiencial*, mas prática de racionalização, a partir de laços integrativos, isso se burguesia e Estado desejam inserção, no mercado internacional, como ponta de expansão de negócios.

Por fim. Existe um dilema muito sério, que domina e perturba o entendimento dos estudiosos de política social, que consideramos ter superado: a natureza das políticas sociais. O trabalho que acabamos de desenvolver talvez tenha um valor político significativo para nossas quatro mãos: com ele, eliminamos a noção de política social, como meio de mobilidade social da massa trabalhadora, nos Estados dominados pela economia de mercado. A nosso juízo, nos Estados capitalistas, as políticas voltadas ao desenvolvimento social só se efetivam quando forem do interesse do capital, ou a ele vincularem determinado ganho social, tipo de valor que o reproduz como único sistema organizador das atividades produtivas. Compreendemos que política social e capitalismo se expressam, necessariamente, como sobrevivência um do outro, isso porque só no modo de produção capitalista há políticas sociais. Nesse caso, sua função é compor as distorções do sistema. Por outro lado, só o capitalismo produz, enquanto sistema, políticas sociais como forma de manter-se vivo, seja na forma de reprodução social do trabalho, seja na rubrica de receita. Em outras palavras, como fonte ideológica de valor moral, pois o sistema capitalista é de uma eficiência assustadora: dele surgem soluções que mantêm vivas as contradições de sua sobrevivência. Em uma economia cujo mercado estivesse subordinado aos interesses sociais do trabalho, as chamadas políticas sociais não existiriam, porque o próprio sistema produtivo seria o mecanismo

de desenvolvimento social. Mas, como estamos afetados pela hegemonia do capital, não podemos olvidar que nossos esforços devem voltar-se às políticas sociais inteligentes.

Conclusão

Crítica é uma palavra portuguesa, cuja origem é o adjetivo latino “criticus”, que dá origem ao termo latino tardio “critica”, adaptação do grego “κριτικός – kritikós”, de “κριτική – kritiké”, que guarda a arte (técnica), a capacidade, a habilidade de operar julgamentos próprios, após exames minuciosos sobre elaborações artística, filosófica e científica, além de examinar, objetivamente, formas de agir, pensar, sentir e perceber o entorno. A natureza da crítica repousa na lógica, na estética, na moral e na verdade da investigação sobre objetos e fenômenos. Neste sentido, criticar é uma qualidade substantiva, mas para isso é preciso desideologizar o que se pretende analisar, para não parecer apenas posição subjetivista, invertendo as especificidades do observado e dando ares de verdade, quando é notoriamente falso. Por isso, nossa crítica às políticas públicas de natureza social repousa sobre fatos e a legislação que as cobrem, sendo que em outra oportunidade, teremos prazer em demonstrar com números e atos governamentais.

A pandemia recente, causada pela COVID-19, mostra como os agentes políticos, travestidos de autoridades públicas, são, em verdade, ocupantes de cargos públicos, de olho nos interesses daqueles que os financiam, para lá chegarem e representá-los, olvidando o bem comum. Mesmo diante de um número significativo de irmãos mortos e de outros sobreviventes que foram contaminados e viverão marcados por sequelas físicas e psíquicas, assistimos aos negacionistas da doença e seus efeitos, aos malversadores do dinheiro público que aproveitaram para superfaturar máquinas, equipamentos e suplementos no tratamento da doença etc.

Neste jogo de discursos ideológicos, que mascara a realidade e a transforma em cenas de terror, onde ficam a verdade, o bom senso, o interesse público, a satisfação das necessidades públicas? Óbvio, escondidos pelos discursos ilusionistas em que os cidadãos são vítimas da COVID-19 e de seus sentimentos, subvertidos por uma educação pública há décadas *pensada, elaborada e disseminada* para, justamente, perverter a capacidade de o cidadão

ter senso crítico e, neste caso, não ter capacidade de avaliar e separar o falso do verdadeiro, o errado do certo, o injusto do justo, o mau do bom, o mal do bem, o feio do belo etc.

A falta de uma educação pública ancorada na filosofia, na ciência e na arte impossibilita que os cidadãos-vítimas percebam que os agentes políticos apenas executam políticas públicas, especificamente, as políticas sociais, quando representam interesses do capital e muito pouco os interesses da saúde dos indivíduos, ou quando a fazem, apenas estão de olho no garrote do assistencialismo, transformado em votos. Vide o caso da angústia do governo federal ao procurar um novo programa de assistência social que substitua o anterior, para efeitos não políticos, mas de subsistência eleitoral do grupo que comanda o executivo federal. A tragicomédia é que ambos os programas sociais, o antigo e o que deve nascer, são inócuos, diante das exigências de reestruturação do capitalismo brasileiro, que se desindustrializou e tornou-se uma das causas da crise que se arrasta desde as grandes manifestações de junho de 2013 até as ilusões de hoje.

A importância da filosofia, da ciência e da arte nos programas de educação pública, especificamente, nos ensinamentos fundamental e médio, talvez nos possibilite reflexão, investigação e criação, ancoradas no dever ético-político do cidadão para com a comunidade e da comunidade para com o cidadão. Essa relação dialética entre ética e política, reflexão sobre a moralidade cotidiana e as práticas políticas, pode, quem sabe, ser o ponto de inflexão para repensarmos nossos valores e resgarmos o que o individualismo destruiu.

As saúdes física e psíquica dependem das saúdes moral e política, que, a seu turno, também estão atreladas às saúdes intelectual e afetiva que devemos reconstruir. Cremos que assim fecharemos as torneiras das iniquidades e sobrarão recursos econômicos para efetuar e efetivar programas públicos inteligentes de natureza político-social.

Referências

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Antônia Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Editora Vega, 1998.

_____. *Ética a Eudemo*. Tradução de J.A. Amaral e Artur Mourão. Lisboa: Ed. Tribuna, 2005.

_____. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Antônio de Castro Caeiro. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2017.

BEHRING, Elaine R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

HEGEL, GFW. *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Vol. I. Tradução de Paulo Machado com colaboração de Pe. José Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora. Objetiva, 2019.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

SPOSAT, Aldaíza O. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

YAZBEK, Maria C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo. Editora Cultrix, 1999.

Artigo recebido em 31/10/2020 e aprovado para publicação em 18/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-8>

Como citar:

TROTТА, Maria Alcinéa Andrião; TROTТА, Wellington. COVID-19: reflexões a quatro mãos sobre alguns aspectos do problema. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 277-300, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

Classes sociais no bolsonarismo 2020

Social Classes in the Bolsonarism of 2020

ATTICO CHASSOT*

Resumo: Este texto é um ensaio (talvez, em uma mirada inicial, considerado acadêmico) que deseja descrever a produção de um artigo, a partir da reciclagem de excertos de publicação semanal do autor. O produto final – o artigo cêntrico do ensaio – é resultado de desafio que o autor se autopropôs fugir de sua área de produção e, como alienígena, escrever acerca de tema no qual é leigo. Se reconhece importante conhecer o contexto da elaboração do artigo, e por tal se traz detalhes em um prelúdio. Também o fato da escrita ocorrer em tempos pandêmicos parece válido estes serem relatados em posfácio. O posfácio parece ser um resposno ao preludiar.

Palavras-chave: Alfabetização científica. Blogue. Classes sociais. *Lives*. Tempos pandêmicos.

Abstract: This article is an essay that perhaps seems to be a non standard academic work since it is composed by he recycling of excerpts from the author's weekly publication. The final product – the core article of the essay – is the result of a challenge, wich the author proposed to escape from his area of production and, as an alien, write about a topic in which he is a layman. It is very important to know the context of the elaboration of the article, so for that reason details are presented in a foreword. Also, the fact that writing takes place in pandemic times seems valid for these to be reported in the afterword. The afterword appears to be a response to the foreword.

Keywords: Scientific literacy. Blog. Social classes. *Lives*. Pandemic times.

* Attico Chassot é Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutoramento na Universidade Complutense de Madrid. Licenciado em Química (UFRGS). Mestre em Educação (UFRGS). Orientador de doutorado da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professor Visitante Sênior da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). www.professorchassot.pro.br Contato: achassot@gmail.com

À guisa de prelúdio

De maneira usual me parece importante saber o contexto em que um artigo ou um livro foi escrito. Não sei o que mais agrada ao leitor saber: um retratinho do autor, com data de nascimento e formação acadêmica ou relato do cenário e/ou ações do autor à redação do texto. Para mim é mais agradável a segunda opção (relato do cenário e/ou ações do autor), por tal teço-a, aqui e agora, à guisa de prelúdio.

Há mais de 14 anos publico um blogue¹ pelo entardecer de cada sexta-feira. Este mí(s)tico momento de edição tem a ver com a fruição do *shabath* judaico, que me é muito caro. Não raro, me custa crer, que este blogue, em mais da metade de seu tempo de circulação, houvesse tido periodicidade diária. Hoje, pela assim chamada falta de tempo, esta frequência semanal está quase a soçobrar.

O meu blogue tem a pretensão de fazer Alfabetização Científica. Isso não é trivial. Talvez isso seja facilitado pelo envolvimento com a distinção que os gregos fazem de saberes com duas palavras: a *episteme* (= saber acadêmico ou validado pela comunidade científica) e a *phronesis* (= a sabedoria por ser a virtude do pensamento prático). Prefiro pensar como o *saber saboroso* ou saber detido pelos que realmente sabem.

Usualmente, comento sobre minhas leituras ou de meus escrevinhares. Conto dos fazeres dos meus orientandos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. (Releio este parágrafo e surpreendo como tenho posses: meu blogue, meus orientandos, minhas leituras...)

Com muita frequência o blogue se transmuta em um diário de um viajor. Há leitores que dizem se sentir viajando comigo, de maneira particular quando relato viagens de férias. Lateralmente, é saboroso narrar: tenho um *souvenir* de Dubrovnik, trazido à minha casa por um médico, que eu não conhecia, que lera no meu blogue loas à cidade croata e me mimou pela sugestão.

Mais difícil que redigir uma blogada é decidir qual será o mote (= *tema ou assunto de algo*, opção 4, de 7 no *Dicionário Priberam*). Esta indecisão já começa na sexta-feira, logo após postar a edição semanal. O que assuntarei semana que vem?

1. CHASSOT, Attico. Blogues como artefatos culturais pós-modernos para fazer alfabetização científica? *Competência*: Revista da Educação Superior do Senac-RS. p. 11-28. v. 2, n. 2, julho de 2009 ISSN 1984-2880.

Estava a tecer a segunda blogada de setembro de 2020, quando os tempos pandêmicos completavam já um extenso meio ano. Estava sem assunto. Os tempos pandêmicos nos fazem, não raro, intelectuais estéreis.

Pensara em evocar na postagem o 19º aniversário do megaatentado ao WTC... Recordaria então que: “se em 11 de setembro de 2001, morreram quase 3 mil inocentes, na destruição das torres do WTC: já foram muito lamentados. A cada dia, hoje, morrem 30 mil por falta de água” e/ou então, diria que todos nós lembramos o que fazíamos naquela manhã, que por aqui fora primaveril. Eu, acompanhado de familiares e colegas, sepultava minha mãe no bucólico cemitério do Faxinal, na zona rural de Montenegro, RS.

O 11 de setembro não apetecei evocar. O assunto fazia eco à repetida admoestação: “Fique em casa. Lave as mãos com sabão.” Porém, qual o mantra para os que não têm casa? E para os que não têm água e muito menos sabão?

Resolvo navegar por mares não dantes navegados. Sei que – por não ser filósofo, sociólogo ou antropólogo – certamente poderei ser enquadrado em dispositivos legais por estar praticando exercício profissional ilegal. Mas, há os que não sendo médicos, prescrevem Ivermectina, Cloroquina, entre outras panaceias. Se comparada minha infração, ela é menos grave e caso menos riscos a outrem.

O prelúdio se faz mais extenso que imaginava. Preciso submeter o texto. Já é tempo de fazê-lo. O prelúdio fica qual indez (dizer germen de cristalização soa mais acadêmico) para preparar o texto que até já foi batizado. Vamos agora ao texto do blogue, claramente indicado por uma barra lateral.

Classes sociais no bolsonarismo 2020

Em tempos de pandemia, que de vez em vez se transmuta em pandemônio, *enquadro uma significativa porção de brasileiros em três estratos.*

Para não se dizer que uso o óculo do senso comum ou do *achismo*, tenho como fonte de informações: observações, leituras, diálogos e, especialmente, uma muito extensa oitiva de rádio. Aceito a pecha de *démodé*, mas prefiro o rádio à televisão ou à imprensa escrita. O acesso ao rádio se faz em um amplo espectro: ouço de segunda a sexta-feira o boletim da Rádio Vaticano e no cotidiano, diferentes emissoras ditas de pensamento religioso e uma emissora de rádio de uma rede explicitamente de direita.

Com os referidos construtos culturais, guardando uma clássica estruturação social, tento narrar, talvez, reescrever três classes e constato que me enquandro em uma *‘classe média’* por estar inserto/incerto entre uma *classe A ou classe Alta* e uma *Classe C ou classe Baixa*.

Mesmo reconhecendo minha ousadia, não sem temor, ousou narrar cada um destes três estratos sociais, neste pandemônio de tempos de um bolsonarismo pandêmico. Início cada um dos três estratos com um *verbete consagrado* e tento em cada um dos três segmentos *‘exarar observações para um Brasil 2020’*. Desejo que este texto seja lido como um amearhar de observações, que ainda são um rascunho de texto que talvez não vá muito além de um esqueleto a ser encarnado.

Classe A ou Classe Alta “... é uma classe social presente no capitalismo moderno que se convencionou tratar como possuidora de um poder aquisitivo e de um padrão de vida e de consumo além do razoável, de forma a não apenas suprir suas necessidades de sobrevivência, como também a permitir-se formas variadas de lazer e cultura, é comum chegar aos padrões de consumo eventualmente considerados exagerados” (Wikipédia²). É aquela reduzida e perfumada casta que está no topo da pirâmide. Num Brasil 2020 são aqueles que em tempos pandêmicos – mais provavelmente – veem o seu capital aumentar. É o mais heterogêneo dos três grupos. Há, aqui, aqueles que nesta pandemia fizeram descobertas, como o trabalho distante do local, tido como usual, é mais produtivo e mais econômico.

Aqui estão aqueles que são representados no parlamento pelos Bês do Boi, da Bala, da Bola, da Bíblia. Os do Boi e os da Bala estão cada vez mais

2. Também neste texto, como em outras situações, sinto, não raro, uma desconfiança ou até um desconforto de colegas por referir a Wikipédia como fonte de alguma informação. Mesmo que a Wikipédia já tenha 20 anos, ela sofre os mesmos preconceitos (uma enciclopédia na qual qualquer um pode escrever o que quiser!) de 2001, quando iniciou. Todos sabem que nunca foi assim. Eu prometo, aqui e agora, preparar um texto evidenciando pelo menos duas informações basilares: 1) a Wikipédia (até por não ter anúncios e por ser de acesso livre universal) é o melhor exemplo de uma ampla e irrestrita disseminação do conhecimento. Aqueles que usaram enciclopédias em suporte de papel podem amearhar pelo menos três nítidas vantagens da Wikipédia, quando comparadas às de suporte de papel: i) o custo muito elevado das enciclopédias; ii) a rápida desatualização e lenta atualização; iii) a dificuldade de manuseio. 2) Não é fácil publicar um verbete na Wikipédia; ainda mais difícil é alterar, de maneira estável, algo em um verbete publicado por outros. Os wikipedistas, quais bem treinados cães de guarda, são altamente capazes na vigilância do que é publicado novo ou reformado do já publicado. Prometo honrar o acima prometido, preparar um texto.

consoiciados. São os que se apoderam de terras (mesmo que estas sejam de ancestrais grupos indígenas) e as defendem à bala, afinal, agora tudo é Agro. Só não mitificam a agropirataria e os agrocidas.

Uma parte dos da Bíblia (aqueles donos de igrejas que não pagam impostos) estão na Classe A. Parte muito significativa dos fiéis da Bíblia está na classe C.

Aqui estão os da Bola (jogadores e cronistas esportivos) crentes que devem e podem defender o Brasil do comunismo. Pertencem ao tropel de bolsonaristas, aqueles que ganham muito dinheiro (mal havido), mas são incapazes de ser socialmente úteis. Há os que continuam mamando em úberes inesgotáveis, que a cada mês fornecem aposentadorias nababescas, obtidas muitas vezes pela adição de penduricalhos *ad aeternum*.

Estão também nesta classe A, os atravessadores entre as etapas de produção e comercialização de uma inumerável quantidade de produtos (especialmente agrícolas).

Provavelmente, está nesta classe uma legião de recebedores de salários e vantagens do Ministério da Defesa, que se diz ter orçamento maior que o do Ministério da Educação. Talvez os de mais alto escalão nem sejam incapazes de saber por que aquilo que fazem não serve para nada mais útil do que serem fiéis sentinelas e eternos guardiões, para impedir a entrada do comunismo no Brasil, vindo da União Soviética (sic) e impedir que o PT continue roubando.

É esta poderosa Classe Alta que hoje, com artimanhas obscuras, elege e controla parlamentos e também, de maneira ilegal, recebeu/recebe o auxílio emergencial disponibilizado a necessitados.

Classe Média “... é uma classe social presente no capitalismo moderno que se convencionou tratar como possuidora de um poder aquisitivo e de um padrão de vida e de consumo razoáveis, de forma a não apenas suprir suas necessidades de sobrevivência como também a se permitir formas variadas de lazer e cultura, embora sem chegar aos padrões de consumo eventualmente considerados exagerados das classes superiores” (Wikipédia). Nesta classe estão dois grupos significativos, que (mesmo cada um nadando em direções opostas) de maneira paradoxal, ambos nadam contra a corrente. Um grupo sua a camiseta para não ser subsumido pela classe C. O outro sonha levitar e ter um ejeção à classe A. Em um Brasil 2020, são aqueles que mais provavelmente veem o seu capital ser corroído a cada dia. A presença de bolsonaristas neste segundo grupo é muito pequena. Há alguns eleitores arrependidos, mas pouco convictos.

Parece haver poucos conversos e os neobolsonaristas são usualmente discretos, por serem minoria. Entre os professores – destes profissionais a maioria parece ser da Classe Média – que são capazes de oferecer um ensino mais crítico e por tal são acusados pela Classe A de serem militantes comunistas.

Sobre a Classe Média há uma pecha de que a grande maioria é sindicalista de esquerda, tentando tirar vantagens dos trabalhadores das duas outras classes. Brada-se a toda hora em certa emissora, que Brasil de Bolsonaro só não vai melhor porque o PT continua roubando e atrapalhando.

O desprezo que o governo alimenta à Educação faz uma parcela de trabalhadores imensamente desgastada. Neste período, ter que ‘inventar’ uma educação remota tem feito professoras e professores fazerem quase milagres. O desrespeito aos educadores se manifesta de muitas maneiras. Uma insidiosa prática é o não respeito às indicações dos nomes expressos nas listas elaboradas para a escolha de reitores.

Realmente, ser de Classe Média, tendo o desprezo da Classe A e ver a exaltação do terraplanismo pela classe C é, realmente, estressante.

Classe Baixa “... é uma classe social presente no capitalismo moderno que se convencionou tratar como a que menos possui poder aquisitivo, bem como a que possui um padrão de vida e de consumo baixo em relação às demais camadas da população. Desta forma, supre suas necessidades de sobrevivência com dificuldade e, muitas vezes, é impossibilitada de permitir-se formas variadas de lazer e entretenimento. É composta principalmente pelo proletariado e por desempregados” (Wikipédia). Aqui estão os que ocupam a ampla base da pirâmide, em que estão ensardinhados aqueles que aspiram cruzar a fronteira plena de avisos, advertindo que não cruzem o muro que os separa da paradisíaca classe B. No Brasil 2020, a Classe Baixa é paupérrima, se comparada à Classe Alta. A Classe C é também muito maior que as classes Alta e Média juntas. Em outra comparação, entre as duas classes, a classe C é muito mais fiel ao bolsonarismo que a classe A.

A Classe C é mais homogênea e uma parte muito significativa dela, por causa da pandemia, está tendo microdoses de capital injetada direto na veia, recebendo uma merecida ajuda, que está tendo um sintoma indesejado: o aumento do preço do arroz, pois o aumento do consumo do mesmo faz os supermercados aumentarem o preço.

Esta classe C é a melhor exemplificação do quanto na Republicueta Cívico Militar Teocrática do Brasil, a terceira de suas três dimensões, viceja de

maneira exuberante. Há inclusive dificuldades de se entender a matriz desta teocracia. A pergunta: **Qual a tua religião?** tem respostas do tipo: *sou cristão / sou evangélico / sou reformado / sou carismático / sou ...* que, aparentemente, mascara qual a denominação corresponsável, numa prática que vai desde uma asquerosa concepção de que o escarro do pastor na boca do fiel torna este imune a vírus, até uma tradicional igreja do tipo descrito em Atos dos Apóstolos.

Estas três classes parecem conviver bastante bem na Republicueta. Não se vislumbra uma convulsão social. A classe A, que continua vivendo cada vez mais enjaulada, sabe que tem que tratar bem (até acarinhar) a Classe C, pois é ela que faz crescer o bolo. Com a cada vez maior precarização do trabalho, também isso ficou facilitado. Os ricos se locupletam ainda mais. ‘Oferecem’ emprego, mas a CLT só encarece o salário... Os pobres (também) se ralam, ainda mais. A classe média tem adensado uma máxima salvífica: *Há que correr senão o bicho pega!*...

Assim, narrei como com uma blogada se fez um pequeno artigo, que tem a pretensão de ser uma microanálise de como um leigo (um não filósofo ou sociólogo) no assunto, vê três castas neste pandêmico Brasil 2020.

Este texto se completa agora, com mais dois segmentos: primeiro, algumas (re)percussões, com pingos e respingos. Depois, um posfácio. Este, quase um responso ao prelúdio, que ressoa como um *ite missa est*. Leiamos-nos, agora em um e em outro.

Um blogar para saborear respingos

A blogada de 18/09/2020 – que sucedeu àquela que se travestiu no artigo recém apresentado – teve um segmento para celebrar sucessos. Qual o autor que não se compraz no amealhar comentários que destacam seus textos? Senti, aos primeiros comentários, minha *fortuna crítica* (referem-se aos estudos de natureza acadêmica voltados a uma obra ou autor específico) se adensar.

Apresentei um excerto, publicado na edição de 11/09/2020. Encerrava, assim, a última edição, em pretérita sexta-feira, quando sem ser filósofo ou sociólogo ou antropólogo ousava estruturar extratos da população em três classes sociais: *peço que este texto seja lido como um amealhar de observações. É oportuno considerá-lo não mais do que um rascunho de um texto em construção. Comentários com discordâncias e com concordâncias são bem-vindos.*

Amealhei comentários significativos. Como estes ocorrem, a posteriori do acesso da maioria dos leitores, muitas vezes não são lidos. Há um alerta evangélico: *“E, também, ninguém acende uma candeia e a coloca debaixo de uma vasilha. Pelo contrário, coloca-a no lugar apropriado, e assim ilumina a todos os que estão na casa”* (Mateus 5:15).

Por tal publicizo, aqui e agora, alguns comentários postados durante uma semana:

1. Meu caro Mestre. Mesmo tendo se arvorado em terreno pouco afeito, tua lauda é muito clara e possui muita pertinência com a temática atual do Governo psicopata do Planalto. Abraço do JB e boa semana (Prof. Jairo Brasil, 11/09/2020).

Pertinentes observações Professor! Definitivamente, somos um país de classe C, com enormes diferenças sociais, e, no ritmo que vamos, ainda levará gerações para nos transformarmos num país socialmente justo. (Joni, assessor de investimentos, 11/09/2020).

2. Olá! Como está mestre Chassot! Textos como esse nos ajudam a entender nossa realidade. Desafiam-nos a refletir na busca por soluções. E também nos fortalecem na luta pela resistência/sobrevivência, pois saber que um sábio como o senhor pensa assim é um motivo de esperança e convicção de que estamos do lado certo da força. Abraço (Prof. Amarildo Alves, 12/09/2020 e 11/09/2020).

3. Excelente reflexão, Prof. Chassot! Repassando ao nossos estudantes. Gosto muito de suas análises, transdisciplinares, imbricando os aspectos políticos aos que nos rodeiam dia a dia. Falta muita da dimensão política na formação de professores, sobretudo, no campo das ciências! Agradeço a partilha, boa semana! (Unknown14/09/2020).

4. Olá professor Chassot, parabéns pelo texto com tanta clareza, do momento que estamos vivenciando! Respeitosamente. (Profa. Dra. Regilany, 14/09/2020).

5. Excelente análise, caro Mestre!!! É por tal clareza sobre o conceito de CLASSES que se demonizou Karl Marx... Imaginemos como seria, se fosse possível ensinar a todos sobre tal temática de forma tranquila? Vivemos tempos em que, infelizmente, é preciso escolher certas palavras... para que não nos queimem na fogueira do adjetivismo imbecil da ignorância. Abraços, (Vanderlei Gulate Faria, 14/09/2020).

6. Salve, meu bom amigo Ático. À parte um possível exercício ilegal de profissão... faz-me pensar que todo mundo gosta de apitar no ambiente escolar. É tanta intromissão, que não raro, existem empresas especializadas que assumem tal condução. Então, há mais irregularidades sob o céu das profissões do que pode captar nossa modesta consciência. Gostei de tua análise, o que me fez pensar no Prof. Jessé José Freire de Souza que trabalha a identificação de classes no Brasil. Aqueles que defendem a abjeta situação com seus abjetos atores, permita-me, sem a ilegalidade de profissão, colocá-los no que defino como “A Teoria do Frango”. Toda vez que o consumidor tira o galináceo do terreiro para degolá-lo e dele alimentar-se, os demais reagem e em seguida, voltam ao cotidiano com a consciência tranquila de que ‘não foi comigo’. Esses também alimentarão a sedenta e insaciável fome de poder e bens da classe superior e seus dirigentes. Meu abraço, diretamente de Sorocaba, com calor e esperando chuva para amanhã (Élcio Mário Pinto, escritor, 16/09/2020).

Posfácio: *ite missa est!*

Nas páginas de abertura preludiei acerca da produção de um artigo, em área do conhecimento que não tenho expertise. Um professor de Ciências da Natureza se transmuta, momentaneamente, em filósofo ou sociólogo. Amealho excertos de blogares. Estratifico em classe sociais os habitantes de uma Republicueta presidida por um falso messias.

Contei da estada nos camarins ao preparar o espetáculo. Fomos juntos aos bastidores e espiamos o palco... quase nos convocando. Chegou o momento do espetáculo. Não era no chão da Escola³, pois deste a pandemia nos privou e faz dele ter saudades. Agora são as *lives*, quase assépticas. Um saber primevo controla ansiedades. *Gato com fome come até laranja*.

Nossos escritos são marcados pela situação na qual os produzimos. Trago algo do momento histórico da laboração deste texto. Escrevo quase no ocaso de outubro de 2020. Desde o término da primeira quinzena de março estou em reclusão doméstica. Ainda à primeira quinzena de março fiquei uma semana em Marabá, como ocorreu a cada mês em 2019.

Em tempos anteriores à pandemia eu viajava quase a cada semana. Sou professor visitante sênior da Unifesspa, em Marabá, no Pará. No ano passado, fiz

3. Sempre que grafar *Escola*, com letra inicial maiúscula estou me referindo a toda instituição que forneça ensino público ou privado em qualquer nível: da Educação Infantil a um curso de Doutorado.

palestras ou dei cursos em 21 universidades. Destaco a minha presença em 4 universidades paulistas, sendo estas das mais prestigiadas universidades da América Latina. Em 2019 fui 11 vezes a Marabá, desde Porto Alegre, este ano, apenas uma. Não preciso dizer o porquê não fui mais. E neste março de 2020 duas novas realidades nos foram impostas: *Fique em casa* e se considere a todos com *expertise em ensino remoto*. A maioria estava despreparada para uma e outra das exigências.

Repito que as duas situações não foram opções. Foram imposições. Em 13 de maio fiz a primeira *live* na Universidade Federal do Cariri, em Brejo Santo, Ceará. Nem sabia muito bem o que era uma *live*. Agora, já estive, neste fazer Educação, de maneira remota, em todos os estados brasileiros e em países de quatro continentes. Há *lives* assistidas por mais de meio milhão de pessoas. Esta é uma muito significativa diferença: o número de pessoas que atingimos. No ano passado, quando a cada mês ficava uma semana em Marabá, se atingisse meia centena de pessoas era ótimo. Em 24 de outubro participei de minha 62ª *live*. Já ofertei dois longos cursos em formato remoto: uma Tetralogia de Educação nas Ciências e um Heptagrama de História das Ciências, ambos com parceria entre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Paranavaí e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Não tenho dificuldades de afirmar – mesmo que possa ser taxado de *démodé* – que há menos de um ano não conhecia o artefato cultural que mais me envolve nestes dias pandêmicos. Hoje livros, revistas, aulas, palestras... nossos meios de buscar saberes parecem obsoletos. São suplantados ou descartados pelas *lives*. Devo reconhecer que foram as *lives* – da pandemia do bem – que me ejetaram do ostracismo.

Estamos vivendo impasses. Estes são significativos em todas as áreas. Vez ou outra ouço a pergunta: quando vamos voltar ao normal? Resposta curta e objetiva: *Nunca*. Posso assestar meus óculos na Educação. Voltar ao normal seria voltar àquela Escola dogmática que Lutero ‘inventou’ na transição do medievo para os tempos modernos, no começo do Século 16? A estas normas que esperamos voltar?

Quase a propósito de ter me referido à igreja medieval, encontrei em ritos eclesiais milenares algo que parece uma apropriada metáfora para o posfácio, que tento tecer para este artigo, que agora o leitor finaliza. As missas na igreja católica romana (e também os cultos luteranos) terminavam com um *‘Ite missa est’*. Nas missas solenes este imperativo é solenemente entoado pelo diácono, despedindo os fiéis, no ocaso de uma missa que já se estendera, não raro, por quase três horas.

Ite missa est! A missa terminou! O texto que me propus escrever está a terminar!

Assim como o povo sabe que quando se faz o anúncio do fim da missa não é para se rejubilar pelo término de um cerimonial, mas é para se pôr em ação para disseminar o que fora anunciado no evangelho. O júbilo aqui é pela perspectiva do escrito se fazer leitura.

Esses rituais religiosos eram, às vezes, cansativos, pois já no final do medievo, muitos não entendiam o latim que a igreja católica romana usou em seus ritos até o Concílio Vaticano II (1962/1965). Há não muito assisti a uma cerimônia de sepultamento, em hebraico, e mesmo que já tivesse sido professor e diretor de uma escola judaica, suspirei aliviado, quando a cerimônia terminou, pois não entendia as rezas. Assim, era natural que o anúncio do fim da missa não tivesse sempre a melhor compreensão. E, talvez fosse celebrado porque a chatice terminara.

Acredito que a qualquer leitor que chegue este posfácio, depois de ler o escrevinhar precedente, sabe o que lhe cabe, enquanto se anuncia que o *artigo terminou*. Como o *'ite missa est'* não encerra a missa, espera-se sonhadamente, que os fiéis levem o 'ensinado' mundo afora...

Este posfácio não é para manifestar júbilo pelo término de um artigo e muito menos para destacar que ele tem mérito para ser publicado – isto o conselho editorial da *Revista Coletânea* vai avaliar – mas com muita esperança, se deseja que este texto catalise ações para sair a semear propostas, para pensar o que vamos fazer para recuperar o que foi e está sendo demolido pelo (des) governo, quando terminar esta bipolar pandemia.

Ao referir a possibilidade de publicação cabe-me, por gratidão, manifestar agradecimentos ao Prof. Dr. Felipe Figueira, do IFPR, não apenas por ser um atento pré-leitor deste texto, que também o formatou, na execução de exigências editoriais, mas, e principalmente, por catalisar esta produção.

Mas como se diz: Tudo passa! Acreditemos nisto. Mesmo que saibamos que não vamos voltar ao normal. Abeberemo-nos do texto e façamos, cada uma e cada um, sumarenta leitura que há de nos ensinar e tenhamos uma cada vez mais crítica Alfabetização Científica e, assim, ajudarmos para que tenhamos cidadãos e cidadãos que se envolvam com um Planeta melhor e mais justo.

Attico Chassot,
na Morada dos Afagos,
na celebração de meu sexagésimo ano de magistério,
no aziago ano pandêmico de 2020.

Artigo recebido em 29/10/2020 e aprovado para publicação em 10/11/ 2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-9>

Como citar:

CHASSOT, Attico. Classes sociais no bolsonarismo 2020. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 301-312, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

A fenomenologia para o sentimento de vida nos limites da finitude existencial

Phenomenology for the Feeling of Life in the Bounds of Existential Finitude

GETÚLIO NASCIMENTO BRAGA JÚNIOR*

Resumo: O artigo pretende refletir, a partir da fenomenologia, sobre as relações humanas em um cenário no qual a vida é ceifada de forma abrupta e em proporções globais. E nessa trama, presente a questão do estranhamento e da violência em formas mais sutis ou declaradas. Essa proposição, por seu teor, atravessa, também a relação do sujeito consigo mesmo. A abordagem põe em perspectiva, a vida e a morte como elementos que intensificam outros enfrentamentos filosóficos, como a finitude, o abandono e a solidão. Nestes enfrentamentos, a reflexão traz à lume o pensamento fenomenológico, diante da fragilidade da tensão, contida na volatilidade do compromisso entre seres humanos, no processo cooperativo para conservação da vida. A fenomenologia proposta pelo texto repõe, em dialética, a questão do mundo da vida, enunciada por Edmund Husserl, em sua tese ontológica e, em sequência, também detendo-se na ética material dos valores de Max Scheler, no desafio imposto por uma conjuntura de perdas não reparáveis e na potencial forma de violência moral das reações humanas a eventos dessa natureza. E, por fim, a prospecção acerca das ações e falas do sujeito, nessa delicada dinâmica vital, são avançadas em ponderação com o sentimento de vida e na presença do sentimento de crise, em desdobramentos mais amplos daquilo que Husserl chamou de crise de uma Europa espiritual, tendo-a como crise da própria humanidade, dentro da qual, a fenomenologia foi concebida e, como a filosofia fenomenológica, lançou

* Getúlio Nascimento Braga Júnior é Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF/UFRJ). Professor de Filosofia do Direito da Universidade Candido Mendes (UCAM), Universidade Estácio de Sá (UNESA) e Centro Universitário do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-RJ). Contato: ge.bragajunior@gmail.com

reflexões sobre o problema que colocava em condição de aniquilação um projeto de humanidade.

Palavras-chave: Fenomenologia. Perda. Mundo da vida. Ética. Valores. Max Scheler. Edmund Husserl.

Abstract: This article aims to reflect about human relations, from a phenomenological point of view, in a scenario where life is dealing with an abruptly cut in global proportions. And in this plot, the question of strangeness and violence is present in a more subtle way or open forms. This claim, respect to its content, also crosses the subject's relationship with himself. The approach puts life and death in perspective as elements that intensify other philosophical confrontations such as finitude, abandonment and loneliness. In these confrontations, reflection brings to light phenomenological thinking, given the fragility of the tension contained in the volatility of the commitment between human beings in the cooperative process for the conservation of life. The phenomenology how it is proposed by this text, restores in dialectical way, the question of the world of life, enunciated by Edmund Husserl. Therefore, exploits his ontological thesis and, subsequently, also carefully, the material ethics of Max Scheler's values, in the challenge imposed by a conjuncture of non-reparable losses and the potential form of moral violence of human reactions to events of this nature. And, finally, prospection is made about the subject's actions and speeches in this delicate vital dynamic, which are advanced in weighting with the feeling of life and in the presence of the feeling of crisis, in broader developments of what Husserl called crisis of a spiritual Europe, having it as a crisis of humanity itself, within which phenomenology was conceived and, like phenomenological philosophy, launched reflections on the problem that put a project of humanity in an annihilation condition.

Keywords: Phenomenology. Loss. Life-world. Ethics. Values. Max Scheler. Edmund Husserl.

A constante do sentimento de desamparo e perda que o ser humano, em sua existência enquanto finitude, experimenta, renova-se em nosso hoje, na face do aumentado pressentimento de partida, que o cenário de massivo perecimento da vida, mais uma vez, revela na história. E, no tempo presente, mais do que um surto local e prolongado, uma alta letalidade de abatimento viral mina muitas vidas humanas pelo globo. Em um modo existencial de ver, é pensar que a vida que deixa as pessoas – que presumem detê-la em uma

portabilidade temporal –, reforça a realidade e a fragilidade do *ser para a morte*. E esta condição vulnerável de ser, mostra-se ainda mais contraditória e assimetricamente, presente, quando os dias se abreviam por uma violação biológica da vida, no estranhamento da relação entre organismos de um mesmo todo da natureza. Mais do que uma dialética, este rito de passagem é um desafio ao pensamento sistemático da vida, como um todo orgânico de parâmetros, sintomaticamente, cooperativos. Neste contexto, o ser humano, mesmo que premunido de razão e autodefinido como superior, em sua relação com a natureza, é debelado e eliminado por forças primitivas, minúsculas, invisíveis a olho nu e, mesmo assim, de uma ferocidade letal. Essa noção, inquietada e desconserta o pensamento racional que, em contrário à recomendação mais ponderada da razão, não contém o pânico interior no ser humano e pode trazer, à superfície da pessoa, instintos não comprometidos com um projeto de civilização e coexistência, especialmente, quando o outro também é afetado pela mesma letalidade e entendido como portador e transmissor dessas forças de devastação. Com efeito, essa nova configuração potencializa modos de agressão e intolerância, desencadeados pela irracionalidade sistêmica das forças em tensão, e pela forma silenciosa de violência que rapta, subjuga e aniquila a vida. E, para agravo deste quadro, quando a experimentação deste assalto ao domínio e à autonomia humana ocorre de forma mais acelerada e aritmética, ou geometricamente, progressiva, o dano e a reação tendem à mesma gravidade de resposta, estabelecendo uma nova ordem de beligerância temporal pelo medo potencial de ameaça à vida.

As sobreditas considerações não têm o condão de propor um ensaio entre biologia e filosofia, nem tanto sobre a tragicidade da existência. O núcleo das preocupações desta abordagem atravessa a incompletude do domínio e do autodomínio humano, bem como de sua finitude, para lidar com a própria fragilidade – presente já em nível orgânico e biológico –, uma hipossuficiência, que se manifesta no trato sempre muito incerto e frágil das suas relações com o outro. Nesta arquitetura, a estrutura nefasta da ausência de compreensão e entendimento da incompletude é grave e também uma causa para a insegurança, derivada do perigo, da doença e da morte, que tornam a vida um solo de combates, não por uma declaração consciente de enfrentamento de um verdadeiro inimigo comum, mas desencadeada pelo medo, pela perda, que projeta no distanciamento mais propriamente humano do que físico, a zona de

reconstrução de uma humanidade não repensada, tão somente passiva de sua própria facticidade, diante da experiência humana, na obrigação de coexistir.

Por outro lado, não é extinta a possibilidade de que também se torna manifesto o agir solidário, que acolhe o outro como um partícipe das mesmas aflições, porquanto, todos, marcados pela mesma finitude, são requeridos pela ética, enquanto *morada*, a compor falas e ações de natureza cooperativa. É nesse amálgama de crise, tensão, desamparo e perda que a reflexão fenomenológica, que também nasce em meio a uma crise, indaga, pensa e propõe estudos e enfrentamentos sobre as relações humanas, que demandam permanente reavaliação do sentido ético de *morada*, e do sentido de comprometimento de *mundo da vida*. A trama do imprevisível ocorre em todo tempo e, com maior intensidade, em períodos de ameaça à vida e à saúde do ser humano, entendido, tanto como um ser biológico quanto como um ser moral. Por esse motivo, é oportuno refletir sobre a conjuntura que apresenta uma realidade humana em que o outro, pode ser visto como um inimigo, pela simples hipótese de poder representar um risco vital, e causar danos, ainda que não saiba que os pode causar. Assim, as aproximações mais elementares transpõem-se em receio e estranheza. O contexto de abatimento da saúde, notadamente, em escalas globais, redefine relações também em um nível de civilização, e a mudança de comportamento decorrente desta configuração pode se constituir como um prejuízo desintegrador e progressivamente extintivo, para as relações humanas; neste último dano a eliminação se dá no arco possível dos traços de identificação entre pessoas. Mas antes de pensar sobre consequências, vale refletir sobre o agora, ambientado entre crises e perdas, que evidenciam temas da preocupação humana, enunciados na primeira linha deste texto, que, recorrentes ao longo do tempo, são também objeto do pensamento fenomenológico da fase ontológico-vitalista de Edmund Husserl, em sua orientação para o *lebenswelt*, o *mundo da vida*, o retorno às coisas mesmas, ou ao solo originário, no qual, enfim, poderíamos seriamente começar. E dentro desse *mundo*, ver um sujeito, cuja noção de unidade sistemática acerca do mundo, do saber, em especial, o filosófico, não se reduz à racionalidade estrita da pretensão de domínio, na relação com a natureza e o mundo, mas no mover intencional da interação com esses mesmos horizontes intuídos em sua consciência.

Por conseguinte, esta inibição universal de todas as tomadas de posição frente ao mundo objectivo, à qual damos o nome de *epoché fenomenológica*, torna-se

justamente o meio metódico pelo qual me apreendo puramente como aquele eu e aquela vida da consciência na qual e para a qual todo o mundo objectivo é para mim, e é tal como para mim é. Tudo o que é mundano, todo o ser espaço-temporal é para mim em virtude de o experimentar, perceber, recordar, de algum modo o pensar, julgar, valorar, desejar, etc. (HUSSERL, 1992, p. 15).

O pai da fenomenologia, em sua conferência *Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, obra concebida também em meio a uma crise, tanto das ciências, como da cultura da Europa, identifica que, em última análise, constitui uma crise da própria humanidade. Diante do problema da relação com a natureza entre a ciência e o ser humano, compreende que o interesse dominante da vida pessoal não a vê, necessariamente, como uma ciência elaborada, mas livre de toda teoria, como aparece, e é cada vez mais visada, de um modo ou outro, como se dá na vida pessoal da humanidade (HUSSERL, 2008, p. 301). O fio condutor, a *realidade* comum é uma constante de busca em uma comunidade possível, enquanto consciente, segundo sua identidade, mas exclusivamente como uma unidade de identificação, que se produz impessoalmente, unidade de confirmação constatável na vida comum (HUSSERL, 2008, p. 303). Uma humanidade, na medida em que vive e cria na plenitude de suas forças, quando o que a impulsiona é a própria humanidade. Não simplesmente vive, mas antes vive (HUSSERL, 2006a, p. 19).

Finitude e a ontologia do mundo da vida

As considerações do item anterior, acerca da finitude humana e suas aflições existenciais, notadamente, no limite da vida, ambientam a contradição de que o portador da razão e do conhecimento, não é exitoso, embora disponha de tais faculdades. E, mesmo a simples existência de cada uma, não coloca o ser humano em uma superfície plana e estável. Elas não garantem a previsão ou a dimensão segura de movimento e permanência e, com efeito, subtrai o domínio de seu horizonte de possibilidades. Uma infinidade de variáveis conhecidas e talvez outras, porque não conhecidas, pode contraditar as realizações humanas que, mesmo notáveis, são oponíveis e debeladas em face das demolições da natureza então, presumidamente, dominada. Por outro lado, as realizações implicam uma autoavaliação esperançosa de que o progresso e o pensamento constituem um caminho a trilhar, e que revela em seu

desdobramento as chaves sequenciais para abertura do livro da natureza, um livro que, para a ciência do início da modernidade, era escrito em caracteres matemáticos, que poderia, sim, ser lido e manipulado pelo homem. A esse entendimento, não se pode negar valor, na medida em que traz à lume a simetria do universo infinito. Contrariamente, e com a mesma força, de afirmação lógica, apresenta o ser humano como um sujeito subjugado por um universo inoponível, mas que é também um sujeito que pode pensar sobre essa condição. Neste sentir, o universo infinito é o assombro que dizima ou desfaz, mas também um horizonte móvel e dinâmico que, mesmo quando sutilmente inerte, tem algo a dizer e com o qual pode travar uma relação de vida. Com efeito, o mundo circundante, dotado também dessa natureza, não se reduz a esta última, o que sugere ainda, maior complexidade na interação com o mundo.

A inquietação até aqui exposta enseja a pretensão de um preâmbulo, até certo ponto aporético, para que o desconcerto estético abra a reflexão para um reconhecimento de que a presença e a retirada da vida, em sentido amplo e restrito, requerem um sopesar que considere um horizonte de compreensão, que para além da possível polarização, humano e natureza, esses dois constituintes possam ser pensados, inicialmente, na perspectiva de interação proposta pela fenomenologia husserliana do *lebenswelt*, do mundo da vida fenomenológico, para em sequência, operar uma reflexão sobre a questão do valor em Max Scheler. A primeira perspectiva põe o homem em um diálogo que propõe o retorno ao mundo da vida como uma indagação, sobre o trato do sujeito com todo o mundo circundante, seja a natureza ou o outro. Um trato, que desde a aurora da modernidade insta em se fixar como parâmetro metodológico de investigação, para a garantia de antecipação de acontecimentos, como passaporte de segurança e, portanto, para o saber útil do domínio, seja da natureza como também das relações com o outro. Essa forma de ver o mundo é diferente, no estudo dos fenômenos a captar possibilidades, tecido em uma trama íntima que aponta para um solo originário das essências que se comunicam em regiões ontológicas que compõem o mundo da vida. A fenomenologia husserliana trata a natureza e o mundo como objetos da intencionalidade. O pensamento científico moderno, ainda residual, tem o sujeito de um lado e a natureza do outro, portanto, polarizados, e pela perspectiva científica mais tradicional, o primeiro só se consagra se puder se apropriar e dominar o segundo. A fenomenologia, de modo singular e diverso, deposita seu ponto de toque com a natureza e o mundo, de maneira que uma interação

se constitui corroborada pela consciência, enquanto intencionalidade, e para tanto, trava com o mundo circundante, um expediente tramado na interação, e assim, sem uma separação e polarização entre os envolvidos.

Especialmente na fase ontológico-vitalista de Husserl, na qual ele escreve sobre a crise da Europa espiritual, o pai da fenomenologia reafirma e aprofunda a orientação de que o horizonte do mundo humano e o mundo da cultura constituem-se como dimensões que só podem ser objeto de compreensão. Não podem ser explicados, somente compreendidos. Essa demanda está além do dever de explicação sobre natureza, que por si, também já não apresenta sentenças definitivas, e assim, entendendo a interação entre o homem e o mundo, de modo mais elaborado porque depurado e reintegrado, como já dito, pela consciência, enquanto intencionalidade, uma vez que a consciência está sempre voltada para um objeto e, neste caso, o mundo. E essa consciência, vale dizer, não se constitui como uma substância, mas está em permanente dinâmica de interação na doação de sentidos, por uma fenomenologia constitutiva noético-noemática, em exercício depurador, na direção das essências. As construções da introdução ao texto delineiam como o ser humano tem seu valor, seu lugar, ao mesmo tempo em que é frágil, efêmero e volátil. E o risco de violência, pela incompreensão de sua composição, constitui um desserviço ao próprio ser humano. A quebra do equilíbrio delicado entre o ser humano e a natureza se dá, especialmente, quando esse trabalho integrador, pela interação fenomenológica e realizador de uma interpretação do mundo para administrá-lo, é insuficiente. Neste ponto, a impotência subverte a força do espírito, do pensamento, enquanto faculdade do entendimento para potencial degradação do projeto humano de cooperação com a vida. O saber que faz a diferença consiste no saber dessa trama complexa, constituída em mundo.

O homem não é senão um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo se arme todo para esmagá-lo; um vapor, uma gota d'água basta para matá-lo. Mas ainda que o universo o esmagasse, o homem seria mais nobre do que aquilo que o mata, pois sabe que morre e a vantagem que o universo tem sobre ele (PASCAL, 2012, p. 86).

Em certa medida, todo desfazimento de seguranças que o domínio humano apresenta, quando diante da finitude de suas conclusões e ingerências da natureza, se converte em reações combativas, com apontamentos claros

de que a incerteza é uma causa para confronto e corrupção, entendida como desintegração da própria humanidade, por reflexo da lacuna de compreensão, no enfrentamento de questões limitativas que põem a vida em perspectiva e, é precisamente, neste ponto, que mais uma reflexão husserliana se apresenta, para reavaliar a questão humana no mundo dentro do qual o sujeito já não se reconhece, o que conduz ao chamado e à necessidade de retorno ao mundo da vida. É importante pontuar que a crítica ao pensamento humano científico, não tem o condão de depor a ciência de seu lugar e valor. O apontamento compreende a preocupação de que a ciência permita a habitação e coabitação, no mundo de sua objetividade. Ao contrário, a presença dessa questão prima, exatamente, pelo entender desse seu lugar e de seu valor, depurada das variáveis e constantes do pensamento de objetividade e racionalidade por amadurecer. Ainda mais rigorosa do que a força metodológica do pensamento científico, a fenomenologia traz, em seu projeto e sistema, a constante de prospecção da *epoché*. A redução fenomenológica procura apagar uma forma de alienação. Nela, o mundo primordial, que descobre ao prolongar-se, é o terreno de experiências vividas, em que se ergue a verdade do conhecimento teórico e, para tanto, funda-se o vivido imediato de uma evidência, através do qual o homem e o mundo se encontram, originariamente, de acordo (LYOTARD, 1986, p. 42). E assim, em lugar do trabalho cartesiano sobre a dúvida universal, a fenomenologia aprofunda a atitude, com o colocar do mundo entre parênteses, com a redução, com a *epoché*, o sujeito se reavalia de modo a depurar também seu olhar, em que o tal rigor considera e pondera as vivências intencionais (HUSSERL, 2006b, p. 81). Vale dizer que Husserl estava profundamente preocupado com uma Filosofia que se apresentasse como ciência de rigor, entendendo que mesmo a Filosofia enfrentava uma crise, e que até mesmo ela, enquanto atividade do pensamento, deveria recomeçar, onde os filósofos, como funcionários da humanidade, com ela estariam sempre comprometidos. E com essa atenção, especialmente, Filosofia se converteu, para ele, em objeto também de depuração, a fim de cumprir com rigor sua vocação.

Portanto, a Filosofia pelas suas intenções históricas a mais alta e mais rigorosa de todas as ciências, a representante da aspiração imperecível da Humanidade para o conhecimento puro e absoluto (e intrinsecamente para valorização e volição puras e absolutas) não sabe constituir-se em verdadeira ciência. [...] A mestra, cuja vocação é ensinar a obra eterna da humanidade (HUSSERL, 1965, p. 2).

Outro prejuízo, reflexo desse desenho de saber deriva da exclusão dos predicados práticos, axiológicos e culturais, retirada a que se prestou o pensamento excessivamente objetivo, é recorrente. E a retirada desses elementos, com os quais os objetos assumem sentido e valor, deflagra um mundo sem vida. Como a advertência já mencionada no início do texto sobre a má compreensão e, portanto, da má relação com a própria finitude, tem-se que a crença na racionalidade científica prescinde dos sobreditos predicados. O problema nesse compreender concebe um horizonte impreciso do mundo, e assim, um horizonte também inseguro, que pode motivar a violência, que também já foi mencionada. Sob a perspectiva fenomenológica do último Husserl, a humanidade parece perder significativa perspectiva de seu horizonte e da natureza. Por este turno, o trabalho da Filosofia se tornou ainda mais árduo, notadamente, se considerado nos termos rigorosos do pensamento de Husserl. O projeto moderno de um novo *locus* para o sujeito e até de um novo conceito de subjetividade, sustentou que toda autonomia e a fundamental garantia da maioria sobre o mundo e a natureza repousam sobre os parâmetros da razão.

Em contrapartida, a dialética entre o racionalismo e o empirismo do século XVII, assim como a assimetria entre o racionalismo e o iluminismo liberal do século XVIII, além das crises experimentadas no século XIX e a frágil sequência de conflitos globais do século XX, evidenciam um sentimento de abandono existencial como resíduo de uma crença, que não resultou, para o ser humano, o estado de realização tão pleno quanto possível. Assim, o sobredito projeto se viu inacabado, e mesmo assim, ainda é recorrente a ideia de que é da razão que se podem derivar os aspectos mais resolutivos e eficientes do sujeito inserido no mundo. Neste sentir, a fenomenologia husserliana recebe releituras e novas categorias, à medida que pensadores alemães e demais intelectuais europeus passam a ter contato com seu pensamento. Em solo alemão, um fenomenólogo que se destaca, especialmente pelo seu estudo sobre a questão dos valores, é Max Scheler. Embora não convergentes no todo de suas posições, são claros em compreender que, embora a natureza possa ser tocada pelas ciências da natureza, a vida humana encontra-se nos horizontes da compreensão, sendo acertado afirmar que o homem não pode ser explicado, mas tão somente compreendido.

O desconcerto do mundo, com o projeto racional e científico, deixa à história humana um *locus* residual de desgaste e certa exaustão, na medida em que os séculos XIX e XX podem ser antípodas do sonho de progresso. O arco

das discussões promovidas e conflitadas, nestes tempos, traz, de novo, a lume o composto das prioridades, com o requerimento das hierarquias, que pedem pelo renovo de humanidade, sem ter precisão de como se procederia para atendimento do pedido, notadamente, porque as relações humanas também carecem de revisão. Não diferente, o conhecimento demandará também um novo supervisor, já que a razão e a técnica talvez não tenham sido sábias condutores. É neste contexto que é identificada a ética dos valores, que a fenomenologia de Max Scheler elabora. Uma fenomenologia dos valores por uma ética material. O fenomenólogo propõe um sistema distinto do formal, como nos moldes kantianos e, não obstante a pretensão de, no prólogo à primeira edição da *Ética* formular, nas suas investigações, uma fundamentação estritamente científica e positiva para ética filosófica, é necessário compreender que a sua hierarquia de valores ou a *reviravolta dos valores* abrigavam maximização da vida em função da perspectiva ética material. Naturalmente, que os espíritos menos avisados considerariam equivocada esta afirmação, embora, do ponto de vista axiológico, seja possível verificar a procedência das recorrentes preocupações com esse modo de enfrentamento do tema. O âmbito fenomenológico admite uma realidade de essências, um reino para maior fidelidade ao pensamento da corrente, e junto a essa categoria, também admite as conexões das essências, com o papel da intuição e a consciência, enquanto intencionalidade, que, presentes nas preocupações que já se adiantam, dão um rumo a um cosmos ético, propõem uma reflexão sobre a ética do mundo que se presume conhecer, problematizam a realidade em busca do solo originário, que permita uma objetividade mais genuína, mas não pelo purismo simplesmente, e sim pela identificação referida entre o eu puro, reduzido, e o puro reino das essências, também depurado pela *epoché*. Em Max Scheler, a realidade dos valores, a sua existência objetiva constituem uma nova forma de construir a relação com os parâmetros das ações humanas e para as relações entre as pessoas.

A ética material e as relações humanas

Os elementos de formação moral da conduta humana e das relações sociais, em tempos presentes e sucessórios às crises, da razão, da ciência, do conhecimento e, em especial, da existência, incidem fortemente sobre os constructos axiológicos que a história contemporânea espelha em fontes difusas e sistemas

variados, como bases para suas ações. Esse volume inumerável é objeto de problematização no plano dos valores, que resta em rigor metódico e reduzir à uma doutrina objetiva, para que admitam enquadramento, categorias e assim tornem definido o objeto de estudo, então fixado e mais emblematicamente conhecido como valor. Em face de todos os rigores exigidos para o pensamento sistêmico e fundamentado, um desafio se interpõe sobre a difícil construção entre uma ontologia e uma ética possível. Neste pensar, o complexo de sua compreensão não poderia derivar de disciplinas. A despeito do sofisticado sistema concebido na filosofia clássica e direcionado à inclusão de todo o saber, como *corpus* da *physis*, permanece a indagação de como seria possível conceber a ética sem uma derivação da lógica, ou fora de uma categoria da física, para a mente moderna ligada aos parâmetros positivos. Em todo caso, a interrogação sobre o ser, sim, também permanece, e em Scheler, notadamente nos últimos escritos, é percebido o entendimento de que o homem não é cativo dos seus instintos, porque espiritual e, vale dizer também, que não é pela razão que ele acessa esse traço distintivo de humanidade. Scheler depura a ordem ética pelo pensamento fenomenológico, mas aqui o faz por um domínio diferente, singular, o domínio da vida emocional. O trabalho diverso, desenvolvido por Husserl, como fundador do sistema da filosofia fenomenológica, teve de enfrentar as questões iniciais do psicologismo e outras requisições, bem como dilemas da própria organização da fenomenologia, como método e escola. Ainda assim, propôs um projeto de retomada da humanização, com sua ontologia do mundo da vida e avançou para os temas da ética, mas em Scheler, o tema recebeu mais espaço de tratamento direto. Na presente reflexão, ele compreende uma referência, por causa do equilíbrio em relação ao proposto por Husserl e, como os dois autores do pensamento fenomenológico se aplicam a uma reflexão apropriada ao momento vivido de perdas, no qual o pensar sobre a vida ocupa lugar de maior prioridade no tempo presente, por força das instabilidades deflagradas pelas vidas humanas, levadas do mundo, em resultante da debilitação do organismo, por ação viral em escala global. É natural e sintomático que a percepção de existência e de vida sejam repensadas, em um contexto de perdas, notadamente, na perda integral da presença no mundo. A incontornável aflição da incerteza sobre o amanhã da existência que redeseinha um dinamismo de relações humanas pode subverter a hospitalidade entre os homens. O limite, a finitude, o abandono, a solidão e a morte são ingredientes da vida, mas é a perda inevitável desta última, o que intima estes elementos

constituintes no projeto existencial, a colocá-la em perspectiva. Pode ensejar maiores cuidados, como também uma renúncia a todo e qualquer zelo, por força da resignação, da desistência por desesperança. Entretanto, não há que se falar em subserviência ao instinto que, por alegar mera possibilidade de acometimento, legitime a violência de proteção. Em Scheler, o diálogo com o mundo é desenvolvido com a singularidade de que a vida orgânica não torna o ser humano cativo do meio ou do instinto e, na mesma medida, movimenta-se nos termos de uma solidariedade moral pelo valor em si.

O novo princípio encontra-se fora de tudo isto que podemos denominar “vida” no sentido mais amplo possível. O que torna o homem homem não é um novo estágio de vida – com maior razão tampouco apenas um estágio de uma forma de manifestação desta vida em *Psyché*. Ao contrário, *ele é um princípio oposto a toda vida e a cada vida em geral, também à vida no homem*: um fato autenticamente novo que não pode ser absolutamente reduzido como tal à “evolução natural da vida”, mas, se é que pode ser reduzido a algo, apenas a fundamento único e supremo das coisas mesmas (SCHELER, 2000, p. 35).

Em virtude da ética de orientação material, em Max Scheler, a razão deixa de ocupar um lugar paradigmático e legitimado do conhecimento para o encontro das soluções e para a tomada de decisões. E a objetividade dos valores, nesta construção, imprime equilíbrio ao que se torna cognoscível, pela via da intuição emocional e objetiva dos valores. A amizade, como valor, por exemplo, aparece como essência, que se manifesta na atitude para com amigos, mas se esses amigos morrem ou traem, ou se não sou mais atraído por eles, a amizade não morre enquanto essência, pois, como tal, ela não depende nem dos amigos em questão, nem da aspiração pela amizade. Naturalmente, que essa objetividade não afasta a hipótese de uma responsabilidade coletiva, porque *cada particular, o particular e a pessoa coletiva são responsáveis por si mesmos, mas, ao mesmo tempo cada particular é corresponsável da pessoa coletiva, na mesma medida em que a pessoa coletiva é corresponsável por cada um de seus membros*. E a responsabilidade, assim, entre a pessoa particular e a coletiva são recíprocas e não exclui a autorresponsabilidade de ambos, em si. (SCHELER, 1948, p. 341). O fenomenólogo trata da questão dentro de um título da sua *Ética*, que ele intitula *A Pessoa coletiva e o princípio da solidariedade*. O destaque que se dá a este trecho, dentro da presente reflexão, é pelo fato de que a emancipação espiritual do homem, em Scheler, não traduz ausência

de compromisso com a vida, com o outro. Ao contrário, esse compromisso é reafirmado, na medida em que se constitui um compromisso consigo mesmo, com a excelência do homem, enquanto ser espiritual. E o acordo, o alinhamento, a harmonia, a correspondência com a objetividade e hierarquia dos valores, igualmente reafirma a elevação dos valores e da pessoa que os reconhece, na mesma excelência, porque também a pessoa excelente os percebe, os intui, emocional e afetivamente. Neste constructo, a violência, o medo e a perda não diminuem nem instabilizam as relações humanas. E assim como os fenômenos das cores e tons, de maneira diversa dos da dor e da volúpia, não se dão como meros estados sensoriais do nosso corpo, mas por natureza, se dão como fenômenos objetivos, assim também habita, por natureza nessas mobilizações, a ligação de sentido com uma ordenação invisível e com um sujeito espiritual e pessoal, que se encontra em posição anterior a esta ordem (SCHELER, 2015, p. 37). E quanto mais se depura o sujeito em direção à independência e a propósito da compreensão, maiores são as nuances da vida interior a descrever essências. A despeito da diferença dos sistemas, Scheler faz uma referência a Kant, pela contribuição de seu pensamento, acerca da experiência humana interior ao sujeito.

Em sua profunda doutrina da apercepção, Kant já tinha esclarecido no essencial aquela nova unidade do *cogitare*, que é “condição de possibilidade de toda experiência possível, e, por isto, também de todos os objetos da experiência” – não apenas da experiência externa, mas também daquela experiência interna, através da qual nos é acessível nossa própria vida interior. Com isso, ele elevou pela primeira vez o “espírito” por sobre a *psyché* e negou explicitamente que o espírito seja apenas um grupo funcional de uma assim chamada “sustância anímica” – cuja suposição fictícia é devida unicamente à coisificação injustificada da unidade *atual* do espírito (SCHELER, 2000, p. 45).

O cuidado fenomenológico scheleriano em compreender a experiência possível conduz ao estado de amadurecimento que traz à superfície no próprio ser, a vida interior, requerida no comprometimento com as realidades objetivas do intuir emocional. Este intuir, repõe toda vida em possibilidade e reabilita as formas de convivência, em que as essências dialogam com dignificação própria à cada pessoa. Estas, entendidas, enquanto unidade atual do espírito, constituem-se como potência que reescreve a história das relações humanas, com inferências emocionais depuradas do inessencial da pessoa,

cuja experiência deixa de ser a de um mundo unicamente exterior, para converter-se em superação íntima das diferenças subjugadas pelo instintivo de sobrevivência temporal.

Considerações finais

A finitude existencial e o sentimento de vida constituem o antagonismo equilibrado dos vividos intencionais, assim como dos vividos existenciais. A fenomenologia, primeiro em Edmund Husserl e, em sequência, em Max Scheler cobra seu lugar de reflexão, por haver lidado com o problema da finitude, da privação, do tempo e da morte. As perdas foram traços marcantes dos tempos de ambos, que viveram em época de crise espiritual e cultural da Europa e da história alemã. A escolha dos autores e suas incursões temáticas para esta reflexão é explicada, também, pela preocupação que ambos dedicavam à questão humana, em sentido essencial, diante dos temas desafiadores dos limites existenciais. O atual contexto humano de perdas para a humanidade sinaliza um perigo também social para o humano, assim como o humano para consigo mesmo. A sinalização das contradições e antíteses espalhadas pelo texto, mas já presentes nas primeiras linhas, sugere que um dos potencializadores do problema da violência, neste composto de crise e perda, é a impotência do portador do conhecimento e da razão, que não pode dar conta de uma ameaça ridiculamente minúscula, mas com alta letalidade. E o que se perde não pode ser restituído, porque trata da vida orgânica, que se foi. Com efeito, trata de como as relações do ser humano podem se tornar hostis, com o outro e consigo mesmo, e como a violência pode ocupar o lugar de condução e presunção habituais, pela transformação do outro em portador potencial do dano da morte e emissário da dor da perda. A herança moderna não foi suficiente e, para o tipo moderno, *pensar torna-se calcular*, e o corpo vivo torna-se um corpo entre outros, uma parte do mecanismo universal do mundo dos corpos. Para ele, a vida é um caso limite de complicações da matéria morta, e todos os valores vitais têm tendência a serem subordinados ao útil e ao mecânico, no domínio da moral e do direito (SCHELER, 2017, p. 37). Husserl, não apenas foi o fundador da fenomenologia, como também foi o primeiro a indagar o papel da ciência e do pensamento moderno, em sua ontologia do mundo da vida. Em seu sistema, a reação à fragilidade conta com o entendimento de que a relação

com o mundo é composta em uma interação, e o conceito de vida, acolhido na abertura inicial de que a vida natural e a vida do espírito têm, cada uma o seu lugar, mas estão em permanente interação, como um só mundo, enquanto mundo da vida. O problema deixado pelos modernos, de fato, deu causa a uma humanidade que se autoavaliou apta para resolver todos os problemas pela razão e pela ciência, mas essa noção não se sustentou. E a mais profunda inversão da hierarquia valorativa, que a moral moderna carrega consigo é, porém, a subordinação, que vai se insinuando cada vez mais, dos valores vitais aos valores da utilidade, subordinação. (SCHELER, 1994, p. 165). Mas a experiência fenomenológica nos revela uma certa relação entre o espiritual e o vital. As vivências intencionais de Husserl encontram a intuição emocional em Scheler, com seus valores objetivos. E a pessoa particular e a coletiva coexistem, porque a essência refaz a identificação e afasta a inimizade, afasta a violência, gera unidade social (SCHELER, 1948, p. 325), sem pretender necessariamente, esta, além de conjugar a pessoa coletiva com o espírito de solidariedade, *De las clases esenciales de la unidad social hasta ahora citadas – masa, sociedad, comunidad de vida* (SCHELER, 1948, p. 340). E, neste sentido, a despeito dos perigos e das perdas, a reinterpretação da vida orgânica e da vida espiritual recoloca a compreensão humana sobre o tema da morte em perspectiva. Com efeito, o impacto sobre as relações com o outro e consigo são reequilibradas. Mas a vigilância deve permanecer diante de todo novo abater de ânimo. Em morte e sobrevivência, Scheler relembra Pascal, sobre um ardil da modernidade que desloca o sujeito. A queda do redemoinho das ocupações, em benefício do próprio estar ocupado é, como Blaise Pascal já dizia, o novo e questionável remédio que, para o moderno tipo de homem, reprime a clara e evidente ideia da morte e transforma a ilusão num decurso indefinido da vida, na posição de fundo imediata da sua existência (SCHELER, 2017, p. 37). Para tanto, a conta se resolve quando a compreensão de vida, para além do puramente instintivo e natural, se emancipa do olhar ingênuo e puramente orgânico para pensar e agir, consigo e com o outro. E a despeito dos questionamentos da conduta humana quanto à relativização de paradigmas, Max Scheler preocupou-se em edificar um pensamento mais rigoroso, a fim de afastar as dúvidas acerca de valores, na aflitiva condição limite das decisões cruciais ou meramente habituais, de uma história ou de um momento, com o desafio que se recoloca à vida e à existência, com certa provocação e significativa referência à vida afetiva e emocional diante da perda, mas reintegrado à vida.

Referências

HUSSERL, Edmund. *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: uma introdução à fenomenologia*. Tradução de Diogo Ferrer. Phainmenon e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2008.

_____. *A Filosofia como Ciência de Rigor*. Tradução de Albin Beau. Coimbra Editores: Coimbra, 1965.

_____. *Conferências de Paris*. Tradução de Artur Mourão. Edições 70: Lisboa, 1992.

_____. *Europa: Crise e Renovação*. Tradução de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Phainmenon e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2006a.

_____. *Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias e Letras, 2006b.

LYOTARD, Jean-François. *Fenomenologia*. Tradução de Armindo Rodrigues. Edições 70: Lisboa, 1986.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Tradução de Mário Laranjeira. Martins Fontes: São Paulo, 2012.

SCHELER, Max. *A posição do homem no cosmos*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Ed Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2000.

_____. *A reviravolta dos valores*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

_____. *Do eterno no homem*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Editora Vozes: Petrópolis, 2015.

_____. *Ética: el formalismo en la ética y la ética material de los valores*. Tradução de Hilário Rodriguez Sanz. Revista de Occidente: Buenos Aires, 1948.

_____. *Morte e Sobrevivência*. Tradução de Carlos Morujão. Edições 70: Lisboa, 2017.

Artigo recebido em 14/11/2020 e aprovado para publicação em 23/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-10>

Como citar:

BRAGA JÚNIOR, Getúlio Nascimento. A fenomenologia para o sentimento de vida nos limites da finitude existencial. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 313-328, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

DA pandemia de COVID-19 e uma breve discussão sobre ciências formais, filosofia da ciência e interdisciplinaridade

The COVID-19 Pandemic and a Brief Discussion on Formal Sciences, Philosophy of Science and Interdisciplinarity

ANDRÉ CAMPOS DA ROCHA*

Resumo: Neste ensaio discutem-se algumas características das ciências formais, sobretudo da lógica e da matemática, com o auxílio da filosofia da ciência. O objetivo almejado é o de sugerir que uma abordagem interdisciplinar pode esclarecer problemas conceituais da linguagem formal, dando a ela um caráter mais racional. Desse modo, acredita-se que, a partir da compreensão da natureza e limites da linguagem formal, seja possível eliminar alguns dos mitos sobre o conhecimento matemático e as suas relações com as disciplinas que lidam com a realidade empírica.

Palavras-chave: Ciências formais. Matemática. Filosofia da ciência. Educação científica. COVID-19.

Abstract: In this essay we discuss a few some aspects of formal sciences, especially of the logic and the mathematics, according to the philosophy of science. The objective in this way is to suggest that a interdisciplinary approach can clarify conceptual problems of formal language, giving it a more rational character. Thus, it is believed that, from the accurate understanding of the nature and limits of formal language, it is possible to eliminate some of the myths about mathematical knowledge and its relations with the disciplines that deal with empirical reality.

Keywords: Formal sciences. Mathematics. Philosophy of Science. Scientific education. COVID-19.

* André Campos da Rocha possui doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou pesquisa de pós-doutorado em História das Ciências no HCCTE-UFRJ. É professor adjunto da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSB-RJ). Contato: monodromia@gmail.com

Introdução: duas notícias que chamam a atenção

Saber é criar, fazer algo, que é a raiz da ideia de arte.

Ubiratan D'Ambrosio

A pandemia de COVID-19 deixou aparente um padrão de negligência do Estado Brasileiro em relação a diversos aspectos: saúde, mundo do trabalho, economia etc. No entanto, nada se mostrou mais desnudado e precário do que a esfera da educação. O abandono sistemático do nosso sistema educacional, por parte dos governos que se sucedem, se tornou patente tanto para o ensino público quanto para o privado – em todos os níveis que existem, da educação infantil até a pós-graduação.

Os elementos que podemos declinar, pertencentes a essa situação caótica, são muitos e variados: a) professores sem qualquer auxílio governamental para executarem as suas funções; b) estudantes carentes de orientação ou recursos materiais; c) ausência de suporte aos danos psicológicos (presentes em docentes e estudantes), decorrentes do isolamento social e do *stress* causado pela súbita mudança de paradigma do ensino presencial para o remoto; d) paralisia quase completa do Ministério da Educação, das secretarias de educação estaduais e municipais.

Em verdade, os impactos educacionais avassaladores, ocorridos durante o ano de 2020, ficarão por muitos anos a assombrar a vida dos estudantes e docentes brasileiros. Érika Dias e Fátima Pinto, em ensaio recentemente publicado, afirmam que:

A nosso ver, por mais que a economia dos países sofra com a pandemia, os investimentos em Educação devem ser mantidos, quiçá aumentados. Conforme a Unesco, a natural queda na aprendizagem poderá alastrar-se por mais de uma década se não forem criadas políticas públicas que invistam em melhorias de infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias e salários, além do reforço da merenda, melhor aproveitamento do tempo, tutoria fora do horário usual das aulas e material adicional (...) (DIAS e PINTO, 2020, p. 545).

Certamente, as consequências da pandemia para a educação se constituirão como um campo de pesquisa que deverá ser explorado por pesquisadores, nas próximas décadas, em diversas áreas e linhas de pesquisa da educação, da psicologia, da sociologia, da economia etc. Mas não é desta discussão que este trabalho tratará.

Neste ensaio, apresentar-se-ão alguns tópicos das ciências formais, discutidos do ponto de vista da filosofia da ciência. O objetivo que se tem em mente é o de mostrar a relevância do papel da filosofia da ciência, na melhoria da compreensão da natureza da linguagem formal (bem como dos seus limites e das suas relações com as ciências empíricas).

Portanto, a abordagem é interdisciplinar e possui como fim último, sugerir que alguns dos mitos sobre o conhecimento matemático (existentes até mesmo entre aqueles que se educaram em ciências formais), podem ser destronados pelo devido esclarecimento filosófico. E, em tempos de uma pandemia global, os mitos devem ser substituídos pela discussão racional.

A motivação para este ensaio surgiu a partir de duas notícias, veiculadas no período inicial da pandemia, e que servem para ilustrar o problema da incompreensão do que vem a ser o conhecimento matemático e como ele se articula com os outros saberes. Não considerando os aspectos da subjetividade das personagens envolvidas nos relatos selecionados, observando apenas o conteúdo objetivo das suas declarações, conclui-se que os eventos, descritos nas notícias em tela, possuem clara relação com uma incompreensão do papel da matemática, como linguagem para as ciências.

A primeira notícia relata o caso de um cientista da computação, paranaense e *digital influencer*, que possui um canal numa rede social, utilizado para divulgar suas ideias sobre nutrição e saúde, de um modo geral. Num de seus vídeos, o referido *digital influencer* garantiu que, depois de ler uns poucos artigos científicos, concluiu que as máscaras não surtiam efeito na prevenção do contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela atual pandemia de COVID-19.

Posteriormente, provou-se que a leitura do *influencer* era, no mínimo, equivocada. A defesa que ele apresentou das acusações de charlatanismo consistia em dizer que, pelo fato de ser graduado na área de ciências exatas, isso garantia a ele uma “enorme capacidade” (em suas palavras) de analisar, criticamente, argumentos sem contaminação ideológica. Além disso, ele informava que o conhecimento científico, nos dias de hoje, pode ser acessado por qualquer interessado¹. Em síntese, o argumento se reduz a dizer que basta ter banda larga, ser alfabetizado e conhecer lógica básica, para que se entenda o conteúdo de qualquer ciência.

1. Cf. <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mascaras-sao-eficientes-no-combate-ao-novo-coronavirus-ao-contrario-do-que-diz-influenciador/>

Já a segunda notícia, tinha por objeto o entrevero entre um casal de engenheiros e um fiscal sanitário, na cidade do Rio de Janeiro. Os engenheiros se mostraram contrariados com o fiscal, pois este, diante da constatação de uma aglomeração no restaurante em que se encontravam, resolveu ordenar o fechamento do estabelecimento. O fato ganhou repercussão pelo aspecto cômico, dado que a esposa, engenheira, considerou ofensiva a qualificação que seu cônjuge recebeu do fiscal: *cidadão*. Sendo assim, adiantou-se na defesa de seu esposo, diante da “ofensa” proferida pelo fiscal, com um argumento muito interessante. Disse ela: “Cidadão, não. Engenheiro civil, formado. Melhor do que você”.²

Novamente, retirando-se a dimensão da subjetividade dos atores em questão, há que se buscar a razão pela qual a engenharia daria, supostamente, mais dignidade a alguém, do que conhecimentos na área de saúde. Posteriormente, a referida engenheira acreditou melhorar o seu argumento, dizendo que o seu cônjuge era melhor capacitado do que o fiscal, porque o distanciamento entre pessoas é aferido por trenas – instrumento capaz de materializar a racionalidade típica das ciências exatas – e não por conhecimentos na área de saúde.

Observando-se com atenção, constata-se uma relação fundamental entre o argumento do cientista da computação e o da engenheira. Para ambos, a matemática é capaz de disciplinar, de ordenar as incertezas das outras áreas de conhecimento. Ambos parecem levar ao extremo (e à caricatura) o *dictum* gaussiano de que “a matemática é a rainha das ciências”.

É curioso notar que as personagens que motivaram este trabalho, retiradas da crônica jornalística, foram educadas no ensino superior, em engenharia e ciências exatas. Mas, mesmo assim, mostram lacunas fundamentais, no conhecimento da linguagem formal. Se forem considerados os dados do relatório de 2018, do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes³, pode-se imaginar um cenário, em relação à população como um todo, mais agudo. No relatório, encontra-se a informação de que 68,1 % dos estudantes brasileiros de 15 anos possuem severas deficiências educacionais em matemática, não possuindo o conhecimento “mínimo para o exercício da cidadania” (INEP, 2019)⁴.

2. Cf. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/06/interna-brasil,869788/fiscal-e-intimidado-em-bar-do-rio-engenheiro-civil-melhor-que-voce.shtml>

3. Daqui para frente, Pisa.

4. Além da matemática, o teste Pisa avalia os conhecimentos em ciências e leitura. Os dados sobre estudantes brasileiros informam que, em ciências, o não domínio de conhecimentos básicos

Os eventos selecionados parecem indicar dois pontos: a) a educação brasileira básica, nas áreas de ciência e tecnologia, cumpre com louvor a missão de captar e moldar as vocações para as ciências e as tecnologias; b) a educação básica brasileira se mostra falha, no objetivo de formar cidadãos educados suficientemente, bem, para a compreensão do debate público em torno de temas científicos.

Os dados do teste Pisa parecem corroborar o segundo ponto. No que diz respeito ao primeiro, basta verificar os números do IPEA, sobre a produção científica brasileira na área de saúde. O Brasil contribui de forma significativa, pois cientistas com vínculo em instituições brasileiras registraram mais de 237 mil publicações, entre os anos de 2016 e 2018. A média da contribuição brasileira está em torno dos 2,6%, sendo que em algumas áreas, esse número sobe expressivamente, como é o caso da odontologia, na qual o Brasil possui mais de 12% da produção mundial (MACHADO, 2020).

O contraste, entre as informações do Pisa e do IPEA, nos leva a crer que se *habemus scientiae*, não temos cidadãos capazes de dominar temas básicos de ciência. O Brasil se encontra distante de ter uma população cientificamente educada, independentemente, do nível em que seus cidadãos concluíram seus estudos e da área em que se educaram profissionalmente. Neste sentido, há razões para crer que o ensino, exclusivamente, para o mercado de trabalho já existe na prática e que a tão criticada e mal vista formação geral jamais existiu plenamente.

Se não é possível atribuir à educação o papel de redentora de todas as mazelas da humanidade, menos ainda se pode exigir das ciências. No entanto, não se configura como uma completa impossibilidade, que se estabeleçam papéis precisos para a educação e, sobretudo, para a educação científica. Não é de todo utópico, fornecer conhecimentos científicos básicos (e sólidos), para todos os que frequentaram a educação formal de um país.

1 A educação científica no Brasil e a filosofia: a interdisciplinaridade como uma possível saída

Neste breve ensaio, serão discutidas algumas características das ciências formais, que podem ser esclarecidas, pela filosofia da ciência, durante o processo de ensino. O que se tem em mente é sugerir que uma abordagem interdisciplinar

atinge 55% dos estudantes e, em leitura, a falta de destreza chega a 50%.

no ensino da matemática, por exemplo, pode oferecer benefícios para a compreensão desta ciência e suas relações com outras disciplinas. Como afirma Karl Popper, não há razão para uma cisão artificial entre as disciplinas, pois os aspectos históricos e de conveniência administrativa são superados, pela real necessidade de que problemas sejam resolvidos. Nas palavras do epistemólogo austríaco, “estudamos problemas, não matérias: problemas que podem ultrapassar as fronteiras de qualquer matéria ou disciplina”. (POPPER, 1972, p. 96) Salienta-se que, aqui, a interdisciplinaridade é tomada como uma demanda epistemológica fundamental. Nos termos em que nos adverte Hilton Japiassu:

Chegou o momento de uma nova epistemologia, que não seria mais somente uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso. Invertendo a marcha do pensamento, os sábios de nossa época devem renunciar a se confinarem em sua especialidade, para procurarem, em comum, a restauração das significações humanas do conhecimento (JAPIASSU, 1976, p. 15).

Sendo assim, o papel que se impõe à interdisciplinaridade é duplo: a) operar como um dispositivo eficaz, em vários aspectos da prática educativa, dado que as disciplinas, ao se interpolarem, podem lançar luz sobre aspectos inerentemente obscuros, se abordados do ponto de vista de uma única disciplina; b) estimular uma atitude em relação à cognição, no sentido de a considerar como um processo que merece ser, cientificamente, analisado pela psicologia, biologia e outras ciências, mas que possui uma clara dimensão filosófica capaz de ampliar a compreensão da natureza e da aquisição do conhecimento. Segundo Maria Lucia Gattás e Antonia Regina Furegato:

No contexto do ensino, a interdisciplinaridade é vista como um processo que envolve a integração e o engajamento de educadores. Trata-se de trabalho conjunto, com interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade. Superando a fragmentação do ensino, chega-se à formação integral dos alunos para exercerem criticamente a cidadania, mediante uma visão global do mundo, favorecendo o enfrentamento de problemas complexos (GATTÁS e FUREGATO, 2007, p. 89).

Em suma, mais adiante serão apresentados alguns problemas das ciências formais, que podem ser melhor compreendidos por quem se educa em matemática, mediante uma abordagem do ponto de vista da filosofia da ciência

(portanto, num esquema interdisciplinar). Acredita-se que o emprego da filosofia da ciência viabiliza uma relevante abertura no processo de compreensão da natureza da matemática, bem como da sua aplicação e dos seus limites. Além disso, pode-se pensar a sua relação com as outras disciplinas, durante o próprio processo educacional.

Sabe-se que a educação científica no Brasil enfrenta várias dificuldades, que vão desde a carência de professores, em número suficiente, até a ausência de atividades práticas que auxiliem na consolidação do conteúdo teórico (ROCHA, BASSO e BORGES, 2015, p. 13). Certamente, as soluções para esse farto rol de problemas devem passar por um diálogo estreito entre professores, alunos, responsáveis, autoridades governamentais e a sociedade como um todo. Não há como modelar o problema do ensino de ciências e buscar as soluções adequadas, apenas a partir de leis que não são exequíveis, de professores bem intencionados ou de voluntarismos.

No que tange aos multifatoriais problemas específicos do ensino de ciências no Brasil, este texto não se ocupará. Este trabalho tem apenas a pretensão de ilustrar, como uma abordagem interdisciplinar (neste caso, filosófica), de problemas científicos, pode colaborar com a educação científica. Obviamente, neste curto texto, não se apresentará um programa didático a ser seguido, em termos metodológicos.

A filosofia, enquadrada na área de ciências humanas⁵, é quase sempre vista como um tipo de conhecimento que nenhuma relação possui com as ciências empíricas. A representação mais comum dela é a de um erudito, que vive a estudar tratados em grego ou latim, e é capaz de proferir sentenças que causam impacto no âmbito da autoajuda. É verdade que muitos professores de filosofia se esforçam, competentemente, para reforçar esse estereótipo. Há, também, aqueles docentes que tomam a filosofia como uma plataforma, para discutir as novas ideias vindas de Paris, usadas quase sempre como *Prêt-à-Porter*. Mas a filosofia pode dar um contributo efetivo à educação científica, quando tratada na sua forma mais legítima, que é a de discutir problemas concretos e não doutrinas, livros ou autores. E dentre os problemas mais significativos para a filosofia, os que emergem das ciências são alguns dos que mais a impulsionaram.

5. Em nome do rigor, é preciso salientar que esse enquadramento que CAPES e CNPq impõem à Filosofia, serve apenas para fins administrativos e burocráticos, pois em nenhum aspecto essa disciplina pode ser tomada como uma ciência.

Dado que a filosofia da ciência procura elucidar problemas *conceituais* relativos às ciências, ela poderia cumprir um importante papel na educação científica. Desse modo, por qual razão esse potencial não é explorado de forma pedagógica? Diversos são os problemas filosóficos sobre a natureza da ciência, que se mostram adequados à utilização pedagógica para o ensino de ciências. Aqui serão tratados três deles: a) o que é uma teoria científica? b) qual a relação entre teoria e linguagem?; c) qual a linguagem mais apta para uma teoria?

2 A filosofia da ciência e as ciências formais

Decerto, é uma tarefa árdua definir o que é a filosofia. Nesse sentido, caracterizar a filosofia da ciência, como uma subárea consolidada da filosofia, apresenta as mesmas dificuldades, sobretudo, por ser um campo de pesquisa historicamente recente. Segundo Sarkar e Pfeifer: “A filosofia da ciência surgiu como uma subdisciplina reconhecível dentro da filosofia apenas no século XX. A possibilidade de tal subdisciplina é resultado da separação disciplinar e institucional pós-Iluminismo entre a filosofia e as ciências” (SARKAR e PFEIFER, 2006, p. xi, tradução nossa).

Para fins deste trabalho, a filosofia da ciência será encarada como um campo de pesquisa que investiga a natureza das ciências, do ponto de vista cognitivo (respondendo a questões tais, como “que é uma lei científica?”, “que é uma teoria científica?” etc) e se ocupa de dar respostas para problemas que não podem encontrar solução dentro das próprias ciências (“que é a matemática?”, “qual a lógica mais eficaz para se descrever o mundo?” etc).

Os problemas, já clássicos, tratados no âmbito da filosofia da ciência, de acordo com a caracterização aqui dada, são de natureza variada. Se por um lado, a questão da explicação científica merece atenção, por outro, a estrutura metafísica das ciências é objeto de análise. Aqui, deixam-se de lado as abordagens filosóficas das ciências, que se ocupam da ética da prática científica e procuram solucionar dilemas de extrema relevância, tais como, o uso ou não de animais para pesquisa de vacinas, ou quais são os limites que se devem impor ao conhecimento científico, para que ele não cause danos ao homem.

De início, a discussão deste trabalho, toma um tema que pode parecer fora de propósito, nos tempos atuais: a necessidade de se classificar os conhecimentos científicos. Por mais que se argumente em favor da superfluidade

do problema da demarcação, ele ainda se apresenta como uma das discussões centrais em filosofia da ciência, dado que da sua solução pode-se, justamente, extrair alguns critérios para a classificação das ciências, segundo as suas particularidades. Um dos mais notórios filósofos da ciência do século passado, Carl Hempel, inicia um dos seus livros mais conhecidos, exatamente, com essa temática:

Os diferentes ramos da investigação científica podem ser separados em dois grupos maiores: as ciências empíricas e as não empíricas. As primeiras procuram descobrir, descrever, explicar e prever as ocorrências no mundo em que vivemos. Suas asserções devem ser, portanto, confrontadas com os fatos de nossa experiência e só são aceitáveis se amparadas por uma evidência empírica (HEMPEL, 1974, p. 11).

Portanto, não é supérfluo discutir as razões pelas quais enquadram-se a matemática e a lógica entre as ciências. Pois, embora sejam conhecimentos marcados pela racionalidade, verificabilidade e sistematicidade, não procuram o conhecimento objetivo, ou seja, não nos fornecem conhecimento sobre a realidade, tal como o fazem a sociologia ou a física.

Apenas a partir dessa diferença fundamental, entre as ciências formais e as empíricas, várias questões de ensino de ciências podem ser elencadas e tratadas de forma interdisciplinar, por professores de ciências e filosofia. Alguns tópicos que podem ser abordados, por exemplo: a) A partir da constatação de que a matemática opera com objetos ideais, por que razão ela é amplamente utilizada nas ciências empíricas? b) A matemática realmente, auxilia, as ciências empíricas na organização e reconstrução das relações complexas que existem entre os fatos? c) Até que ponto a interpretação dos fatos, segundo o conhecimento matemático, possui limites e se mostra arbitrária?

Esse tipo de discussão, que é plenamente possível de se fazer, de forma interdisciplinar, no ensino médio, evitaria um equívoco muito comum, como o do curioso episódio do cientista da computação, que alega que os simples conhecimentos de lógica, adquiridos em sua formação universitária, o habilitam a examinar artigos científicos na área de saúde⁶. Certamente, com um pouco de filosofia da ciência, essa personagem saberia que as ciências empíricas

6. Cf. <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mascaras-sao-eficientes-no-combate-ao-novo-coronavirus-ao-contrario-do-que-diz-influenciador/>

servem-se de símbolos interpretados e não de variáveis lógicas. Além disso, como bem assinala Bunge, a racionalidade:

é necessária, mas não é suficiente para os enunciados fáticos; em particular, assumir um sistema lógico é necessário, mas não é uma garantia de que se obtenha a verdade. Além da racionalidade, exigimos que dos enunciados das ciências fáticas que sejam *verificáveis na experiência*, seja indiretamente (no caso das hipóteses gerais), seja diretamente (no caso das consequências singulares das hipóteses) (BUNGE, 1973, p. 14-15, tradução nossa).

É de interesse filosófico esclarecer de que modo e por quais razões pode-se asseverar, por exemplo, que a biologia se distingue, fundamentalmente, da física. Obviamente, essa demarcação de territórios pode ser vista como ultrapassada e até contraditória, com uma proposta de interdisciplinaridade. No entanto, a capacidade de se identificar as semelhanças e diferenças, entre as diversas ciências, pode ser utilizada para se pensar no problema da arbitrariedade dos critérios utilizados. A classificação das ciências, segundo seus objetos e métodos, fornece instrumental teórico para a compreensão dos limites da utilização da lógica, em ciências tais como a biologia ou a física.

2.1 O que é uma teoria científica?

Num sentido intuitivo, costuma-se chamar de **teoria**, a um conjunto organizado de conhecimentos sobre uma dada área da realidade. Por exemplo, fala-se em teoria microbiana das doenças, teoria econômica neoclássica, teoria do inconsciente de Freud, teoria da gravitação de Newton, teoria atômica de Dalton, teoria dos elementos químicos de Lavoisier etc. Cabe, então, colocar a seguinte questão: o que todos esses usos possuem em comum?

Quando se menciona a “teoria microbiana das doenças”, o objetivo é referir-se a um sistema de conhecimentos que começa no século XVI, com o trabalho do pensador renascentista, Girolamo Fracastoro, no qual ele afirma que infecções contagiosas podem ser transmitidas por pequenas entidades, e chegam até a identificação de microorganismos causadores de doenças, na biologia contemporânea (MARTINS et al, 1997 p. 91). Este sistema é uma *teoria*, porque é, ou tenta ser, um conjunto organizado (um sistema) de conhecimentos, relativos à mesma área da realidade (biologia).

Geralmente, a *teoria* é tomada também como a parte oposta à *prática*, em qualquer atividade. O objetivo da utilização de teorias científicas é, como assevera Carl F. Craver:

controlar, descrever, projetar, explicar, explorar, organizar e prever os itens num dado domínio. Dominar um campo da ciência requer a compreensão de suas teorias, e muitas contribuições para a ciência são avaliadas por suas implicações na construção, teste e revisão de teorias. Compreender teorias científicas é pré-requisito para compreender a ciência (CRAVER, 2002, p. 55, tradução nossa).

Na ciência, a dimensão prática é o conjunto de procedimentos à procura das “leis” científicas, ou descrições de fatos. Sendo assim, é parte integrante da atividade científica planejar experiências em laboratórios, fazer observações e medições de um fenômeno astronômico, comunicar em congressos técnicos o resultado de uma pesquisa, publicar *papers* e livros nos quais se relatam aspectos de certa disciplina etc. Isso é parte da *prática científica* e, embora possa ter relação com a teoria, não é uma atividade teórica.

A *teoria* é a parte da atividade científica na qual o conhecimento está expresso em forma de enunciados, sobre o âmbito de interesse da ciência em apreço. Um exemplo simples, da mais consolidada das ciências, a mecânica clássica, pode ilustrar o que se afirma: quando se estuda o movimento de uma bola sobre uma superfície lisa e extensa, por exemplo, num laboratório ou num espaço aberto, com o intuito de medir qual é o comprimento de seu percurso, efetivamente, se está “fazendo ciência”.

Sendo assim, nem sempre é necessário que se façam cálculos complicados ou que se lide com leis sofisticadas. A simples observação sistemática da bolinha, com propósitos de medição, já é uma atividade científica. Pois, num certo momento, acaba-se por se ter certeza de que a bolinha se comporta da maneira prevista pela primeira lei de Newton. Ou seja, à medida que se burila a bolinha e se lixa a superfície, para que fique mais lisa, o comprimento do percurso é maior. Isto é compatível com a *lei de inércia*. Entre as várias possíveis formulações dessa lei, considere-se a seguinte:

Todo corpo não submetido à ação de forças mantém velocidade v constante.

Como caso particular, pode ser $v=0$, que é o caso em que o corpo está em repouso no sistema de referência considerado.

A lei mesma já não faz parte da atividade individual do cientista. Ela faz parte da *teoria*.

De fato, o que seria a teoria da primitiva mecânica de Newton?

Ela é composta das seguintes famosas leis:

1) **Inércia.**

2) **Massa:**

Um corpo de massa m (não nula) que recebe uma força f experimenta uma aceleração cujo valor numérico é $a = f/m$

3) **Ação e reação:**

Quando um corpo recebe uma força f (de intensidade, direção e sentido fixos), ele “reage” com uma força $-f$ (da mesma intensidade e direção, mas sentido oposto).

4) **Gravitação:**

Dados dois corpos, de massas m e m' , cujos centros de massa estão separados por uma distância d , ambos exercem, um sobre o outro, uma força de atração f proporcional a $(m \times m')$ e inversamente proporcional a d^2 .

Obviamente, essas leis não são todas independentes, umas das outras, mas esse não é um grave problema. E deve-se salientar que, na época de Newton, não existia a lógica moderna.

É claro que essas leis não se obtêm tão facilmente. Newton ficou famoso justamente por conta delas. Como um cientista consegue formular uma lei é um problema complicado. Segundo Steven French, “uma vez que a descoberta é ‘criativa’ e irracional, ela não está aberta à investigação pelos filósofos que estão interessados no que é racional a respeito da ciência” (FRENCH, 2009, p. 19). Mesmo assim, alguns filósofos se imiscuíram nessa questão e, dentre as melhores descrições desse processo, do ponto de vista da filosofia da ciência, encontra-se a de Ernest Nagel, no seu clássico *A estrutura da ciência* ou o no amplamente conhecido *A filosofia da ciência natural* de Carl Hempel.

O exemplo que se trouxe à baila, visa apenas mostrar o que é uma teoria nas ciências empíricas. É claro que a dedução possui um papel relevante também nas teorias empíricas, mas não é o único método possível, como sugere o cientista da computação mencionado acima. Basta perceber que se pode deduzir a partir da lei 4, por exemplo, uma lei derivada que descreve a lei de queda de um corpo. Para tanto, considere m a massa do corpo e m' a massa da Terra.

Mas esta teoria de Newton mostra bem, pelo menos os elementos embrionários que constituirão, séculos depois, as teorias formalizadas. O que se tem naquelas quatro leis?

1. Tem-se expressões **primitivas**, que na física clássica não se definem. “Primitivo” não quer dizer “impossível de definir”; quer dizer apenas que, por sua simplicidade ou por conveniência, adotam-se essas expressões como ponto de partida.

Uma delas é a de *massa*. É possível definir massa como uma certa constante obtida empiricamente, é verdade... Mas quando apresenta o sistema de mecânica como uma teoria, o físico cinge-se a dizer: “temos a expressão primitiva *massa*”. No mesmo exemplo, há outras duas expressões primitivas, que talvez passem despercebidas, porque estão “ocultas”: a expressão *tempo* e a expressão *espaço*.

2. Tem-se expressões **definidas** a partir das primitivas. Por exemplo, na lei 2 aparece **a**, a aceleração. Lembrando que *aceleração* [média] define-se como o quociente entre a *velocidade* [média] e o intervalo de *tempo* e que *velocidade* [média] é igual a *espaço* dividido por *tempo*, constata-se que os termos primitivos *espaço* e *tempo* são utilizados na definição de aceleração.
3. Tem-se as leis. Essas leis são ponto de partida para a *dedução* de novas sentenças sobre o mundo físico.

Diante disso, pode-se fazer a seguinte observação imprescindível: possuir conhecimentos sobre o mundo da física, da biologia, da geologia, da sociologia etc, não implica, necessariamente, que seja possível integrar todos esses conhecimentos num conjunto pequeno de teorias, e que as leis iniciais das teorias permitam deduzir todas as outras.

2.2 A questão da relação entre a teoria e a linguagem

Tome-se a ciência que geralmente se ensina na escola. Talvez muitos não se lembrem de ter visto um teorema de biologia. Na verdade, nas décadas de 40 a 70, por influxo da última parte do programa positivista, foram enunciados muitos projetos de reduzir a uma configuração “quase” formal, algumas teorias empíricas da biologia, da psicologia e até da sociologia. Esses projetos tiveram

certa aceitação entre o público filosófico, mas a sua relevância para as próprias ciências sempre ficou em dúvida.

Hoje, percebe-se que o conhecimento que se tem do mundo empírico aparece de uma forma, não necessariamente, articulada com o conhecimento precedente, e que a pretensão de encontrar uma teoria formal que represente a realidade, ainda que seja uma pequena parte, é exagerada. Isso se constata, mesmo no caso da física, na qual encontram-se algumas formalizações da mecânica do contínuo e da mecânica quântica, mas sempre existe algum fator empírico emergencial. *Não se tem* uma teoria fechada, como no caso das ciências formais (por exemplo, a geometria), que se possa considerar como definitiva.

Então, surge naturalmente a pergunta: existem teorias formais, e para que serve esta “teoria sobre as teorias”?

Mais à frente, este trabalho menciona o fato de que existem teorias formais nas (por acaso) ciências formais, especificamente, na matemática. Há inúmeras teorias algébricas, geométricas, analíticas, de probabilidades etc, apresentadas em “configuração” formal. Mas, por outro lado, também é verdade que essa organização formal das teorias nem sempre precisa ser explicitada. O caso mais prototípico é o da aritmética, que pode apresentar os números naturais como elementos de uma teoria formal, mas também como objetos intuitivos (esta última perspectiva é a que se adota, geralmente, no ensino básico e médio, no qual não se recorre à estrutura formal).

Esta observação sobre a dispensabilidade das teorias formais para lidar com conceitos científicos conhecidos, intuitivamente, pode ajudar a responder à pergunta “para que serve a ‘teoria das teorias’?”

Nas ciências empíricas, são poucas as teorias “intuitivas” que podem ser levadas a um “formato” formal. Entre as teorias matemáticas, muitas delas podem ser levadas a esta forma e, de fato, alguns exemplos são óbvios, mas mesmo assim não é necessário, para o uso prático da ciência. Então, a ‘teoria das teorias’ serve como ferramenta metodológica, para estudar *de que maneira age a lógica dedutiva sobre teorias particulares*. Este ponto parece escapar a quem acredita que apenas a partir da lógica, ou pelo emprego da linguagem matemática, pode-se chegar a compreender algo sobre a realidade empírica.

De maneira mais precisa: quando T é uma teoria intuitiva, nem sempre é fácil determinar quais enunciados da mesma são consequência dedutiva de outros. Ora, seja T^* uma teoria formal que, do ponto de vista de nosso conhecimento científico, é *equivalente* a T , e seja $L(T^*)$ sua linguagem formal subjacente. Nesse caso, analisar as relações de dedução entre enunciados de

T se “traduz” à análise dos enunciados de $L(T^*)$ que são, evidentemente, mais formais, e estão formulados de maneira mais precisa. A eles podem-se aplicar, por sua maior transparência, os critérios usados na lógica proposicional e de predicados, desde que $L^*(T)$ seja uma destas linguagens.

Observe-se que pode acontecer que uma teoria intuitiva **T**, uma vez formalizada, seja representada por uma teoria T^* , cuja linguagem subjacente L^* não seja uma das linguagens básicas proposicional ou de predicados de 1ª ordem. Isso, de fato, acontece com a maior parte das teorias. Mas esse assunto pertence a um nível mais avançado da lógica, que pouca serventia tem para a prática científica.

Acima, nos referimos a teorias *intuitivas* (como é usado o termo na linguagem ordinária) e teorias *formais*, no sentido de sistemas de enunciados, rigorosamente, organizados. Para fazer objetivos todos os conceitos, uma alternativa que se propõe é partir do pensamento e ancorá-los na linguagem. Esse procedimento conduziu à criação de linguagens aptas para a lógica. Uma questão, pois, se coloca: como estender os benefícios dessa objetividade às teorias em geral?

Quase de maneira contínua, fazem-se deduções na linguagem natural. Essas deduções podem referir-se ao senso comum, sem qualquer compromisso com alguma ciência organizada. É o caso de inferências, como a seguinte:

Hoje é sábado; logo, amanhã é domingo.

Usando a linguagem natural, agora enriquecida com algum vocabulário técnico, e usando proposições específicas, de alguma área do conhecimento, é possível que se façam deduções dentro do campo da ciência. Assim:

*Esta bola tem massa **m**; logo: esta bola poderia liberar uma energia de **mc**².*

O que foi usado para fazer estas deduções e outras muitas do mesmo estilo?

- a) A linguagem natural na qual se raciocina.
- b) Eventualmente, alguns termos técnicos de alguma ciência (como, no caso “massa” indicado por **m**, e “velocidade da luz”, indicada por **c**).
- c) Certas expressões que *são aceitas como verdadeiras*. Nos exemplos acima, foram aceitas como verdadeiras que o domingo é o dia seguinte ao sábado, e que a energia vale **mc**².
- d) Algumas **regras** de dedução que estão *implícitas*.

Separando estes componentes do restante da linguagem, obtém-se um *sistema* de enunciados e regras que serve para fazer deduções. Este sistema **dedutivo** é uma versão ainda embrionária de *teoria*.

Um caso muito interessante vem a ser o de um **sistema axiomático**, que é um sistema dedutivo de um tipo especial. O primeiro exemplo histórico de sistema axiomático foi a forma dedutivamente organizada da geometria elementar, produzida por Euclides de Alexandria, no século II a.C. Como assevera Howard Eves: “Apesar da grande importância do conteúdo do *Elementos*, talvez mais importante ainda seja a maneira formal como se apresenta esse conteúdo” (EVES, 2004, p. 178).

No *sistema axiomático*, a linguagem básica nem sempre é formal. Ou seja, não apenas a descrição do sistema, desde a metalinguagem, como também alguns componentes da linguagem mesma, estão expressos em linguagem natural. O que caracteriza o sistema axiomático é a existência de um conjunto bem definido de proposições, chamadas **axiomas**, que, como já se mencionou, são sentenças utilizadas como *ponto de partida* das inferências.

A preservação da expressão “sistema axiomático” deve-se um pouco à tradição. No fundo, um tal sistema é uma linguagem não totalmente formal, munida de alguma teoria. Na descrição clássica de um sistema de axiomas, tal como está implícita em Aristóteles e é concretizada depois em Euclides, dito sistema possui os seguintes componentes:

1. expressões enumeradas inicialmente, sem definição (usava-se dizer que eram “indefiníveis”, embora isto não faça qualquer sentido; de fato, são escolhidas por convenção);
2. expressões definidas a partir das primitivas;
3. enunciados apresentados sem justificação (na antiga “gíria” lógica, eles eram considerados autoevidentes): **postulados**;
4. enunciados deduzidos a partir dos postulados: **teoremas**.

Outro caso que pode ser declinado é o de uma **teoria formal**. Seja uma linguagem formal que consideramos fixa. Ela servirá como linguagem *subjacente* às teorias que pretendemos definir. Sendo assim, uma **teoria formal** pode ser definida de duas maneiras:

- a) Como um conjunto de sentenças que “falam” de tudo o que é relevante à teoria. Assim, uma teoria para a aritmética elementar dos números naturais é um conjunto de sentenças, com todas as afirmações aritméticas verdadeiras.
- b) Como aquele conjunto de sentenças que pode gerar, por dedução, todas as outras sentenças verdadeiras. Ou seja, neste sentido, uma teoria é o conjunto de sentenças que geram a teoria no sentido (a).

Neste sentido, a lógica é uma *teoria formal* num sentido amplo: uma “doutrina” sobre a dedução e sobre o uso das linguagens necessárias para expressar, rigorosamente, o conceito de dedução. Mas também pode ser considerada como um sistema particular, ou seja, uma teoria específica.

2.3 Que tipo de linguagem é mais apta para uma teoria?

A escolha de uma linguagem para a teoria é um passo fundamental. As linguagens formais possuem uma parte morfológica, imprescindível, na qual podem estar apoiadas diversas *teorias*. Uma linguagem tem seu próprio interesse, mesmo que não seja o suporte de nenhuma teoria, mas o fato de sê-lo coloca a teoria *dentro* da linguagem, ou seja, a teoria também passa a ser *formalizada*. Entretanto, para apresentar uma teoria, na maioria das vezes, *não* precisamos de uma linguagem formal. Inclusive, as teorias matemáticas estão expressas, geralmente, na linguagem usual que as pessoas usam para se comunicar, com o aditivo de alguns símbolos especiais.

Vejam-se os clássicos gregos: um **axioma** era um princípio geral do estilo: “duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si”, “se a duas coisas iguais se lhe acrescentam duas partes iguais, as coisas obtidas são iguais”. E é com esta função que aparecem nos *Elementos* de Euclides. Também aí há alguns **postulados**. Os postulados são princípios mais específicos, que dizem respeito ao *campo* da teoria que está sendo tratada. No caso da geometria, os postulados tratam de objetos geométricos, como pontos, retas, ângulos, figuras etc. Essa distinção perdeu interesse na época moderna.

Com o final da influência escolástica, no século XVII e a aparição de certo rigor científico, princípios “gerais” como os axiomas já não eram interessantes para a maioria dos cientistas, embora alguns filósofos ainda os utilizassem. Aos poucos, os conceitos de *axioma* e *postulado* ficaram equivalentes.

Outro ponto importante é que não foi a necessidade de demonstrar teoremas que conduziu a criar as linguagens formais. De fato, em toda a matemática antiga, medieval e começos da moderna, é usual a presença de teoremas. Ainda hoje, os teoremas, que se demonstram no ensino básico ou no ensino superior, não estão totalmente mergulhados numa linguagem formal.

Para os antigos, um teorema é uma sentença que se deduz dos axiomas. Mas, nesse caso, todo teorema deveria estar inserido numa teoria com axiomas

explícitos. Isto não é, porém, o que realmente acontece na prática científica. Um **teorema** de um sistema dedutivo é, em princípio, uma proposição que pode ser deduzida nesse sistema. Mas não é uma conclusão qualquer. É uma conclusão que possui validade, ou seja, que é **verdadeira** do ponto de vista da dedução.

As teorias matemáticas são as que mais facilmente podem ser escritas com base em linguagens formais. O principal motivo é o caráter formal da própria matemática, o que, já nos começos do pensamento científico, induziu a formular a geometria de maneira “quase” formal, como foi feito por Euclides, em seus *Elementos*. Alguns exemplos: teoria de grupos e a aritmética.

A teoria de *grupos* está baseada numa linguagem que possui só um operador, um único elemento designado e nenhuma relação. Vamos indicar essa linguagem assim:

$$L = \{ *, e \}$$

onde $*$ é um operador binário e e é o elemento designado.

A teoria fica totalmente caracteriza pelos axiomas seguintes:

1) Associativo:

$$(\forall x) [x*(y*z)] = [(x*y)*z]$$

2) Elemento neutro:

$$(\forall x) [(x*e) = x]$$

3) Inverso:

$$(\forall x) (\exists x') [(x*x') = e]$$

A aritmética elementar dos números naturais também pode ser escrita como uma teoria formal. De fato, na prática, isso não parece necessário: todos nós sabemos operar com números naturais, mas quase nunca temos consciência de que existem “axiomas” para essa teoria.

Conclusão

A discussão que se desenvolveu neste ensaio pretendeu fornecer elementos para que se pense, com o devido cuidado, a seguinte questão: será que é possível descrever a realidade com rigor formal, ou seja, será que uma teoria da física, da biologia, da geologia ou até das ciências humanas pode se reduzir à lógica ou à matemática? Uma boa resposta, encontramos em Newton

da Costa: “As ciências formais (...) têm como critério capital de justificação a evidência. Por sua vez, as ciências empíricas (fatuais ou reais) se justificam via processos que lhe são específicos” (COSTA, 1997, p. 34).

Em suma, vê-se que a resposta emerge da reflexão filosófica e não das técnicas mesmas das ciências formais. Portanto, com o auxílio da filosofia da ciência, o processo de educação científica (sobretudo no ensino básico), tende a se tornar menos dogmático. Assim, o próprio conteúdo das teorias científicas pode ser tornar mais compreensível, mais “racional”, para quem se educa cientificamente. Com isso, mitos sobre o conhecimento matemático, ou qualquer outra ciência, são substituídos por crenças racionais.

Do ponto de vista da filosofia da ciência, muito há que ser feito. As opções para integração da filosofia com o ensino de ciências são quase infinitas. Mas, há que se pensar metodologias, práticas educativas, projetos de iniciação científica e muitas outras coisas, para que essa mera sugestão se torne um programa pedagógico concreto. Tudo dependerá de que docentes, estudantes e autoridades encarem essa crise como uma janela de oportunidade para a criação de uma nova realidade no ensino de ciências.

Referências

BRASIL. INEP. Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil. INEP, 3 dez. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206. Acesso em: 10 nov. 2020.

BUNGE, M. *La ciencia – su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1973.

COSTA, N. *O conhecimento científico*. São Paulo: Discurso, 1997.

CRAVER, C. F. Structures of Scientific Theories. In MACHAMER, P; SILBERSTEIN, M. (org.) *The Blackwell Guide to the Philosophy of Science*. Massachusetts (USA): Blackwell Publishers Inc., 2002.

DIAS, E; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0545.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

EVES, H. *Introdução à história da matemática*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

FRENCH, S. *Ciência*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTÁS, M. L. B.; FUREGATO, A. R. F. A interdisciplinaridade na educação. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v. 8, n. 1, 2007, p. 85-91 Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil.

HEMPEL, C. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MARTINS, R. et al. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997.

MACHADO, W. Um panorama da pesquisa em saúde no Brasil. IPEA, Publicado em 25/06/2020 - Última modificação em 09/09/2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/179-um-panorama-da-pesquisa-em-saude-no-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2020.

POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Ed. UnB, 1972.

ROCHA, J. B; BASSO, N. R. S.; BORGES, R. M. R. *Transdisciplinaridade: a natureza íntima da educação científica*. 2ª edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Acesso em: 20 out. 2020.

SARKAR, S.; PFEIFER, J. (ed.). *The philosophy of science: an encyclopedia*. New York: Routledge, 2006.

Artigo recebido em 19/11/2020 e aprovado para publicação em 25/11/ 2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-11>

Como citar:

ROCHA, André Campos da. A pandemia de COVID-19 e uma breve discussão sobre ciências formais, filosofia da ciência e interdisciplinaridade. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 329-348, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br

Tiradentes rediviva

Na pandemia, encerrado na fortaleza de seu estúdio em Tiradentes, Minas Gerais, Oscar Araripe pintou a coleção “Tiradentes Rediviva”, para comemorar a futura reabertura da cidade.

Na ocasião, o artista compôs este texto que bem elucida o isolamento, a dor e o medo, mas também a esperança e a solidariedade.

“De repente, fantasmagórica, a grande cidadezinha tira o homem da paisagem. O silêncio, imenso, resplandece o belo casario imortal. Só os sinos da Matriz, tímidos, longínquos, anunciam as horas, que logo calam. Soberanos, multiplicados, os pássaros encantam, e as borboletas ressurgem em sonhados panapanás. Como sempre, a vida coexiste e se insinua na morte. O Outono é invernal, mas o céu é de anil, como nunca, e as flores florescem a bonança, que há de ser florida. Indiferente, brilha o Sol que outrora brilhou, quase sem calor, enquanto a Nova Humanidade, tão esperada, parece sorrir. Só as flores podem vencer os fantasmas.”















REVISTAS EM PERMUTA

Para intercâmbio de revistas entre em contato com a Biblioteca da FSB-RJ

Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro – Biblioteca

Rua Dom Gerardo, 68 – Centro

20090-030 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: 55 21 2206-8286

E-mail: biblioteca@faculdadesaobento.org.br

*Pede-se permuta / We ask for exchange / Pidesse cambio / On demande lechange /
Si richiede lo scambio*

TÍTULOS NACIONAIS

1. **Atualidade Teológica**

Pontifícia Universidade Católica –
PUC. Rio de Janeiro (Quadrimestral)

2. **ArteFilosofia**

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Filosofia, Arte e Cultura
(IFAC-UFOP). Minas Gerais
(Semestral) (**Online**)

3. **Batista Pioneira**

Faculdade Batista Pioneira
Ijuí – RS (Semestral)

4. **Beneditina**

Mosteiro da Santa Cruz – Monjas
Beneditinas. Juiz de Fora – MG
(Bimestral)

5. **Boletim Técnico do Senac**

Revista de Educação Profissional
Senac – Rio de Janeiro – RJ
(Quadrimestral) (**Online**)

6. **Caminhando - UMESP**

Universidade Metodista de São Paulo
São Bernardo do Campo – SP
(Semestral)

7. **Caminhando com o ITEPA**

Instituto de Teologia e Pastoral
Passo Fundo – RS (Trimestral)

8. **Caminhos**

Revista do Mestrado em Ciências da
Religião da Universidade Católica de
Goiás. Goiânia – Goiás (Semestral)
(**Online**)

9. Ciências da Educação

Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Campinas – SP (Semestral) (Online)

10. Claretiano

Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR. Batatais – São Paulo (Anual) (Online)

11. Cognitio

Centro de Estudos do Pragmatismo – Filosofia. PUC /SP – São Paulo (Semestral) (Online)

12. Conhecimento e Diversidade

Institutos Superiores La Salle Niterói – RJ (Semestral) (Online)

13. Convergência Lusíada

Real Gabinete Português de Leitura Rio de Janeiro (Semestral) (Online)

14. Cultura Teológica

Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção São Paulo (Trimestral) (Online)
e-mail: rmiyagui@pucsp.br

15. Educação Especial

Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria - RS (Quadrimestral) (Online)

16. Encontros Teológicos

Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC (Quadrimestral)

17. Espaços - ITESP

Instituto São Paulo de Estudos Superiores. São Paulo - SP (Semestral)

18. Estudos Bíblicos

Editora Vozes. Petrópolis – Rio de Janeiro (Quadrimestral)

19. Estudos Teológicos

Escola Superior de Teologia São Leopoldo – RS (Semestral)

20. Fides Reformata

Instituto Presbiteriano Mackenzie Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper São Paulo – SP (Semestral)

21. Filosofazer

Revista do IFIBE - Biblioteca Bertheir. Passo Fundo – RS (Semestral) (Online)

22. Horizonte

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG (Semestral) (Online)

23. Horizonte Teológico

Instituto Santo Tomás de Aquino Belo Horizonte – Minas Gerais (Semestral)

24. Interações

Revista Internacional de Desenvolvimento Local Campo Grande – Mato Grosso do Sul (Semestral) (Online)

25. ITAICI

Revista de Espiritualidade Inaciana Indaiatuba - SP (Mensal)

26. Kairós

Instituto Teológico Pastoral Fortaleza – CE (Semestral)

27. Linguagem e Discurso

Universidade do Sul de Santa Catarina
– UNISUL
Tubarão – Santa Catarina
(Quadrimestral) (**Online**)

28. Litterarius

Faculdade Palotina – FAPAS
Santa Maria – RS (Semestral)

29. Logos

Faculdade Diocesana São José –
FADISI. Rio Branco – Acre (Semestral)

30. Lumen Veritatis

Revista de Inspiração Tomista
Faculdade Arautos do Evangelho
São Paulo (Trimestral)

31. O Mensageiro de Santo Antônio

Associação Antoniana dos Frades
Menores Conventuais. Santo André –
SP (Mensal)

32. O Que nos Faz Pensar

Cadernos do Departamento de
Filosofia. PUC – Rio de Janeiro
(Irregular) (**Online**)

33. Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM

Faculdade Paulus de Comunicação –
FAPCOM. Vila Mariana – São Paulo
(Semestral)

34. Perspectiva Teológica

Faculdade Jesuíta de Filosofia e
Teologia. Belo Horizonte – MG
(Quadrimestral)

35. Redes

Faculdade Salesiana de Vitória – FSV.
Vitória – Espírito Santo (Semestral)
(**Online**)

36. Reflexão

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas. Campinas – SP (Semestral)
(**Online**)

37. Religião e Cultura

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (Semestral)

38. Remhu

Revista Interdisciplinar da Mobilidade
Humana.
Centro Scalabriniano de Estudos
Brasília - DF (Semestral)

39. Revista de Catequese

Instituto Salesiano Pio XI
São Paulo – SP (Trimestral)

40. Revista de Filosofia

Universidade Católica do Paraná –
Aurora (Semestral) (**Online**)

41. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro (Anual)

42. Sapientia Crucis

Ordem dos Cônegos Regulares da Santa
Cruz. Anápolis – GO (Anual)

43. Scientia Canonica

Instituto Superior de Direito Canônico
Santa Catarina – ISDCSC
Florianópolis – SC (Semestral)

44. Série Estudos

Revista do Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Rio Grande do Sul (Semestral) (**Online**)

45. Síntese

Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus
Belo Horizonte – MG (Quadrimestral)

46. Studium: Revista de Teologia

Faculdade Claretiana de Teologia
Curitiba – PR (Semestral)

47. Suprema Lex

Instituto de Direito Canônico Pe. Dr. Giuseppe Pegoraro
São Paulo – SP (Semestral)

48. Teológica

Faculdade Teológica Batista
Editora Teológica – Perdizes – SP
(Anual) (**Online**)

49. T.Q - Teologia em Questão

Faculdade Dehoniana
Taubaté – São Paulo (Semestral)

50. Trans/Form/Ação

Faculdade de Filosofia e Ciências –
UNESP. Assis – SP (Semestral)

51. Ultimato

Editora Ultimato Ltda.
Viçosa – MG (Bimestral)

52. Unidade e Carisma

Revista do movimento dos Focolares
Vargem Grande – SP (Trimestral)

53. Vida Pastoral

Pia Sociedade de São Paulo
São Paulo – SP (Bimestral)

54. Vox Scripturae

Faculdade Luterana de Teologia
São Bento do Sul – Santa Catarina
(Semestral)

TÍTULOS ESTRANGEIROS

1. Agustiniana

Agustinos de Castilla
Madri – Espanha (Quadrimestral)

2. Allpanchis

Revista Del Instituto de Pastoral
Andiana – Peru (Semestral) (**Online**)

3. Alpha Omega

Pontifício Regina Apostolorum
Roma – Itália (Quadrimestral)

4. Alternativas

Managua – Nicarágua (Semestral)

5. Anales de Teología

Universidad Católica de la Santísima
Concepción
Chile (Semestral)

6. Anales Valentino

Facultad de Teología San Vicente Ferrer
de Valencia
Espanña (Semestral)

7. Asprenas

Campania Notizie Srl
Napoli – Itália (Trimestral)

- 8. Carthaginensia**
Revista da Universidade de Murcia
Uruguai (Semestral)
- 9. CLAR**
Bogotá/ Colômbia
Kimpres Ltda (Trimestral)
- 10. Coloquio**
Abadía de San Benito
Luján – Argentina (Trimestral)
(**Online**)
- 11. Compostellanum**
Archidióceses de Santiago de
Compostela. Santiago de Compostela –
Espanha (Semestral)
- 12. Credere Oggi**
Messaggero di S. Antonio
Padova – Itália (Bimestral)
- 13. DavarLogos**
Universidad Adventista del Plata
Entre Rios – Argentina (Semestral)
- 14. Didaskalia**
Faculdade de Teologia de Lisboa
Palma de Cima – Lisboa (Semestral)
- 15. Eborensia**
Instituto Superior de Évora
Évora – Portugal (Semestral)
- 16. Efemérides Mexicana**
Universidad Pontificia de México
D.F. México (Trimestral)
- 17. Española de Filosofía Medieval**
Universidad de Zaragoza – Espanha
(Anual)
- 18. Estudio Agustiniano**
Publicaciones Periódicas de Losa
Agustinos de Espana – Valladolid –
Espanha (Quadrimestral)
- 19. Estudios Eclesiásticos**
Faculdades de Teologia de La
Compañía de Jesús em Espana
Madrid – Espanha (Trimestral)
- 20. Fórum Canonicum**
Revista do Instituto Superior de Direito
Canônico. Universidade Católica
Portuguesa – Portugal (Semestral)
- 21. Igreja Luterana**
Revista Semestral de Teologia
Seminária Concórdia (Semestral)
- 22. Isidorianum**
Centro de Estudos Teológicos de
Sevilla. Sevilla – Espanha (Semestral)
- 23. ITER**
Universidad Católica Andrés Bello
Instituto de Teologia para Religiosos
Caracas – Venezuela (Quadrimestral)
- 24. La Ciudad de Dios**
Real Monasterio del Escorial
Madrid – Espanha (Quadrimestral)
- 25. Mayéutica**
Los Agustinos Recoletos
Madrid – Espanha (Semestral)
- 26. Old Testament Abstracts**
Catholic University of America
Washington, DC – USA (Mensal)

27. **Proyección**
Facultad de Teología de Granada
Granada – Espanha (Trimestral)
28. **Rivista Storica Dei Cappuccini Di Napoli**
Dell’Istituto Meridionale di
Francescanesimo. Napoli – Itália
(Anual)
29. **Scripta Theológica**
Facultad de Navarra. Pamplona –
Espanha (Quadrimestral)
30. **Selecciones De Teologia**
Facultad de Teologia de Cataluya
Barcelona – Espanha (Trimestral)
31. **Stromata**
Facultades de Filosofia Y Teologia
Universidad del Salvador
San Miguel – Argentina (Semestral)
32. **Studia Moralia**
Editiones Academiae Alfonsianae
Roma – Itália (Semestral)
33. **Studia Patavina**
Facoltà Teológica del Triveneto
Padova – Itália (Quadrimestral)
34. **Studium – Filosofia y Teologia
- Argentina**
Centro de Estudios de la Orden
Predicadores. Buenos Aires – Argentina
(Semestral) (Online)
35. **Studium - Espanha**
Institutos Pontificios de Filosofia y
Teología de Madrid
La Universidad de Santo Tomás
de Manila. Madrid – Espanha
(Quadrimestral)
36. **Stvdia Cordvbensia**
Revista de Teología y Ciencias
Religiosas. Centros académicos de la
Diócesis de Córdoba (Anual)
37. **Teologia – Italia Settentrionale**
Facoltà Teologica dell’Itália
Settentrionale. Milano – Itália
(Trimestral)
38. **Theologia Xaveriana**
Pontificia Universidad Javeriana
Bogotá – Colômbia (Trimestral)

DIRETRIZES PARA AUTORES

A revista Coletânea publica apenas trabalhos de professores doutores. Entretanto, exceções poderão ser avaliadas e indicadas, excepcionalmente, para publicação pelo Conselho Editorial. As submissões serão analisadas por dois “pareceristas” e, então, submetidas ao Conselho Editorial. Os autores serão notificados sobre os trabalhos que não estiverem de acordo com as normas para publicação. Como parte do processo de submissão de artigos, resenhas e traduções, os autores devem verificar a conformidade com todos os itens listados abaixo:

1. A colaboração (artigo, resenha ou tradução) deverá ser inédita e não estar sendo submetida à avaliação para publicação em outro periódico.
2. As submissões deverão ser das áreas de Filosofia, Teologia ou áreas afins.
3. Os artigos deverão ter de 10 a 20 páginas e as resenhas e resenhas, de 2 a 6 páginas. Exceções poderão ser avaliadas pelo Conselho Editorial.
4. As submissões deverão ser enviadas como anexos, no Word, para o e-mail **revistacoletanea@faculdadesaobento.org.br** O arquivo contendo a submissão não deverá trazer identificação de autoria, para evitar a identificação pelos pareceristas. No mesmo e-mail da submissão, em um anexo separado, o autor deverá informar sua titulação acadêmica, filiação institucional, produção recente, e-mail, telefone e endereço. O e-mail informado será divulgado junto com o artigo, em caso de aprovação.
5. A revista Coletânea também aceita submissões através do portal SEER, onde está indexada: **<http://www.revistacoletanea.com.br>**
6. A indicação de um endereço postal será confirmada posteriormente, para envio gratuito ao autor de 3 exemplares da revista impressa, se a submissão for aprovada.
7. Os artigos deverão ser apresentados na fonte Times New Roman, tamanho 12 para o texto e 10 para as notas de rodapé, em folha A4, com margens superior, inferior e laterais de 2,5 cm, espaço interlinear 1,5 cm. Parágrafos iniciando a 1,5 cm da margem, sem espaços suplementares antes ou depois. Títulos e subtítulos em **negrito**, não em caixa alta.
8. Na parte superior do artigo devem constar o título em português e em inglês, o resumo em português e em inglês (abstract) e três a cinco palavras-chave em português e em inglês (keywords).

9. O resumo deve ter entre 100 e 250 palavras. Deve ser apresentado em parágrafo único e ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. O objetivo deve ressaltar o método, os resultados e as conclusões do trabalho. A ordem e a extensão desses itens dependem do tratamento que cada um recebe no documento original.
10. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. É importante ressaltar a utilidade das palavras-chave para a indexação dos artigos, pois o acesso online é facilitado pela precisão dos termos indicados.
11. Imagens e tabelas devem ser inseridas no texto e não no final do artigo.
12. Caso o artigo requeira fontes especiais, estas deverão ser encaminhadas por e-mail, em arquivo anexo.
13. Traduções deverão vir acompanhadas de autorização para publicação das partes devidas.
14. Aceitam-se artigos em espanhol.
15. Os textos aceitos para publicação sofrem um tratamento editorial e são submetidos aos respectivos autores para sua aprovação final.
16. Notas de rodapé devem ser utilizadas apenas para indicações, observações e comentários que não possam ser incluídos no texto.
17. Citação direta, de até três linhas, deve estar no texto contida entre aspas. As referências da citação devem vir entre parênteses, imediatamente após as aspas. Devem constar entre parênteses: o sobrenome do autor em caixa alta, o ano da publicação e a página.

Exemplos:

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982)

A produção de lítio começa em Searles Lake, Califórnia, em 1928 (MUMFORD, 1949, p. 513).

Oliveira e Leonardos (1943, p. 146) dizem que a “[...] relação da série São Roque com os granitos porfirídeos pequenos é muito clara.”

Meyer parte de uma passagem da crônica de “14 de maio”, de A Semana: “Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou [...]” (ASSIS, 1994, v. 3, p. 583).

Barbour (1971, p. 35) descreve: “O estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos [...]”

“Não se mova, faça de conta que está morta.” (CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72).

Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte da nossa existência cotidiana [...]”

18. Citação direta, com mais de três linhas deve vir destacada do texto, com fonte tamanho 11, recuo de 1,5 cm da margem esquerda, espaço simples entre linhas e sem aspas. As referências devem constar entre parênteses, ao final da citação destacada. Dentro dos parênteses, o sobrenome do autor deve vir em caixa alta, seguido do ano da publicação e da página (AUTOR, ano, p. 0).
19. Citação em outro idioma deve constar no original no corpo do artigo, e a tradução em nota de rodapé, acompanhada da expressão ‘tradução nossa’ entre parênteses, conforme o exemplo abaixo:

The liturgical entity consists rather of the united body of the faithful as such – the Church – a body which infinitely outnumbers the mere congregation. The liturgy is the Church’s public and lawful act of worship, and it is performed and conducted by the officials whom the Church herself has designated for the post – her priests (GUARDINI, 1998, p. 19).¹

Tradução do autor do artigo em nota de rodapé:

1. A entidade litúrgica consiste, ao invés disso, no corpo unido dos fiéis como tal – a Igreja – um corpo que, infinitamente, supera a mera assembleia. A liturgia é o ato público e legítimo de adoração da Igreja, e é executado e conduzido pelos oficiais a quem a própria Igreja designou para essa função – seus sacerdotes (tradução nossa).

20. Ao final do artigo, em seção intitulada Referências devem vir especificadas as referências bibliográficas completas, bem como as obras consultadas on-line. Todas as obras citadas ou mencionadas ao longo do artigo devem constar nas Referências.
21. Para as indicações das referências sigam-se as normas da ABNT. A ABNT fixou com a norma NBR 6023 as informações essenciais e complementares que devem fazer parte da identificação de uma obra. São informações essenciais: autor; título da obra; edição; local da publicação; editora e ano da publicação. Além disso, grifa-se (em *itálico*) apenas o título da obra. Lembrando que no caso de artigos de revista, grifa-se o nome da revista e não o título do artigo. Subtítulos são separados por dois pontos e não têm grifo. Consultar também a NBR 10520 que contém as indicações para fazer citações em documentos.

EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS

Livro

GOMES, Cirilo Folch. *Riquezas da mensagem cristã*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1983.

Parte de livro

SCHABERT, Joseph. Inspiração. Bíblia, palavra de Deus. In: _____. *Introdução à Sagrada Escritura*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 113-130.

Artigo de periódico

SCHALL, James V. Sobre os limites da preocupação social: A encíclica Sollicitudo Rei Socialis de João Paulo II. *Communio: Revista Internacional de Teologia e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 649-680, set./dez. 2007.

Texto em meio eletrônico

Obras consultadas online devem trazer a indicação do endereço eletrônico precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:

Exemplo:

ROCHA, João Cezar de Castro. O avesso do avesso: as mazelas da endogamia. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 374-381, jan./jun. 2014. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 10 nov. 2015.

Verbetes de dicionário

CAYGILL, H. Juízo Sintético. In: CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1980. p. 47-49.

Artigo de jornal

LEAL, L. N. MP fiscaliza com autonomia total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Direitos autorais para artigos publicados nesta revista são do autor, com direitos de primeira publicação para a revista.



Solicite a ASSINATURA da revista Coletânea
pelo e-mail revistacoletanea@faculdadesaobento.org.br
com as informações indicadas no verso desta folha.